



Soraia Andreia Martins Correia

# Discriminação nos *media* em Portugal. Uma análise da noticiabilidade na imprensa escrita portuguesa.

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia, apresentado à Faculdade de Economia da  
Universidade de Coimbra.

Orientadora: Prof. Doutora Virgínia Ferreira

Coimbra, 2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Soraia Andreia Martins Correia

# **Discriminação nos *media* em Portugal. Uma análise da noticiabilidade na imprensa escrita portuguesa.**

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia, apresentado à Faculdade de  
Economia da Universidade de Coimbra.

Orientadora: Prof. Doutora Virgínia Ferreira

Coimbra, 2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## **Agradecimentos**

A realização deste trabalho, não seria possível sem a colaboração de um conjunto de pessoas que de alguma forma contribuíram para a sua execução e contribuíram para a minha formação académica e pessoal.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Doutora Virgínia Ferreira, pela disponibilidade e pelo espírito crítico com que orientou o meu trabalho.

O meu muito obrigada a todos e todas que aceitaram partilhar comigo saberes e opiniões, enriquecendo este trabalho, nomeadamente jornalistas e representantes das associações parceiras do projeto.

Quero agradecer ao Doutor Carlos Leite por me ter proporcionado fazer o estágio no IEBA.

O meu agradecimento à Doutora Carla Duarte, orientadora do estágio no IEBA, e às Dras. Patrícia Silva, Liliana Silva, Sandra Marques e Ana Marques, o meu muito obrigada pelo carinho, dedicação, paciência e disponibilidade.

À Ana Andrade, à Fátima Silva e à Mariana Caramelo, pela amizade com que me presentearam ao longo de todo o percurso académico, pelo incansável apoio em todos os momentos da minha vida, pelos ombros amigos sempre disponíveis e pelas palavras encorajadoras ao longo deste trabalho.

Um agradecimento muito especial aos meus pais e ao meu irmão Leandro, por todo o carinho que me deram, e pelo facto de estarem sempre presentes e dedicados nos meus desafios académicos e em todas as esferas da minha vida. Sem vocês nada seria possível!

Ao Luís, agradeço toda a compreensão e motivação que me doou, acreditando sempre que seria capaz de ultrapassar todos os obstáculos. Muito obrigada por estares sempre presente e por dares sentido a tudo o que faço.

Por último, quero agradecer à minha querida avó por tudo o que fez por mim. E sei que mesmo não estando presente, fisicamente, me acompanha nestas minhas conquistas, esteja onde estiver. A ti te agradeço pela pessoa que hoje sou!

## Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	<b>ii</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>vi</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>viii</b>
<b>Lista de siglas</b> .....	<b>x</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>1. Enquadramento Teórico</b> .....	<b>4</b>
1.1. A linguagem dos direitos humanos, os <i>media</i> e o espaço público no contexto português .....	4
1.2. O espaço público vs. espaço privado .....	6
1.3. Construção da realidade mediática .....	9
1.3.1. Poderes e fragilidades do jornalismo .....	12
1.3.2. Relação entre jornalistas e fontes .....	14
1.4. <i>Media</i> e discriminação .....	17
1.5. Diferentes tipos de discriminação praticados pelos <i>media</i> .....	20
1.5.1. Género .....	21
1.5.2. Ciganofobia .....	25
1.5.3. Homofobia .....	27
1.5.4. Xenofobia .....	28
1.5.5. Deficiência .....	30
<b>2. Caracterização da organização</b> .....	<b>33</b>
2.1. Apresentação da organização .....	33
<b>3. Desenvolvimento do estágio</b> .....	<b>37</b>
3.1. Atividades desenvolvidas no decorrer do estágio .....	37
3.2. Apresentação do projeto <i>In Other Words – Por Outras Palavras</i> .....	38
<b>4. Metodologia</b> .....	<b>41</b>
<b>5. Apresentação de resultados</b> .....	<b>44</b>
5.1. Análise de Imprensa .....	44
5.2. Perceções e interpretações dos parceiros do projeto e de jornalistas acerca desta temática .....	48
5.2.1. Questionários <i>on line</i> .....	48
5.2.2. Entrevistas a jornalistas .....	51
<b>6. Conclusão</b> .....	<b>59</b>

<b>7. Referências bibliográficas</b> .....	<b>61</b>
<b>8. Anexos</b> .....	<b>65</b>
Anexo 1 – Questionário <i>on line</i> .....	65
Anexo 2 – Guião de entrevista a jornalistas .....	67
Anexo 3 – Lista de Associações inquiridas por questionário e de pessoas entrevistadas.....	71
Anexo 4 – Respostas ao questionário .....	72
Anexo 5 – Transcrição das entrevistas.....	82
Anexo 6 – Quadro 1_Categorização das respostas aos questionários .....	135
Anexo 7 – Quadro 2_Categorização das entrevistas .....	138

## Resumo

O presente relatório resulta de um estágio curricular, no âmbito do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com a duração de quatro meses, que decorreu no IEBA - Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais em Mortágua, onde tive a possibilidade de trabalhar no projeto *In Other Words – Por Outras Palavra*.

As atividades do projeto procuram refletir sobre a temática da discriminação dos *media* na imprensa escrita, tendo como objetivo tentar entender como é que os *media* influenciam comportamentos intolerantes e estereotipados na sociedade e, por outro lado, tentar perceber a importância destes enquanto canais privilegiados de comunicação.

Para a concretização destes objetivos foi feita uma análise de imprensa a jornais regionais (*Campeão das Províncias, Diário As Beiras e Diário de Coimbra*) e nacionais (*Diário de Notícias, Jornal i, jornal de notícias, Expresso, Público, Primeiro de Janeiro e Sol*) e aplicado um questionário *on line* às entidades parceiras do projeto. As análises realizadas mostraram que as formas de discriminação mais frequentes nos meios de comunicação social são as baseadas no género, deficiência, ciganofobia, homofobia e na xenofobia.

Uma vez concluído o estágio, foram efetuadas entrevistas semidirectivas a jornalistas, com o propósito de conhecer a sua opinião acerca desta temática e dos resultados do projeto.

Nas entrevistas realizadas, os *media* sobrevivem como um espelho da sociedade e como meios desconstrução da realidade, uma vez que tendem a reforçar tendências latentes na sociedade, ou seja, as ações e situações de discriminação que se encontram patentes nos *media* correspondem às situações de discriminação existentes na sociedade. Os/As jornalistas assumem-se assim como agentes fundamentais do

campo jornalístico, um campo cuja complexidade atravessa várias das suas componentes – desde a recolha da informação (nas suas diversas etapas), ao relacionamento com as fontes, as pressões e constrangimentos exercidos, os critérios de seleção, passando pela produção informativa, até às questões relativas à difusão das mensagens mediáticas.

O trabalho realizado mostra que é importante compreender a relevância da esfera pública, porque é nesta que o papel da sociedade civil enquanto espaço de articulação de vozes contribui de forma determinante para a formação e pluralidade da discussão pública.

**Palavras-chave:** discriminação, *media*, género, ciganofobia, homofobia, xenofobia, deficiência.

## Abstract

This report is a result of a four-month curricular internship, within the Master's degree in Sociology of the Faculty of Economics of the University of Coimbra, held at the IEBA - Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais in Mortágua, where I had the opportunity to work on the project *In Other Words*.

The activities of this project aim to discuss the issues of discrimination in print *media* as a means to try to understand their influence on intolerant and stereotypical behaviors in society while trying to understand their importance as privileged means of communication.

Based on this study and throughout the project, an analysis of the press of the regional newspapers (*Campeão das Províncias, Diário As Beiras e Diário de Coimbra*) and national newspapers (*Diário de Notícias, Jornal i, jornal de notícias, Expresso, Público, Primeiro de Janeiro e Sol*) was carried out. In addition, online questionnaires were also applied to the project partners. The results showed that more frequent forms of discrimination in the means of social communication are based on gender, disability, homophobia and xenophobia.

After completing the internship, semi directive interviews were made to reporters in order to know their opinion on this subject and the results of the project.

As a result we came to the conclusion that the *media* operates as a reflection of the society as well as a deconstruction of the reality, because they tend to reinforce latent tendencies in the society. In other words, they portray actions and situations of discrimination which correspond to the situations of discrimination in the society. Journalists are therefore fundamental agents of the journalistic field whose activities require a deeper analysis, not only as far as the gathering of information (in several steps) is concerned, but also as far as the relationship to their sources, the pressures

and constraints involved, the selection criteria, the production of information, and the questions relating to the dissemination of *media* messages are concerned.

This study shows that it is also important to understand the importance of the public sphere where the role of the civil society as a space for the articulation of voices decisively contributes to the formation and plurality of a public discussion.

**Keywords:** discrimination, *media*, gender, homophobia, xenophobia, disability.

## **Lista de siglas**

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

Graal - Movimentos Internacional de Mulheres

IEBA – Centro de Iniciativas Locais Empresarias e Sociais

Não Te Prives - Grupo de Defesa dos Direitos Sexuais

SOS Racismo – Associação de Apoio à Vítimas de Racismo e Xenofobia

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

ULAI – Unidade Local de Análise de Imprensa

# Introdução

O presente relatório resulta de um estágio curricular, no âmbito do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com a duração de quatro meses, que decorreu no IEBA - Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais que tem sede no concelho de Mortágua.

O estágio teve início no dia 1 de outubro de 2012 terminando a 31 de Janeiro de 2013. Fui acolhida pela Socióloga, Dra. Carla Duarte, que me orientou durante este período.

Durante este tempo de estágio tive a oportunidade de trabalhar no projeto *In Other Words – Por Outras Palavras*, que tinha como intuito tentar perceber o papel e a realidade dos *media* na Europa, sobre o modo como estes inculcam comportamentos intolerantes e como podem contribuir positivamente para combater a discriminação e promover a diversidade cultural.

Este estudo centrou-se na monitorização e na análise da imprensa escrita em Portugal, no sentido de perceber de que forma e através de que dispositivos os *media* perpetuam um discurso discriminatório sobre grupos sociais, em Portugal.

Através de uma análise de conteúdo na imprensa escrita portuguesa procura-se esclarecer, a partir de uma análise crítica do discurso mediático, a forma como os *media* (re)produzem representações sobre a ideia de 'outros' e de 'nós'. Além disso, é essencial tentar compreender quais as tendências na esfera pública acerca desta temática.

Posto isto, foram objetivos do estágio os seguintes:

Objetivos gerais - complementar a formação académica através do contacto com a vida profissional na organização; desenvolver as competências e conhecimentos adquiridos ao longo da minha formação académica, tais como: entrevistas, questionários, entre outros; desenvolver a capacidade de trabalhar em equipa com

outros técnicos de diversas formações profissionais; preparar-me para o mercado de trabalho de modo a aumentar a minha empregabilidade; desenvolver e adquirir competências nas áreas de gestão de projetos e da discriminação.

Objetivos específicos - analisar o papel dos *media* no que respeita à discriminação; reconhecer as diferentes práticas de discriminação nas diferentes categorias (racismo/xenofobia, género, LGBTfobia, ciganofobia, deficiência); reconhecer as várias análises realizadas em diferentes países acerca dos *media* no que respeita às práticas de discriminação; analisar a capacidade dos *media* em influenciar a esfera pública através da avaliação das mensagens que surgem na agenda mediática e pública.

Os meios de comunicação social são frequentemente acusados de distorcer acontecimentos e imagens, de contribuírem para a perpetuação de estereótipos, ou ainda de depreciarem as reivindicações dos movimentos, deixando que fatores da lógica mediática influenciem a cobertura dos movimentos sociais e das suas causas. Assim sendo, é indiscutível que os *media* desempenham um papel relevante no espaço público enquanto lugar onde os vários atores intervêm.

Para completar o estudo, e fora do contexto de estágio, foram realizadas seis entrevistas semidiretivas a jornalistas. Essas entrevistas foram realizadas com base nos jornais analisados ao longo do projeto, e teve como intuito saber a opinião dos/as jornalistas acerca desta temática e dos respetivos resultados.

Este estudo tem como objetivo empírico estudar o papel dos *media* na imprensa escrita no que diz respeito à discriminação, tendo como pano de fundo a questão de partida **“Qual o papel dos *media* no combate à discriminação”**.

O relatório encontra-se organizado de acordo com a seguinte estrutura:

O primeiro capítulo debruça-se sobre aspetos teóricos acerca desta temática como sejam: a linguagem dos direitos humanos, os *media* e os espaço público no contexto português; o espaço público vs. espaço privado; construção da realidade mediática (poderes e fragilidades do jornalismo, relação entre jornalistas e fontes); *media* e discriminação; e por último, diferentes tipos de discriminação praticados pelos *media* (género, ciganofobia, homofobia, xenofobia, deficiência).

O segundo e terceiro capítulos são eminentemente descritivos, sendo no segundo apresentada a caracterização da organização e no terceiro o projeto *In Other Words*, bem como as atividades desenvolvidas no âmbito do estágio no IEBA.

No quarto capítulo, é exposta a metodologia usada e a análise de conteúdo das entrevistas e dos questionários. No quinto capítulo é possível averiguar os resultados encontrados pela análise empírica, que nos permitem tirar algumas ilações acerca da temática em questão, expostas a fechar o relatório.

# 1. Enquadramento Teórico

## 1.1. A linguagem dos direitos humanos, os *media* e o espaço público no contexto português

A legislação portuguesa é apontada como uma das mais progressistas em matéria de direitos humanos. Nos últimos tempos tem-se comprovado com alguma perplexidade a forma como os direitos humanos se transformam na linguagem da política progressista. Segundo Boaventura de Sousa Santos, a política dos direitos humanos é, essencialmente, uma política cultural. Os direitos humanos são um género de esperanto que dificilmente se poderá transformar na linguagem quotidiana da dignidade humana nas diferentes regiões do globo:

A complexidade dos direitos humanos reside em que eles podem ser concebidos, quer como forma de localismo globalizado, quer como forma de cosmopolitismo, ou, por outras palavras, quer como globalização hegemónica, quer como globalização contra-hegemónica (Santos,1997:18).

Assim sendo, os direitos humanos têm tendência a funcionar como localismo globalizado enquanto forem concebidos como direitos humanos universais, ou seja, como uma forma de globalização de-cima-para-baixo.

Portugal, sob influência da Revolução de Abril de 1974, assistiu a movimentos significativos de protesto e de ações reivindicativas no espaço público, delimitadas nomeadamente por um localismo acentuado. Deste modo, e como nos dizem José Manuel Mendes e Ana Seixas, os protestos em Portugal ostentam um perfil marcadamente localista, mostrando o carácter específico e enraizado dos problemas que levam à mobilização e ao impacto limitado das redes alargadas ativadas para a realização das reivindicações das pessoas e das populações.

Este localismo não é considerado um indicador de cidadania atrofiada ou uma consequência de ações simplesmente reativas. Como salienta Thévenot, “um indício

de sociabilidades assentes em lógicas de proximidade e em regimes de construção da cidadania política que potenciam o capital social e as redes sociais locais” (*apud* Mendes e Seixas, 2005: 110). As ações locais, nomeadamente as que comprometem a presença no espaço público, em interação ou confronto com as forças de segurança acabam por exigir um elevado capital de confiança e um forte interconhecimento entre os participantes. Nas ações locais, os que protestam constroem a rua e os espaços públicos como lugares de aprovação da legitimidade das suas reivindicações e como lugares de realização de uma cidadania crítica.

A partir desta reflexão, podemos aferir “que tais experiências e agentes têm sido provocados a produzir narrares, vale dizer, com os recursos tecnológicos propiciados pelo crescimento e avanço das «máquinas narrativas»” (Resende, 2005: 141). Essas «máquinas narrativas» são os meios, ou seja, segundo Rodrigues

asseguram (...) ao mesmo tempo a continuidade e a rotura, actualização da Grande Narrativa fundadora e corte numa *multiplicidade de pequenas narrativas menores*, prolongamentos mediáticos do imaginário ancestral e produção de uma racionalidade quotidiana, de um efeito de realidade. Dupla pertença: ao imaginário ancestral e à quotidianidade, fonte de uma nova estratégia legitimadora da divisão e da rarefacção do espaço (*apud*, Resende, 2005: 138).

São discursos que resistem às práticas e aos agentes dominantes, uma vez que são formas de manifestar os localismos exacerbados pelos próprios processos globalizantes. E as narrativas caracterizam-se como o espaço onde a experiência cultural desterritorializada se materializa. Os resultados dessa constatação, para a comunicação social e o jornalismo, podem levar à subsistência das práticas e saberes dominantes, ou, por outro lado, podem ser entendidos como o sinal fundamental para caminhar em direção a uma atitude de renovação, quando fazemos da “rua”/espaço público o lugar de produção de sentido (Resende, 2005).

A partir do 25 de Abril de 1974, encontrou-se uma democracia “desapontadora”, ou seja, uma democracia com fortes clivagens de classe. É uma democracia com fraca participação dos cidadãos e cidadãs em associações, movimentos ou instituições políticas. Para Braga da Cruz, o declínio da participação política aponta para uma relativa fraqueza na edificação da democracia portuguesa, tanto em termos eleitorais como institucionais (*apud* Mendes e Seixas, 2005).

José Manuel Mendes e Ana Seixas mencionam ainda que “parece consensual para os cientistas sociais que a participação política em Portugal é de baixa intensidade e a vida associativa marcada por uma fraca adesão”, justificando-se este pessimismo pelo atraso do processo democrático português, pela não consolidação democrática e sobretudo pelo persistente desfasamento entre a população e as elites (Mendes e Seixas, 2005: 106).

Neste quadro, o espaço público é um elemento crucial que tem que ser aqui focado, já que se constitui hoje em lugar importante da ação política. Assim sendo, é no espaço público que os movimentos podem reivindicar uma agenda que se pretende politicamente influente.

Uma vez que são sobretudo os meios de comunicação que intercedem no sistema complexo de interações dos movimentos sociais, decretando o acesso ao espaço público e ainda a forma como as ações que se desenvolvem nesse espaço são enquadradas, os relatos dos/as jornalistas, de crítica ou endosso das ações delineadas, dão aos públicos os quadros de interpretação das mesmas e aos participantes os recursos para a produção das lógicas de justificação das ações de protesto (Mendes e Seixas, 2005). Daí que seja importante monitorizar esses relatos.

## **1.2. O espaço público vs. espaço privado**

As distinções de espaço público e privado são centrais na análise da realidade mediática uma vez que são fundamentais na cobertura mediática. Tal como nos diz Maria João Silveirinha, estas distinções “são centrais a todos os sistemas de pensamento político e constitucional, e de todos os regimes políticos e estatais associados” (Silveirinha, 2004a: 30).

O espaço público e o espaço privado são usados normativa e/ou descritivamente, para diferenciar distintos tipos de ações humanas, diferentes domínios de ação social ou espaços sociais ou físicos em que elas surgem. Segundo, Martins (2005), os espaços público e privado são definidos, usualmente, a partir de dois critérios – o critério material e o institucional –, que, por sua vez, se restabelecem

de modo parcial. Deste modo, o espaço privado remete assim para as esferas particulares/privadas enquanto o espaço público para a esfera da coletividade e do exercício do poder. Ou seja, o público consiste na distinção entre o político e o social e o privado entre o social e o pessoal (Silveirinha, 2006).

O conceito de espaço público está profundamente ligado ao trabalho de Jürgen Habermas. Este autor defende a presença de uma estreita ligação entre a esfera pública e o desenvolvimento das sociedades democráticas. O conceito de espaço público tem como base a ideia de que a democracia depende sobretudo de indivíduos informados.

A esfera pública é, então, compreendida como

uma «estrutura de comunicação», uma «rede que permite a comunicação e as opiniões», um «espaço social» no mundo da vida, que existe paralelamente às instituições que permitem a sua reprodução (religião, escola, família) e às esferas de comunicação especializadas como a ciência, a arte e a moral (Silveirinha, 2004b: 212).

Porém, podemos referir que a esfera pública é o suporte de uma teoria discursiva da legitimidade democrática e também de uma articulação da complexidade das identidades. Para Habermas, só faz parte de uma esfera pública um indivíduo que seja portador de uma opinião pública. Esta, segundo Habermas, assenta no sentido da ideia de reputação, ou a consideração que se pratica em relação aos outros. Ou seja, traduz-se numa maneira de ver determinado facto que passa por um julgamento, algo questionado. O conceito de opinião pública torna-se assim fundamental para Habermas, uma vez que tem como alicerce a racionalização inerente à condição humana, isto é, todos os seres humanos têm, em si, a capacidade de racionalizar (*apud* Losekann, 2009).

O surgimento de uma esfera pública é um espaço onde todos os temas de interesse geral podem ser discutidos ou criticados. Para Habermas, a esfera pública é a esfera da legitimação do poder público afirmando deste modo que

esses juízos interditados são chamados de “públicos” em vista de uma esfera pública que, indubitavelmente, tinha sido considerada uma esfera de poder público, mas que agora se dissociava deste como o fórum para onde se dirigiam as pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública. O *publicum* se transforma em público, o *subjectum* em sujeito, o destinatário da autoridade em seu contraente (Habermas, 1984: 40).

Têm, no entanto, sido feitas críticas ao modelo de esfera pública construído por Habermas, sendo uma das principais da iniciativa de Nancy Fraser, que aponta a dificuldade de estabelecer os limites entre sociedade civil e Estado. Fraser salienta a ideia de que para um funcionamento da esfera pública não é preciso uma separação entre a sociedade civil e o Estado. Posto isto, e para tornar a esfera pública mais democrática, a autora diz que é necessário uma combinação entre público forte e público fraco. O público fraco está ligado à sociedade civil, para o qual a função está na formação de opinião sem a tomada de decisão; e o público forte encontra-se mais ligado às instituições do Estado, através do qual resulta a formação de opinião, mas também a possibilidade da tomada de decisão (*apud* Losekann, 2009).

O espaço público aduz, todavia, um campo de relações sociais e políticas onde as identidades individuais e coletivas se criam e integram. O indivíduo constrói a sua identidade pessoal e coletiva através das relações com outros indivíduos. É essa identidade, principalmente a social, que o indivíduo estabelece e expõe no processo de reconhecimento que ocorre no espaço público.

Para Maria João Silveirinha, o espaço público é ambíguo uma vez que é um espaço que, por um lado, não se constitui obrigatoriamente como espaço físico, mas que, por outro, envolve a ideia de uma participação que passa, em grande dimensão, pelo encontro social (Silveirinha, 2004b). Moisés Martins vai ao encontro desta ideia mencionando que o espaço público é “... a constituição de uma intersubjetividade prática, do reconhecimento recíproco como sujeitos, da ligação das pessoas e do encadeamento das suas acções na cooperação social” (Martins, 2005:157).

O espaço público passou assim a ser entendido como espaço de formação da opinião pública, a partir de fluxos comunicacionais diversos, e onde os *media* são fundamentais ao possibilitarem esse fluxo de comunicação. Pois é nos *media* que está presente uma responsabilidade social acrescida pelo facto de estes serem componentes de influência que formam opiniões e legitimam atitudes, atores que concebem quadros interpretativos da realidade e que reforçam as preferências políticas e as normas sociais.

É desta forma que, cada vez mais através dos meios generalizados de comunicação, a esfera pública pode mediar uma infinidade de públicos que ocorrem a associações, movimentos e redes. Os *media* tornam-se assim potenciais agentes de

divulgação do processo de formação discursiva da opinião e da vontade, mas também são uma maneira de acesso ao espaço público.

São eles que permitem estender e sistematizar as micro-comunicações quotidianas do mundo vivido e, dessa forma, preservar os espaços públicos das tendências colonizadoras dos sistemas económicos e político, mantendo a sua autonomia (Silveirinha, 2004b: 229).

### 1.3. Construção da realidade mediática

Os autores Maxwell McCombs e Donald Shaw, inspirados nas análises de Walter Lippmann sobre o poder que os meios de comunicação social possuíam para determinar os nossos conhecimentos e afetar a forma como os indivíduos constroem a realidade, apresentaram o conceito de “agendamento”, conceito este central para compreender os efeitos dos *media*. Os *media* são os principais promotores das ideias do público, ou seja, são eles que acabam por determinar as questões em que o público pensa e fala e fazem-no através da escolha do que é notícia. Tal como referem os autores McCombs e Shaw

a capacidade que os *media* têm em influir na projecção dos acontecimentos na opinião pública comprova o seu papel relevante na figuração da nossa realidade social, isto é, de um pseudo-ambiente, fabricado e montado quase integralmente a partir dos *mass media* (*apud* Traquina, 2000).

O efeito do agendamento ocorre essencialmente com indivíduos que têm uma grande necessidade de obter informação sobre um dado assunto, pelo que esses indivíduos têm tendência a mostrarem-se mais aos *media* noticiosos, provocando deste modo maiores efeitos de agendamento.

A partir daqui podemos referir que a estrutura de um dado acontecimento ou assunto em produção jornalística acaba por conceder existência pública, levando a que este seja constituído como tema de discussão (Molotch e Lester *apud* Traquina, 2000).

Para Mauro Wolf

...os *mass media* constituem, simultaneamente, um importantíssimo sector industrial, um universo simbólico objecto de um consumo maciço, um investimento tecnológico em contínua expansão, uma experiência individual quotidiana, um terreno de conforto

político, um sistema de intervenção cultural e de agregação social, uma maneira de passar o tempo, etc (Wolf, 2001:13).

Os *media* através da descrição e exatidão da realidade exterior é que expõem ao público uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião ou discussão. É a partir daqui que o *agenda-setting* ocupa um lugar de destaque.

A hierarquização dos temas apresentados à opinião pública, bem como a descrição da ordem de importância concedida pelos *media* aos conteúdos considerados como relevantes no momento e assim colocados na “agenda”, resulta do processo de agendamento. Ou seja, os discursos construídos pelos *media* não são toda a construção da realidade mas unicamente uma parte dela. O propósito essencial da *agenda-setting* é que o conhecimento que os indivíduos têm de grande parte da realidade social seja fornecida pelos *media*. Partindo deste ponto, Bernard Cohen refere que a imprensa tem uma capacidade de contar aos seus leitores que temas estes devem pensar, mas por outro lado, e a maior parte das vezes, não consegue dizer aos indivíduos como pensar (*apud* Wolf, 2001). Os *media* antes de redigir as notícias têm como intuito selecionar os temas considerados relevantes para os indivíduos e, além disso, concentrar a atenção do público e mobilizá-los para a tomada de decisões.

O poder dos *media* reside na definição dos temas noticiados, na autoridade para selecionar os assuntos, que serão difundidos e secundarizando os que não são apresentados. Deste modo, é nos *gatekeepers* que reside o poder de determinar que mensagens incluir e que relevo devem ter os discursos mediatizados. Robinson reforça a ideia que

as decisões do *gatekeeper* são tomadas menos a partir de uma avaliação individual da noticiabilidade do que em relação a um conjunto de valores que incluem critérios, quer profissionais, quer organizativos, tais como a eficiência, a produção de notícias, a rapidez (Robinson *apud* Wolf, 2001:181).

A noticiabilidade por sua vez é um critério jornalístico que confere a um acontecimento/facto um determinado valor, tornando-o potencialmente uma notícia. A noticiabilidade é assim constituída por um conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos para obterem a existência pública das notícias.

A partir da noticiabilidade é importante definir a sua principal componente - os valores-notícia - são definidos como um quadro de orientação da ação e rotina dos/as jornalistas, aplicado quase por instinto, na avaliação do que é pertinente ou não para entrar no espaço informativo. Isto é, são mais do que uma lista de atributos acordados ou acordáveis das notícias. A partir deste ponto o/a jornalista inicia o seu processo de produção de notícias denominado, na teoria do jornalismo, de *newsmaking*.

Porém, nem tudo o que é considerado importante para os *media* pode ser importante para os indivíduos. Shaw refere que

em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (Shaw *apud* Wolf, 2001: 144).

Desta forma, os *media* aliciam o público não apenas sobre um assunto concreto, como Cohen afirmava, mas também a pensar ou que opinião dar a esse mesmo assunto, ou seja, como interpretar a informação, que significação se deverá conferir aos assuntos mediatizados, ajudando assim na construção e conhecimento do mundo que nos rodeia através dos enquadramentos em que assenta a construção noticiosa. Além de simples comunicadores de mensagens, os *media* são eles próprios atores, influenciados pelo contexto económico, político e social, bem como também pela recorrente popularização e comercialização dos acontecimentos.

Em suma, é importante ter presente a ideia de Altheide, de que as notícias são o que os jornalistas definem como tal. Dado que os jornalistas apenas se limitam a relatar o que acontece no exterior, é a partir desta perspectiva que se elabora uma notícia. A partir daqui, e depois de tornada pertinente pela cultura profissional dos jornalistas, é suscetível de ser tratada pelo órgão de informação sem grandes modificações e subversões do ciclo produtivo normal. A mesma autora refere ainda que a notícia é o produto de um processo organizado que tem implicações na perspectiva prática dos acontecimentos. Essa perspectiva tem como finalidade reuni-los, fornecer avaliações, simples e diretas, acerca das suas relações, e deve fazê-lo de forma a ocupar os públicos (*apud* Wolf, 2001).

### 1.3.1. Poderes e fragilidades do jornalismo

Os jornalistas têm uma grande influência nas sociedades modernas na medida em que relatam os acontecimentos que marcam o mundo. É a partir daqui que os jornalistas retêm o seu poder, o de agir diretamente na construção social, através da hierarquização temática, refletindo os modos de acesso dos diversos atores nas notícias e intervindo na perceção que os indivíduos vão tendo sobre o mundo que os rodeia.

Para Walter Lippmann, “os *media* são a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens que as pessoas têm na cabeça acerca do que se passa à sua volta” (*apud* Amaral, 2006: 12). Assim, o jornalismo tem também o poder de mediação entre as diferentes exigências de uma sociedade e os diversos públicos. Ou seja, este poder entende-se como uma relação social entre grupos ou instituições acarretando o controlo por parte dos mais poderosos sobre os menos poderosos.

Costa retoma Katz para salientar a importância dos *media* na construção de identidades e solidariedades comuns.

Num nível micro, isto significa que filtram através de múltiplas comunidades, múltiplas redes interpessoais de relações e múltiplas identidades. Num nível macro, sugere que os *media* estão preocupados não apenas com a difusão da informação para um público massivo, mas também (e é particularmente verdade nos eventos mediáticos) com a dramatização da sociedade civil, na criação de uma perspectiva/base cultural comum para a construção de identidades (Costa, 2010: 60).

Deste modo, os meios de comunicação social são uma fonte ou modelo de identificação na medida em que são uma influência para a sociedade na criação da identidade de cada um dos indivíduos. O poder dos *media* baseia-se na capacidade constante de permitir uma reflexão permanente, ou até uma certa “hostilidade” perante os vários acontecimentos, isto é, permitindo que os indivíduos se questionem perante os factos de forma a apurar onde reside a “verdade” e a justiça social. Como salienta Victor Amaral, o jornalismo tem uma forte influência na vida das pessoas dado que os *media* intervêm na perceção que o indivíduo tem do seu meio, dos papéis sociais e das funções que desempenha ou pode desempenhar e ajudam-no a construir

uma linha de ação normativa quotidiana. Este, na sua tese, refere ainda que o jornalismo

funciona como um rio de conhecimento que circula com mais ou menos intensidade, em várias direcções, em simultaneidade, e que constitui o alimento de formação da opinião pública. Tendo-o como o principal sistema de mediação que difunde e enquadra os acontecimentos referência de discussão pública, enquanto técnica social de magnitude global, é pertinente que o jornalismo seja alvo de questionamento e debate (Amaral, 2006: 13).

O objetivo principal dos *media* é vender aos públicos o que melhor se vende, isto é, o que melhor os entretém, ficando em plano secundário os elementos de informação mais pertinentes, com repercussões efetivas na vida dos indivíduos e das comunidades, capaz de contribuir para a formação de uma opinião pública cultural e civicamente livre.

O jornalismo é considerado uma profissão de produção coletiva, onde existem trocas, negociações, acordos, disputas e imposições, e cuja autonomia, iniciativa e liberdade individual do jornalista leva a uma conduta distanciada (Amaral, 2006). Além disso, o jornalismo tem o poder de mediação entre as diversas instâncias de uma sociedade e os diversos públicos. Este poder pode entender-se como uma relação social entre grupos ou instituições conjeturando o controlo por parte dos mais poderosos (grupo, instituição ou os seus membros) sobre os menos poderosos.

Atualmente, a natureza da informação encontra-se marcada mais pela velocidade do que pela lentidão dos processos de investigação o que pode levar os/as jornalistas a relatar acontecimentos cronometrados, comprometendo a credibilidade jornalística. Wolton refere que

sabemos tudo, de todos os cantos do mundo, sem ter tempo de compreender, ou de respirar e sem saber, afinal, o que predomina, se é o dever de informar, a loucura da concorrência ou o fascínio pelos meios técnicos, ou os três ao mesmo tempo (*apud* Amaral, 2006: 16).

Aqui reside a ideia de crise de identidade do jornalismo; a sua dificuldade de agir sob certos padrões tradicionais, por exemplo, mediante o recurso à reportagem de investigação como modelo de excelência da credibilidade jornalística. Prática, esta capaz de garantir o recurso a fontes reais, comprovar as suas informações, e garantir o conveniente distanciamento de uma rede de interesses dos diversos poderes

estabelecidos, cada vez mais esclarecidos e profissionais acerca das rotinas jornalísticas (Amaral, 2006).

José Pacheco Pereira alerta para a fragilidade que o jornalismo pode encerrar: “jornalismo constitui hoje a mais importante actividade que se passa no espaço público «sem ser escrutinada»” (*apud* Amaral, 2006: 13). De facto existem controlos eficientes de qualidade em praticamente tudo,

dos iogurtes à água passando pelo ar que respiramos, menos na comunicação social. Um produto volátil e perigoso para a sociedade que, mesmo assim, não motiva o suficiente debate público sustenta Pacheco Pereira que questiona «a pesada tampa de silêncio» sobre os procedimentos internos da comunicação social, o que a torna mais permissiva a eventuais desvios deontológicos e à dependência das redes de poder económico (que a detém)” (*apud* Amaral, 2006: 13).

Esta posição aponta para a inoperância dos sistemas de controlo que, apesar de existirem formalmente, nem sempre geram resultados práticos.

A prática jornalística, na sua múltipla relação de mediação social, pode por vezes acabar por desencadear formas manipulativas onde, em vez de racionalidade argumentativa, pode predominar o simples consumo de mensagens com o objetivo de uma agradabilidade fácil.

### **1.3.2. Relação entre jornalistas e fontes**

No seguimento da secção anterior é importante agora perceber a relação existente entre os/as jornalistas e as fontes de informação, uma vez que não existe jornalismo sem fontes de informação.

O/A jornalista raramente se encontra no sítio certo à hora certa, precisando assim de indivíduos que possam testemunhar o sucedido e que lhes façam o relato detalhado sobre um determinado acontecimento. O que é notícia depende sobretudo das fontes das notícias que, por outro lado, dependem do modo como o/a jornalista busca as fontes das notícias. Para Herbert Gans as fontes de notícias são como as pessoas que os/as jornalistas observam ou entrevistam e a quem fornecem

informações ou sugestões de pauta, enquanto membros ou representantes de um ou mais grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros setores da sociedade (*apud* Schmitz, 2011).

As fontes são assim um fator fundamental para a qualidade da informação produzida pelos *media*. Além disso, as fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências, envolvidas direta ou indiretamente em factos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os/as jornalistas obtêm informações de modo declarado ou confidencial para comunicar ao público (Schmitz, 2011).

Deste modo, podemos afirmar que existem dois conceitos de suporte que estão no seio da relação entre jornalistas e fontes de informação na produção da notícia: a notícia como construção da realidade e a ideia de negócio entre partes para enquadramento noticioso. No que diz respeito à ideia de negócio significa que os/as jornalistas acedem às fontes a fim de recolherem as informações que lhes são necessárias sem qualquer custo para o/a jornalista. Geralmente essas fontes são, a maior parte das vezes, as que se encontram ligadas a instituições, organismos oficiais, grupos de poder, entre outros.

Para os/as jornalistas, qualquer indivíduo pode ser uma fonte de informação, isto é, alguém que o/a jornalista observa ou entrevista e que lhe dá a informação desejada. Existem, no entanto, algumas fontes que os/as jornalistas utilizam onde a sua relação se centra em alguns fatores associados e objetivados entre si, essencialmente, para a eficiência, ou seja, para a necessidade de concluir um produto informativo dentro do prazo de tempo fixado. Esses fatores que indiciam estas relações de poder e conduzem à ideia de negociabilidade da construção da notícia são: os incentivos; o poder; a sua capacidade de fornecer informações credíveis; a proximidade social e geográfica no que diz respeito aos jornalistas (Gans *apud* Wolf, 2001: 225).

Uma das fontes de informação dos *media* é a polícia, não deixando de parte os/as cidadãos/cidadãs. Sílvia Gomes, no seu estudo, salienta esta ideia ao referir que

embora a polícia também seja muitas vezes citada, as principais fontes de informação citadas nestes jornais são os cidadãos, quer estes estejam directamente envolvidos, quer tenham presenciado os acontecimentos. Assim, o discurso policial surge como forma de

legitimar o discurso produzido perante a opinião pública e a voz dos cidadãos aparece como uma forma de imprimir emotividade ao conteúdo noticiado, principalmente quando o cidadão é, ele próprio, testemunha ou vítima da situação descrita (Gomes, 2011: 12).

É a partir destas fontes de informação que os *media* são muitas vezes levados, nas suas notícias, a cometer atos discriminatórios, uma vez que a maior parte das vezes não conseguem, por falta de tempo, elaborar a notícia de uma forma mais rigorosa e cuidada acabando por coloca-la tal e qual como foi dita pelas suas fontes. Muitas vezes cidadãos/cidadãs comuns transmitem aos *media* uma informação tendenciosa dos factos presenciados motivada pelo conhecimento do enquadramento socio-afetivo em que os factos ocorrem dada a proximidade que estes/as cidadãos/cidadãs têm com os atores da notícia em questão, produzindo a maior parte das vezes um julgamento que confina uma linguagem discriminatória. Com efeito, “os jornalistas, cidadãos que são, e os agentes policiais, que são as principais fontes de referência, reflectem nas notícias os seus medos e causam, no público em geral, reacções exageradas” (Gomes, 2011: 18).

Além da forma como é escrita a notícia cabe também ao/à jornalista o papel de selecionar o que quer como notícia. Este/a é que considera o que é notícia ou não, isto é, se a notícia interessa ou não ao seu público, tal como já foi referido anteriormente.

Jorge Duarte adianta que existem critérios que os/as jornalistas usam para selecionar o que pode ou não ser notícia, onde, que espaço, o enfoque e a oportunidade de uso das informações, tais como, a “credibilidade”, se conhece e confia na fonte; o “interesse público”, se a notícia cativa o público; “ser novidade”, se o assunto ainda não foi suficientemente abordado pela imprensa; “disponibilidade” se há informação suficiente sobre o tema, fontes disponíveis e acessíveis; “exclusividade”, se a notícia está sendo oferecida a um determinado/a jornalista ou veículo; “adequação”, se há enquadramentos nos temas de interesse e critérios de seleção de notícia daquele meio de comunicação ou secção (Schmitz, 2011: 14).

As fontes são um importante suporte para os/as jornalistas e são um fator fundamental para a qualidade de informação produzida pelos mesmos. É através destas que os/as jornalistas conseguem chegar aos públicos com as suas notícias.

#### 1.4. *Media* e Discriminação

Por tudo o que temos vindo a ver, os *media* além de reforçarem tendências latentes na sociedade, também contribuem para a construção social da discriminação, através das saliências temáticas que são atribuídas a determinados grupos de indivíduos.

Os *media* tendem a reproduzir a visão dominante sobre os grupos étnicos fomentando os estereótipos e a seleccionar acontecimentos que irrompem a fronteira do consenso, com base em valores-notícia ancorados em estórias esquisitas, extraordinárias, dramáticas, morais, humorísticas ou violentas (Ferin, 2006: 76).

Por aquilo que já vimos anteriormente, que o objetivo dos *media* é vender, os/as jornalistas preferem assim difundir apenas as notícias negativas, contribuindo para salientar determinados estereótipos existentes na sociedade dominante. As notícias negativas são aquelas que são mais desejadas pelos públicos, uma vez que as boas notícias não são consideradas notícias. Os acontecimentos negativos adquirem sempre um grande impacto mediático planetário pelo drama humano que representam. Vários autores defendem que “o crime violento se tem tornado cada vez mais num tópico bastante apetecível para a cobertura mediática” (Gomes, 2011: 14).

É a partir daqui que os *media* apostam, em termos de recursos humanos e tecnológicos, de forma a satisfazer as necessidades de esclarecimento público. Tal como diz Victor Amaral “Uma informação não apenas concentrada nos fins mas nos meios” (Amaral, 2006: 23). Em consequência destas preferências por parte dos públicos, por vezes são identificadas, nos conteúdos das notícias, categorias de distinção do *outro*, consolidadas em práticas discursivas de hierarquização de sentidos, pautadas por marcas utilizadas de modo a criar distanciamento sobre o que é dito publicamente sobre o *outro*, bem como formas de silenciamento e encobrimento da sua “voz”, enquanto definidor primário da informação (Ferin, 2006).

Porém são definidas duas ordens de discurso e de ações enquanto fatores de desigualdade e de discriminação: uma ao nível micro, em que o discurso emerge como uma forma de interação diretamente discriminatória, e a outra ao nível macro, especialmente nos *media* e na política em que os géneros e as ordens discursivas estão institucionalizados (Ferin, 2006). Posto isto, é importante fazer referência ao conceito

de discriminação. A discriminação é, tal como a palavra indica, discriminar ou diferenciar alguém. Ou seja, é diferenciar negativamente um indivíduo. Portanto, a discriminação é um comportamento ou convicção que tem usualmente na base preconceitos sem fundamento e a maior parte das vezes inconscientes.

Diferenciar alguém não é problemático – podemos estabelecer diferenças sem hierarquizar e nesse caso a ideia de discriminar também poderia ser neutra. O problema é que, nas nossas sociedades, que atravessaram a modernidade, é proclamado que o principal valor social é a igualdade. Nas sociedades fundadas nas diferenças de estatuto ou de casta, a discriminação é um conceito meramente descritivo.

Segundo a socióloga Ana Cristina Santos, a discriminação

é um processo de diferenciação entre pessoas ou grupos sociais assente em critérios estabelecidos por quem detém o poder de introduzir hierarquias de valor. Associados à discriminação estão processos adicionais de exclusão, invisibilização, marginalização, opressão, segregação e violência, cujas consequências são frequentemente dramáticas nas vidas daqueles/as que os experienciam de forma direta e/ou simbólica. Na base da discriminação estão preconceitos de natureza cultural, ideológica e/ou social, responsáveis pela (re)produção de estereótipos, configurando representações imaginadas acerca de quem é construído como marginal ao grupo social dominante (2012b: 80).

A discriminação é, assim, toda a restrição, exclusão ou preferência consolidada na raça, na cor, na ascendência, na origem nacional ou étnica, que tenha por objetivo ou por consequência a destruição ou o comprometimento do reconhecimento, gozo ou exercício dos direitos dos indivíduos e das liberdades fundamentais em condições de igualdade. Vera Raposo diferencia três níveis de discriminação: a que é praticada abertamente, que é a discriminação direta; a que emerge de forma oculta, ou seja, a indireta; e, por último, a discriminação positiva (Raposo, 2004). Será importante explicar o sentido da discriminação direta e indireta, como a seguir se explana, contudo a discriminação positiva não será objeto de explicação, porquanto não é relevante para o tema em análise.

A discriminação direta é “quando uma norma cria diferenciações com base em critérios proibidos, acabando por produzir um resultado discriminatório”. Por sua vez, a discriminação indireta é definida

como a situação de desfavor decorrente da pertença a determinado grupo, que deriva não de actos deliberadamente discriminatórios, mas de complexas conjunturas sociais, económicas e culturais, que se reflectem de forma negativa sobre o estatuto do sujeito considerado (Raposo, 2004: 301 e 306).

A partir destas definições é importante também ter presente a definição de igualdade. Vera Raposo, retomando Aristóteles, define-a como consistindo na distribuição justa dos bens entre os membros da sociedade, mas reforça esta ideia referindo que “o conceito de Igualdade pode ser definido como o tratamento igual daquilo que é igual, e o tratamento diferente daquilo que é diferente” (Raposo, 2004: 243). A igualdade pode ser assim entendida como a anulação das discriminações ou privilégios.

Segundo Lourdes Bandeira e Anália Batista (2002), a mola central e o reprodutor mais eficaz da discriminação e da exclusão é o preconceito. O preconceito pode ser caracterizado como sendo uma forma arbitrária de pensar e de agir, no sentido em que é exercido como forma racionalizada de controlo social que serve para sustentar as distâncias e as diferenças sociais entre um indivíduo e outro.

Erving Goffman, sociólogo, faz uma reflexão sobre o preconceito a partir do conceito de estigma. O estigma, segundo o autor,

será usado, portanto, em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto, ele não é, em si mesmo, nem honroso, nem desonroso (Goffman, 1975: 13).

Assim sendo, e a partir do conceito de Goffman, pode-se referir que um indivíduo estigmatizado é aquele cuja identidade social inclui um qualquer atributo que frustra as expectativas da normalidade. Para o autor, interessa analisar as relações que se estabelecem entre as pessoas estigmatizadas e as ditas “normais”, uma vez que nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas unicamente os que são contraditórios com o estereótipo que criamos para um determinado indivíduo.

O preconceito constitui-se assim como um mecanismo eficiente e atuante em todas as esferas da vida. Os diversos preconceitos de género, de cor, de classe, entre outros, têm particularmente lugar, mas não somente, nos espaços quer coletivos quer individuais e nas esferas privada e pública.

## 1.5. Diferentes tipos de discriminação praticados pelos *media*

Neste último ponto é importante focar a nossa atenção para os tipos de discriminação que encontramos no nosso dia-a-dia, principalmente, nos jornais.

Como temos vindo a ver, as notícias edificam definições da realidade, acabando por produzir efeitos significativos nos públicos. Os *media* tendem a reforçar estereótipos em relação as questões de género, ciganofobia, homofobia, xenofobia e deficiência.

A construção social de estereótipos opera assim como guias de consonância e de eterna recorrência, isto é, em processos de simbolização que, pelo exagero e pela distorção, criam imagens que acabam por se tornar mais enquadrantes da realidade (Ponte, 2004).

Existe, sem qualquer dúvida, uma cultura de diferenças no mundo que nos rodeia. Esta cultura de diferenças manifesta-se na cor da pele, no sexo, nos comportamentos, na nacionalidade, entre outras.

Descartando o carácter socialmente construído do produto do labor jornalístico que temos vindo a ver, no entanto, o discurso de que os indivíduos deveriam ser tratados de um modo igual, já que deveriam ter todos os mesmos direitos e que os/as jornalistas deviam tentar transmitir ao público uma visão mais rica e completa do mundo que nos rodeia, sem perspetivar desigualdades e assim informar corretamente o público.

Podemos, pois, afirmar que este discurso negligencia atributos e objetivos quer de quem consome quer de quem produz as notícias. As pessoas que consomem as notícias segundo Burgelin,

procuram nos jornais mais do que informação pura, procuram um sentido de ordem e de controlo que se sobreponha à desordem do mundo, poupando-lhes o pânico insuperável que não poderia deixar de lhes provocar um universo de guerras e de catástrofes que estivessem privados de significação (*apud* Ponte, 2004:12).

Os/as jornalistas são eles/as próprios/as pessoas com estereótipos pois enquanto pessoas interpretam o mundo conforme a sua visão ou o seu conhecimento perante a realidade envolvente deixando sempre transparecer uma marca individual

naturalmente estereotipada fruto das suas vivências, reflexões e aprendizagens sucessivas. Tal como afirma Madalena Barbosa,

ao escolher, alterar ou ‘traduzir’ uma mensagem para atingir um público alargado, os jornalistas envolvem-se num processo com uma dimensão de pertença: o jornalista, enquanto sujeito social, faz intervir na sua elaboração ideias, valores e modelos que têm a ver com o seu grupo de pertença ou ideologias dominantes na sociedade. Como produtor de sentido, vai exprimir na sua representação o sentido que dá à sua experiência social (Barbosa, 1998:59).

Na secção que se segue, são retomadas algumas das conclusões que a análise da imprensa, no âmbito do projeto *In other words*, possibilitou e que ilustram algumas das práticas discriminatórias dos *media*.<sup>1</sup>

### 1.5.1. Género

Desde as décadas de 60 e 70 que tem sido crescente a atenção prestada às representações de feminilidade e masculinidade difundidas pelos meios de comunicação social, quer na construção de papéis e imagens quer através da função que estes têm na aquisição de conhecimento e poder público.

A discriminação consiste em toda a distinção, exclusão ou restrição fundada no sexo, que tenha por finalidade ou por efeito o comprometimento ou a destruição do reconhecimento, gozo ou exercício de direitos e liberdades fundamentais por parte das mulheres, em condições de igualdade com os homens, qualquer que seja o seu estado civil (Raposo, 2004: 298).

As questões de género são hoje cada vez mais discutidas na nossa sociedade, uma vez que o discurso jornalístico persiste em difundir mensagens estereotipadas e pouco representativas das mulheres e dos homens na sociedade. A noção de género é vulgarmente aceite como uma construção social produzida através das diferenças biológicas que distinguem entre os sexos masculino e feminino. Esta noção “emerge exatamente para diferenciar aquilo que é biológico, e, portanto inerente à pessoa, e a construção de significados em torno do sexo...” (Barbosa, 1998: 25).

---

<sup>1</sup> Os exemplos aqui mencionados constam nos vários números do *Boletim Informativo Temático* publicados no âmbito do Projeto *In Other Words* (disponíveis em <http://issuu.com/ieba>).

As diferenças entre “Homem” e “Mulher” continuam patentes na nossa sociedade. O “Homem” sempre foi considerado como o invocado para exprimir a humanidade na sua sociedade; por outro lado a “Mulher” sempre surgiu como algo negativo, como tudo aquilo que não é homem. A autora Simone de Beauvoir salientou esta ideia referindo que a mulher se define e se diferencia em relação ao homem e não ao contrário. Uma vez que o homem é o ser, o absoluto, enquanto a mulher é o “outro” (Raposo, 2004). Madalena Barbosa (1998) vai ao encontro desta autora ao referir que ao sexo masculino incubem a autoridade do poder e da razão, enquanto ao sexo feminino incubem a submissão, a fantasia e a fragilidade.

Vera Raposo ressalva ainda que “não nascemos mulheres, tornamo-nos mulheres” ao manter os papéis sexuais e as desigualdades entre mulheres e homens – seja por ignorarem ou trivializarem as mulheres, por transmitirem estereótipos associando-as à maternidade, ao “sexo fraco” ou a figuras decorativas, ou ainda por criticarem ou desvalorizarem a sua participação enquanto profissionais capazes (Raposo, 2004). É com base nestas ideias que o autor Tuchman

introduz o conceito de «aniquilação simbólica das mulheres» a propósito deste tipo de representações do sexo feminino tendencialmente associado à passividade, à dependência, ao romantismo e à esfera doméstica (*apud* Lobo e Cabecinhas, 2008: 1731).

Bourdieu vai mais longe nas suas palavras e refere que:

A dominação masculina, que constitui as mulheres em objectos simbólicos, de que o ser (esse) é um ser-visto (percipi), tem por efeito colocá-las num estado permanente de insegurança corporal ou, melhor, de dependência simbólica: elas existem, em primeiro lugar, para e pelo olhar dos outros, ou seja, como objectos acolhedores, atraentes, disponíveis. Espera-se delas que sejam ‘femininas’, ou seja, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submetidas, discretas, contidas, talvez mesmo apagadas. E a pretensa ‘feminilidade’ não é muitas vezes mais que uma forma de submissão em relação às expectativas masculinas, reais e supostas, nomeadamente em relação ao engrandecer-lhes o ego. Por consequência, a relação de dependência em relação aos outros (e não só aos homens), tende a tornar-se uma constituinte do seu ser (*apud* Barbosa, 1998: 14 e 15).

Outro autor que reforça as mesmas ideias é Jacob:

Contudo, as personagens femininas são retratadas em termos de feminilidade enfatizada: o ideal de beleza, a emotividade extrema e a dependência do romance nos esforços para colher uma parte dos privilégios masculinos. Da mesma forma, quando as mulheres são

retratadas como poderosas, o poder é definido em termos masculinos de agressão, força e competição (Jacob, 2003: 8).

Quando falamos então da desigualdade de género, são geralmente as mulheres que surgem como “o outro”. As mulheres são raramente apresentadas nos tópicos que ocupam as agendas noticiosas e até mesmo em temas que afetam profundamente a vida das mulheres, como por exemplo a violência doméstica. Além da violência doméstica não ocupar, a maior parte das vezes, as agendas noticiosas existe outro ponto crucial que também não se encontra presente que é o Dia Internacional da Mulher.

O Dia Internacional da Mulher é um marco histórico que assinala simbolicamente o início das lutas pela igualdade com os homens em todas as esferas da vida, nomeadamente, nos campos fundamentais, e que atingem com mais facilidade a agenda mediática, como é o caso da política, do desporto e da economia. O homem continua a ser visto como um líder nato, como o sexo forte, capaz de tomar as decisões mais significativas e, por isso, a política, o desporto, a religião e a economia representam a área mais forte da sua esfera de ação.

A questão da representação da política como um *habitus* masculino parece-nos provada e é também resultado do efeito de “gate keeping” – “presta atenção ou ignora”, que exclui as mulheres como actores, não lhe dando a palavra, e criando um “clima de opinião” pouco convidativo para as mulheres que poderiam pensar em ingressar numa carreira política. Os assuntos a que é dada maior relevância, efeito do *agenda setting*, são os que estão virados para a competição entre os actores masculinos, e as metáforas utilizadas, criam um “ser-como” no campo da política, que o torna um campo de guerras, lutas e deportos onde existe hegemonia masculina (Barbosa, 1998: 123).

Estas diferenças, presentes na sociedade, levam a que os *media* continuem a perpetuar e a criar estereótipos.

Para além destes vários tipos de diferença encontrados também é importante sublinhar que os/as jornalistas tendem a ver as mulheres como vozes sem autoridade, isto é, sem voz ativa para que possam de um modo geral demonstrar as suas ideias em relação àquilo que é noticiado e de modo a poderem defender-se das injustiças a que são sujeitas. Podemos dizer então que o sexo feminino continua a ter pouca visibilidade nos discursos mediáticos.

Conclui-se, assim, que a distribuição das vozes no discurso jornalístico é desigual, uma vez que as mulheres estão presentes no lado dos “invisíveis” ou “visíveis” com pouco destaque ou “visíveis” em algumas dimensões e que as notícias sobre o género invocam estereótipos. (Jacobs, 2003).

Nos dias de hoje, século XXI, a desigualdade com base no sexo ainda é um desafio da democracia e do exercício da cidadania das mulheres, uma vez que os homens continuam a ocupar a maior parte dos cargos políticos e das posições de chefia no trabalho (Cerqueira, 2008). Victoria Camps vai ao encontro desta citação e refere:

Qualquer mulher pode ser directora de um jornal. Algumas chegaram a sê-lo. Em teoria é assim. Mas a prática é outra coisa. Na prática, as mulheres têm dificuldade em chegar ao topo e encontram obstáculos de toda a espécie quando querem atingir uma posição de destaque (*apud* Cerqueira, 2008: 142).

A partir do estudo feito, presente no texto “A Imprensa e a Perspectiva de Género. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher”, podemos verificar que o discurso mediático representa as mulheres de forma bastante limitada, isto é, o sexo feminino continua a ter pouca visibilidade nos dias de hoje. Em relação ao Dia Internacional da Mulher, as mulheres emergem maioritariamente em notícias de informação geral ou estatística, trabalho e vida profissional e questões sociais ligadas à violência de género. Podemos dizer, por isso, que existe mesmo uma sobrerrepresentação da mulher como vítima, sobretudo associada à violência doméstica.

Deste modo, e como já tinha salientado anteriormente, o estudo de Cerqueira também demonstra que

este tipo de representação da efeméride parece ter contribuído para a construção no espaço público da ideia de que as mulheres, apesar dos grandes avanços, ainda são o “segundo sexo” (Beauvoir, 1975) em todas as esferas da vida pública (Cerqueira, 2008: 160).

Além disso, o estudo demonstra ainda que o sexo feminino é representado, maioritariamente, como objeto/corpo/vedeta, sendo este reduzido ao aspeto estético, havendo casos em que as mulheres são representadas pela sua relação familiar e não pela sua condição individual.

Concluindo, e a partir do estudo acima referido (“A Imprensa e a Perspectiva de Género. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher”), podemos afirmar que ainda vivemos numa sociedade patriarcal, que aproveita a agenda dedicada à Mulher para demonstrar a desigualdade e retomar estereótipos de género.

### 1.5.2. Ciganofobia

A Ciganofobia é um

termo que define a expressão de um conjunto de enviesamentos, preconceitos e estereótipos que fundamentam o comportamento de muitos membros do grupo maioritário face às comunidades Ciganas/Roma e Viajantes, profundamente enraizado na Europa.<sup>2</sup>

A reprodução de estereótipos, em relação à etnia cigana, coloca obstáculos significativos na superação de atitudes negativas em relação a esta população.

O termo ciganofobia reflete-se no uso de retóricas estigmatizadas no espaço público, nomeadamente, no discurso mediático, no qual a etnia cigana tende a figurar associada a crimes, particularmente crimes violentos. As notícias de crime são as consideradas mais populares e recorrentes, por isso o crime surge como a mais larga e competitiva área do jornalismo.

A etnia cigana é, assim, apresentada pelos *media*, segundo o estudo presente no texto “Crime na Imprensa”, como sendo composta por transgressores, vilões, culpados nos acontecimentos relatados. Relativamente ao sexo, os indivíduos são na sua maioria homens. Além disso, a referência à etnia está sempre presente na totalidade das notícias, sempre que estão em causa sujeitos pertencentes às “outras etnias”, ou então, é feita a referência aos espaços que se encontram ampla e socialmente etnicizados. Alguns exemplos de notícias encontradas ao longo o projeto

---

<sup>2</sup> Informação retirada do *Boletim Informativo* sobre a ciganofobia do Projeto *In Other Words-Por Outras Palavras* (disponível em [http://issuu.com/ieba/docs/poroutraspalavras\\_boletim\\_tematico\\_ciganofobia\\_jan](http://issuu.com/ieba/docs/poroutraspalavras_boletim_tematico_ciganofobia_jan))

*In Other Words* que comprovam esta teoria são: “Clã Monteiro apanhado nas malhas da droga”; “Tiroteio no Cerco não vai ficar por aqui”; entre outras.<sup>3</sup>

Além disso, este estudo demonstra também que o crime noticiado pelos jornais – o crime contra as pessoas – é eleito, não por ser o que mais acontece no país, mais incomum ou mais extraordinário, acabando por tornar o crime violento, nomeadamente o homicídio, mais noticiável. Podemos assim dizer que nas notícias, que ressaltam a etnia cigana, dominam os crimes violentos contra o património com o uso de violência, roubo ou extorsão.

O que os/as jornalistas acabam por passar para o espaço público é que os indivíduos de etnia cigana são uma ameaça para a sociedade em geral.

Por outro lado, além de os *media* fazerem referência aos crimes praticados por esta etnia ainda reforçam nas notícias os locais onde estes se encontram, os chamados bairros problemáticos. Estes grupos são vistos, quer por parte de quem lê quer por parte dos/as jornalistas, como se não fizessem parte do mundo no qual se aplicam regras, valores e considerações de justiça, uma vez que residem nestas áreas urbanas que carecem constantemente de intervenção policial. Estes são assim considerados como culpados da existência de violência nas ruas.

As notícias, na sua maioria, enfatizam nos seus discursos a tragédia, o caos e a destruição, através do uso de determinadas palavras ou expressões que chocam e que apresentam o acontecimento como um drama literário, como por exemplo, “Relação amorosa causa tiroteio no Cerco”; “Ciganos deixam Lidador”, entre outras<sup>4</sup>

Concluindo, e como já foi referido neste ponto, podemos afirmar que os indivíduos do grupo étnico cigano

são apresentados pela imprensa nacional como grupos que ameaçam os valores e interesses da sociedade portuguesa, a partir do momento em que são noticiados como transgressores, quando não o são como selvagens, provocando reações excessivas (Gomes, 2011: 22).

---

<sup>3</sup> Informação retirada do *Boletim Informativo* sobre a ciganofobia do Projeto *In Other Words-Por Outras Palavras* (disponível em [http://issuu.com/ieba/docs/poroutraspalavras\\_boletim\\_tematico\\_ciganofobia\\_jan](http://issuu.com/ieba/docs/poroutraspalavras_boletim_tematico_ciganofobia_jan))

<sup>4</sup> Informação retirada do *Boletim Informativo* sobre a ciganofobia do Projeto *In Other Words-Por Outras Palavras* (disponível em [http://issuu.com/ieba/docs/poroutraspalavras\\_boletim\\_tematico\\_ciganofobia\\_jan](http://issuu.com/ieba/docs/poroutraspalavras_boletim_tematico_ciganofobia_jan))

Todas estas informações manifestas e latentes, que a narrativa jornalística nos oferece, acabam por produzir uma adesão emocional e moral por parte dos leitores, pelos resultados do estudo mencionado.

### 1.5.3. Homofobia

A homofobia baseia-se num preconceito que origina atitudes negativas face à homossexualidade. A noção de homofobia reporta-se simbolicamente a outros processos de exclusão social envolvendo pessoas transgénero (transfobia) e bissexuais (bifobia), afetando qualquer indivíduo percecionado como marginal à norma heterossexual predominante (Santos, 2012a).

A homofobia também serve aos *media* como cobertura noticiosa. Quando os homossexuais começaram a ser retratados nos *media*, segundo Morrison (2003), estes eram apresentados nas secções sobre o crime. Hoje em dia, na maior parte das sociedades, os indivíduos que escolhem o seu companheiro como sendo do mesmo sexo já não são vistos como criminosos, mas como sendo indivíduos pervertidos, imorais e doentes. A homofobia manifesta-se através do silenciamento e da invisibilidade de pessoas LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais e transgénero).

A homofobia, em pleno século XXI, encontra-se cada vez mais presente nos discursos dos *media*, através de notícias sobre casamentos homossexuais, adoção de crianças, entre outras. Além disso, a homofobia ainda é vista como algo que se afasta ou que não se enquadra nos parâmetros “ideais” da sociedade, principalmente no que diz respeito à religião.

Podemos então salientar que a cobertura noticiosa é feita de forma tendenciosa e manipulativa, mostrando ignorância e/ou preconceitos no que diz respeito a questões de orientação sexual ou identidade de género. Em contrapartida, não é dada qualquer saliência ao Dia Internacional Contra a Homofobia ou outros eventos que sejam assinalados sobre esta temática.

Segundo o estudo “De objecto a sujeito – Olhares Mediáticos sobre o activismo LGBT Português” (Santos, 2009c), verifica-se um aumento considerável do número de notícias relacionadas com esta temática. Esta cobertura mediática pode estar relacionada com os debates parlamentares sobre as uniões de facto e casos de discriminação institucional. Conclui-se, por isso, que a cobertura mediática nos dias de hoje já aborda eventos LGBT quer no que respeita à visibilidade, credibilidade e empatia.

Em jeito de conclusão, podemos referir que os processos de discriminação por homofobia têm tendência, ao longo do tempo, a serem cada vez mais discutidos e a serem cada vez mais reduzidos em todas as esferas da vida pública e privada. Além disso, é de notar que a homofobia tem vindo a diminuir como podemos verificar nas notícias analisadas no projeto *In Other Words*, por exemplo, “Televisão. O velho tabu homossexual é agora o... ‘novo normal’”.<sup>5</sup>

#### 1.5.4. Xenofobia

A realidade dos imigrantes é socialmente construída pela linguagem, pelo discurso e pelas representações mediáticas.

A xenofobia é definida como sendo a

aversão ou hostilidade manifestada a pessoas ou coisas estrangeiras. Essa aversão ou antipatia pode ser traduzível em percepções ou comportamentos e tem sempre um denominador comum: manifesta-se em relação a indivíduos de uma nacionalidade diferente da do próprio, isto é, estrangeiros (Cabecinhas, 2008: 6).

Segundo o estudo sobre o “Crime na Imprensa”, os *media* apresentam a imigração como uma ameaça através das suas notícias referentes a expulsões, detenções e criminalidade de indivíduos do sexo masculino, na sua maioria. Os imigrantes dos PALOP estão associados a crimes relacionados com posse ou tráfico de

---

<sup>5</sup> Informação retirada do *Boletim Informativo* sobre a homofobia do Projeto *In Other Words-Por Outras Palavras* (disponível em [http://issuu.com/ieba/docs/poroutraspalavras\\_boletim\\_tem\\_tico\\_homofobia\\_jan20/1?e=4353692/1616749](http://issuu.com/ieba/docs/poroutraspalavras_boletim_tem_tico_homofobia_jan20/1?e=4353692/1616749))

drogas enquanto os imigrantes da Europa de Leste conseguem igualar com o crime contra as pessoas, o crime contra valores e interesses da vida em sociedade, tais como o tráfico de pessoas, falsificação de documentos ou moedas, associação criminosa, entre outros (Gomes, 2011).

Os jornais explicitam a nacionalidade do/a autor/a do crime, principalmente se for de origem cabo-verdiana. Embora a maior parte das vezes esteja patente apenas a sua proveniência não referindo ao certo a sua nacionalidade como acontece com os imigrantes europeus de leste e com os africanos. Tal como podemos verificar nas seguintes notícias: “Bandos de Leste treinam assaltos a casas em armazéns e oficinas”; “Aumentam crimes ligados à imigração”; “Clandestinos da Europa de Leste roubavam casas por arrombamento”; entre outras.<sup>6</sup>

Outro ponto crucial que é importante focar nesta análise diz respeito às tradições, que sempre discriminaram entre os de dentro e os outros, ou seja, que são um recurso para a identidade pessoal na sua dimensão coletiva, uma identidade que é resultado da constância ao longo do tempo. Os imigrantes têm a sua cultura, que é muitas vezes diferente da dos “outros”, o que leva por vezes à discriminação, uma vez que a maior parte das vezes essa cultura não é encarada como “normal”. São, segundo o estudo do ACIDI, os brasileiros, os imigrantes de leste e os imigrantes africanos os que são mais destacados negativamente, no que respeita às diferenças culturais.

Para entender este processo, Costa retoma Giddens referindo-se à utilidade das rotinas do quotidiano sem as quais o ser humano teria dificuldade em funcionar.

E a tendência para se reproduzir padrões interiorizados na infância, um mecanismo que leva a um condicionamento das opções, na medida em que o indivíduo não se apercebe que está a operar dentro desse sistema e assim tem tendência a permanecer no único mundo que conhece (Costa, 2010: 45).

O termo xenofobia surge no quotidiano, muitas vezes, associado ao conceito de racismo. O racismo é

uma doutrina que pretende ver nas características intelectuais e morais atribuídas a um conjunto de indivíduos [...] o efeito necessário de um património genético comum. Não se

---

<sup>6</sup> Informação retirada do *Boletim Informativo* sobre a xenofobia do Projeto *In Other Words-Por Outras Palavras* (disponível em [http://issuu.com/ieba/docs/poroutraspalavras\\_boletim\\_tem\\_tico\\_xenofobia\\_jan20/1?e=4353692/1616736](http://issuu.com/ieba/docs/poroutraspalavras_boletim_tem_tico_xenofobia_jan20/1?e=4353692/1616736))

pode alinhar sob a mesma rubrica [...] a atitude de indivíduos ou de grupos cuja fidelidade a determinados valores os torna parcial ou totalmente insensíveis a outros valores (Cabecinhas, 2008: 13).

Assim sendo, podemos dizer que Portugal, através dos meios de comunicação, ajudou a conceber uma imagem negativa e estereotipada de vários grupos de imigrantes.

### 1.5.5. Deficiência

A deficiência é entendida como “o resultado de um corpo “imperfeito” e as pessoas com deficiência apresentam-se como dependentes e passivas face às suas biografias” (Fontes, 2012: 71). A deficiência é assim entendida como um resultado direto da incapacidade.

A imagem da deficiência na sociedade está associada a uma compreensão negativa, estigmatizada. Uma vez que a deficiência de um indivíduo é representada como a sua única característica e em que outros aspetos individuais, tais como as emoções, os atributos intelectuais, o género, a religião, as competências e potencialidades são muitas vezes desprezadas e ignoradas.<sup>7</sup>

Os *media* detêm particulares responsabilidades na formação das mentalidades e dos comportamentos sociais, como já tenho vindo a referir ao longo de todo o enquadramento. Os meios de comunicação social não dedicam atenção às pessoas com deficiência. A presença destas nos *media* é frequentemente esquecida ou praticamente invisível. Mas quando dão visibilidade por vezes usam um vocabulário incorreto e discriminatório, como por exemplo, citar na mensagem “o/s deficiente/s” ou “cegos” em vez de dizerem “pessoa com deficiência”. Podemos assim comprovar isto na notícia “Alterações à lei par evitar acidentes com cegos”.<sup>8</sup> Esta terminologia

---

<sup>7</sup> *Media & Deficiência* (2011), Relatório grupo de reflexão media e deficiência. Pág.5 (disponível em [www.gmcs.pt/pt/noticias/relatorio-media-e-deficiencia](http://www.gmcs.pt/pt/noticias/relatorio-media-e-deficiencia))

<sup>8</sup> Informação retirada do *Boletim Informativo* nº12 do Projeto *In Other Words-Por Outras Palavras* (disponível em [http://issuu.com/ieba/docs/poroutraspalavras\\_boletim\\_jan2013\\_12/1?e=4353692/1616664](http://issuu.com/ieba/docs/poroutraspalavras_boletim_jan2013_12/1?e=4353692/1616664))

“pessoa com deficiência” é definida como a mais correta, pois funciona como eufemismo para negar ou suavizar a deficiência, ou seja, o que é preconceituoso.<sup>9</sup>

Por outro lado, a deficiência como já referi, não ocupa nenhum lugar de destaque para os/as jornalistas na produção das suas notícias. É dada visibilidade a qualquer indivíduo que ocupe um destaque, por qualquer motivo, no desporto, por exemplo. Mas se esse indivíduo tiver uma deficiência, será que é dada a mesma visibilidade? Provavelmente não. Os meios de comunicação social deveriam desempenhar um papel mais ativo, relevante e determinante no que concerne ao tratamento não discriminatório dos indivíduos com deficiência. Isto com o objetivo de suprimir os estereótipos, os preconceitos e o medo em relação ao que é “diferente”, cooperando para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência e para a sua efetiva inserção na sociedade.

Concluindo, e salientando a ideia que se encontra patente no relatório do grupo de reflexão *Media e Deficiência* os *media* poderiam

desempenhar um papel fundamental na promoção da imagem, da dignificação, dos direitos, da igualdade de oportunidades e da integração das pessoas com deficiência na sociedade e, assim, contribuir para o conhecimento e sensibilização dos restantes cidadãos para as questões da deficiência (2011: 6).

## **Em suma,**

### Segundo McQuail

os *mass media* são um fenómeno demasiado complexo para ser representado por um modelo de tipo convencional [e, além disso], por muitos aspectos, as actividades sociais-chave que devem ser estudadas, não são predominantemente comunicativas, a não ser no sentido em que todas as relações sociais dependem da comunicação (McQuail *apud* Wolf, 2001: 133).

Deste modo, a sensibilização da opinião pública para as temáticas em discussão e para a sua importância na vida em sociedade está muito dependente da agenda mediática. Os *media* assumem-se como construtores da opinião pública, patenteando

---

<sup>9</sup> Informação retirada da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/portal.php/terminologia>)

certos temas em detrimento de outros, importando para o espaço de discussão coletiva certas problemáticas e, por outro lado, oferecendo as suas próprias leituras dos acontecimentos, do que é ou não importante, do que pode e deve ser conhecido e discutido coletivamente. A sua influência reside em atuarem consoante os seus próprios critérios de noticiabilidade e a sua capacidade de delinear as mensagens que percorrem o espaço público.

Como pudemos ver ao longo de todo o enquadramento teórico, as comunicações de massa são numa grande parte caracterizadas pela desigualdade e irracionalidade. É a partir de temáticas como as questões de género, ciganofobia, homofobia, xenofobia e deficiência que conseguimos perceber com mais nitidez os estereótipos e os preconceitos que os *media* reforçam e incutem no mundo que nos rodeia.

Concluindo, podemos referir que os meios de comunicação de massa são um dos lugares sociais e políticos de construção de identidades. É a partir deles que perpassam e se constroem definições e ideologias de distintos grupos etários, étnicos, de classe, de cultura e de sexo (Silveirinha, 2004c).

## 2. Caracterização da Organização

Para a realização do meu estágio curricular, a organização escolhida tem por nome IEBA – Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais. Posto isto, de seguida será ostentada de forma detalhada a apresentação desta organização.

### 2.1. Apresentação da Organização

O IEBA – Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais é uma associação de desenvolvimento local, privada sem fins lucrativos, com sede no concelho de Mortágua que foi criada em 27 de Dezembro de 1994.

O IEBA tem por objetivo, de acordo com os seus estatutos, “...o desenvolvimento da sua área de intervenção, nomeadamente através de apoio técnico e promoção das atividades económicas, culturais e sociais, dos recursos humanos, do ensino e formação profissional, bem como a criação e a gestão de empresas (...)”.<sup>10</sup>

Para a concretização dos objetivos referidos, o IEBA desenvolve um conjunto de atividades que estão agregadas em gabinetes e áreas de trabalho, com equipas multidisciplinares, nomeadamente, o Gabinete de Formação e Emprego; Gabinete de Projetos de Desenvolvimento; Gabinete de Serviços a Empresas; Zona de Incubação de Empresas e Arrendamento de Escritórios; Zona de Loja do Empresário.

O Gabinete de Formação e Emprego organiza, concebe, planeia, realiza e avalia intervenções formativas; e dinamiza uma bolsa de emprego. Por outro lado, o Gabinete de Projetos e Desenvolvimento concebe candidaturas, estabelece parcerias, coordena e presta serviços para a realização de projetos de inovação e

---

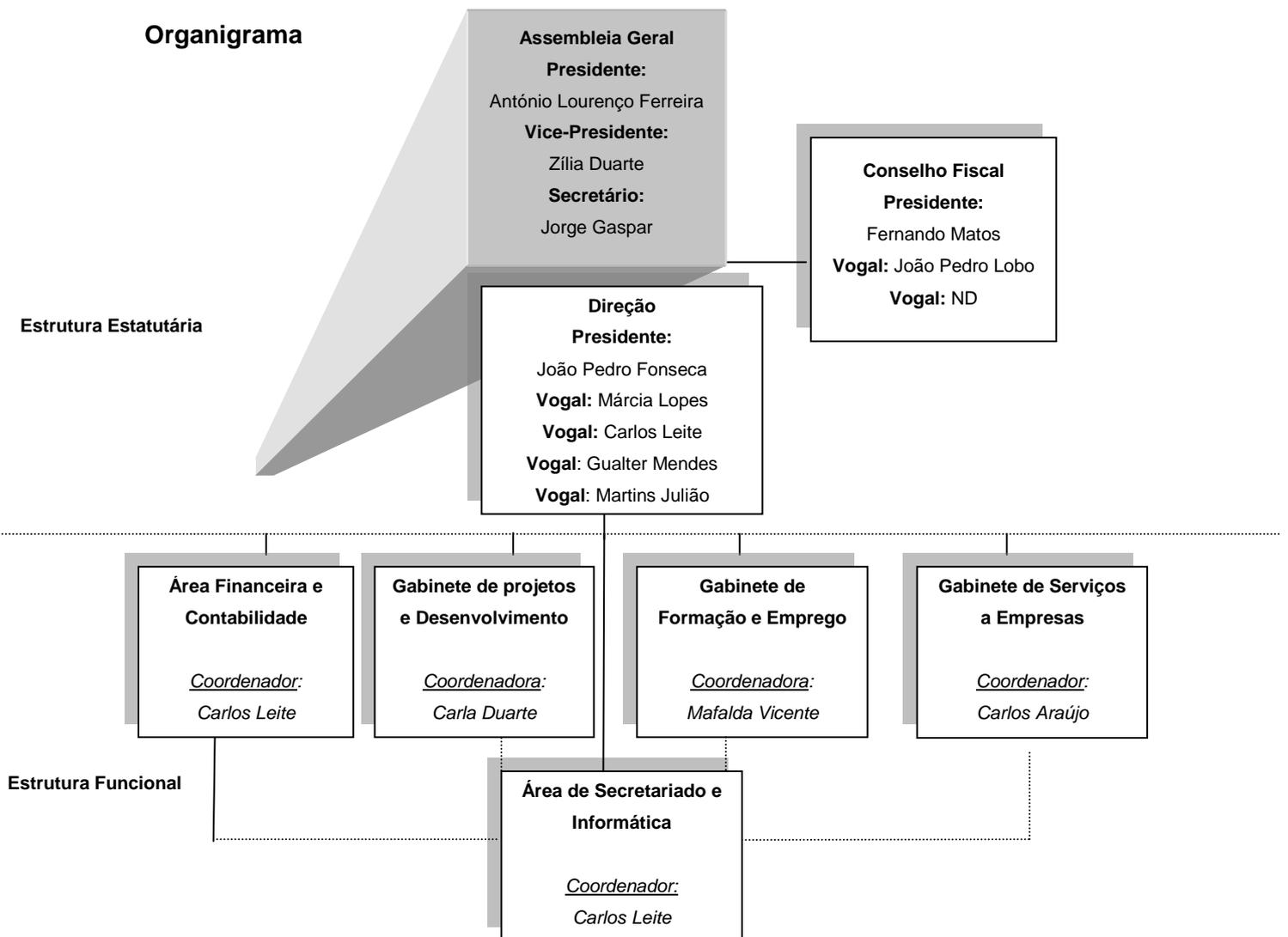
<sup>10</sup> Consultado no seguinte site: [http://www.ieba.org.pt/ieba\\_pt/](http://www.ieba.org.pt/ieba_pt/).

desenvolvimento, social e local, no âmbito de programas europeus e nacionais. E por último o Gabinete de Serviços a Empresas fornece informações e serviços técnicos especializados ao tecido empresarial, a outras organizações e a empreendedores/as.

O IEBA tem como missão contribuir para o desenvolvimento do território, das pessoas e das organizações com as quais colaboram, através da implementação de atividades, projetos e da prestação de serviços técnicos especializados, no campo cultural, social e económico. Como visão, o IEBA quer ser uma associação inovadora e qualificada, com a capacidade de encontrar os mecanismos mais adequados para responder aos desafios do desenvolvimento; reconhecida pelo trabalho realizado a nível local, regional, nacional e europeu e sustentável, através da criação de valor e benefícios para parceiros, clientes, colaboradores, comunidade e meio ambiente.

Como objetivos estratégicos, o IEBA procura: conceber, gerir e participar em projetos e atividades de âmbito europeu, nacional, regional e local; informar e prestar serviços técnicos especializados às empresas, entidades da economia social, autarquias e a empreendedores/as; melhorar as competências e elevar a qualificação das pessoas através do planeamento, organização, execução e avaliação de ações de formação profissional; e promover o emprego.

Para concretizar a sua missão, o IEBA conta com o seguinte organograma:



Verificamos, pelo esquema acima, que o IEBA possui uma equipa técnica e multidisciplinar composta por 14 colaboradores/as internos/as (12 do sexo feminino e 2 do sexo masculino), que colaboram regularmente com um grupo de consultores; 6 colaboradores/as externos/as (3 do sexo feminino e 3 do sexo masculino).

O IEBA é uma entidade formadora acreditada pela DGERT **Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho**, nos domínios da conceção, organização e promoção, desenvolvimento e execução, acompanhamento e avaliação e outras formas de intervenção formativa, pelo que, para além do quadro funcional indicado, recorre à colaboração de um número significativo de formadores/as externos/as.

Como estagiária em Sociologia no IEBA, inseri-me no Gabinete de Projetos e Desenvolvimento, composto por cinco colaboradoras internas de distintas áreas:

Sociologia, Gestão de Empresas e Economia. Por serem de áreas distintas, o seu trabalho complementa-se e podemos assistir a um trabalho multidisciplinar.

Este gabinete tem os seguintes projetos em curso:

	<b>Projetos</b>	<b>Objetivos</b>
<b>Nacionais</b>	Ser ou Não Ser Igual? III (POPH-CIG)	Mobilizar o concelho de Mortágua para a igualdade de género
	Q3-Qualificar o 3º Sector (POPH)	O Modelo Q3 é uma metodologia de qualificação, baseada em atividades de consultoria e formação, aplicável em organizações do 3º Sector. Visa promover a melhoria dessas organizações e das pessoas que nelas colaboram, ao nível da gestão e da organização interna, através de processos que promovam e motivem para a mudança, inovação e criatividade, que possibilitem a internalização de conhecimentos, o “empowerment” e a aprendizagem contínua.
	Corpo São, Mente Sã	Criação de um Centro de Estudo Acompanhado aos jovens jogando rugby, futebol, ciclismo, ténis e outras atividades desportivas, fazendo ligação entre atividades após a escola e o início da prática desportiva especialmente para os jovens que vivem longe da vila.
	J.100%	Aumentar a interação da associação com as organizações desportivas locais em Mortágua, o desenvolvimento de atividades conjuntas e promover uma maior mobilização da juventude para a prática de diferentes modalidades desportivas.
<b>Europeus</b>	Insight	Fornecer suporte integrado, adaptado às necessidades dos grupos mais desfavorecidos de desempregados no contexto da crise económica global.
	Cristal	Promover a sustentabilidade em níveis estratégicos e práticos nas suas organizações.
	Q3.eu	Identificar e trocar experiências do terceiro setor de qualificação a nível europeu, envolvendo parceiros cuja experiência irá criar uma mais-valia para a profundidade e melhoria destas atividades de qualificação do setor.

## **3. Desenvolvimento do estágio**

Este terceiro capítulo tem como intuito conhecer as principais atividades que fui realizando ao longo do estágio, bem como a apresentação mais detalhada do projeto *In Other Words*, do qual já fui referindo algumas das conclusões e análises.

### **3.1. Atividades desenvolvidas no decorrer do estágio**

O estágio realizou-se no IEBA no período de 01 de Outubro de 2012 a 31 de Janeiro de 2013, e decorreu durante horário diurno normal de trabalho da entidade.

Numa fase inicial as atividades mais relevantes consistiram na integração no projeto de estágio, ou seja, foi-me facultado todo o material acerca do projeto para posterior leitura, tais como documentação do projeto, consulta do *website* e redes sociais, parceiros e financiadores do projeto.

Durante o estágio, tive como principal atividade analisar e selecionar notícias dos 3 jornais regionais (*Campeão das Províncias*, *Diário As Beiras* e *Diário de Coimbra*), e fazer a monitorização das mesmas.

No primeiro mês de estágio, foi-me possível participar na apresentação do projeto na Tocha, onde fiquei a conhecer melhor todo o trabalho realizado até aí, acabando por ter uma perceção mais aprofundada do projeto. No mesmo mês, participei ainda numa conferência sobre o tema do projeto e na reunião da parceria europeia do projeto em Almeria, Espanha. Durante os meses de estágio estive também presente, mensalmente, em todas as reuniões da Unidade Local de Análise de Imprensa (ULAI) na casa de Chá da APPACDM em Coimbra.

Numa segunda fase, as minhas tarefas passaram pela colaboração na elaboração dos boletins informativos mensais.

Por fim, fui encarregada de elaborar um questionário cujo objetivo era conhecer a opinião do público em geral sobre os boletins informativos mensais (se tinham acesso aos boletins informativos e qual era a sua opinião sobre os mesmos). Este questionário foi produzido *on line* através do programa "SurveyMonkey". As respostas aos questionários foram tratadas e analisadas. Além disso, foram ainda elaborados questionários *on line* de perguntas abertas. Estes questionários foram dirigidos aos membros da ULAI, parceiros do projeto, e tiveram como finalidade tentar captar a sua opinião acerca desta temática e acerca do projeto *In Other Words*.

A minha função principal, no entanto, foi elaborar os Boletins Informativos Temáticos, com o intuito de apresentar os tipos de discriminação pelas diferentes categorias (racismo/xenofobia, género, LGBTfobia, ciganofobia, deficiência). Para a realização destes boletins foi necessário selecionar as notícias nas várias linhas de análise de cada temática considerada mais relevante ao longo de todo o período de monitorização.

Inicialmente foi, no entanto, definido que eu participaria neste projeto e em outras atividades que fossem pertinentes para o meu desenvolvimento curricular e que fossem do interesse do Gabinete de Projetos de Desenvolvimento. Desta forma, além do projeto *In Other Words*, tive a oportunidade de cooperar no projeto Q3 ajudando na elaboração de relatórios de avaliação de ações de avaliação.

### **3.2. Apresentação do Projeto *In Other Words* – Por Outras Palavras**

A realização do meu estágio curricular no IEBA teve como principal propósito a integração no projeto *In Other Words*, cujo principal objetivo era chamar a atenção para o papel e a realidade dos *media* na Europa, concretamente sobre a sua influência em comportamentos intolerantes e sobre a sua contribuição positiva para combater a discriminação e promover a diversidade cultural.

Este projeto desenvolveu uma metodologia e implementou uma ação piloto que teve como intuito contribuir para a redução do impacto de notícias discriminatórias e estereotipadas, produzidas pelos *media* na comunicação pública. Para isso, foram constituídas sete Unidades Locais de Análise de Imprensa, em seis países Europeus (Espanha, Estónia, França Itália, Portugal e Roménia), cuja tarefa era realizar a monitorização da imprensa local e nacional, por um período de 15 meses, entre Novembro de 2011 e Janeiro de 2013.

Cada Unidade Local de Análise de Imprensa publicou mensalmente boletins informativos, com o resultado do processo de monitorização e análise de imprensa. Além disso, foi também publicada uma *newsletter* europeia do projeto, integrando de forma temática informação e análises de notícias produzidas pelos vários parceiros.

Em Portugal também foi organizada uma Unidade Local de Análise de Imprensa (ULAI), da qual faziam parte as seguintes entidades: IEBA (parceiro português do projeto), APAV-GAV de Coimbra, APPACDM de Coimbra, GRAAL, Não Te Prives e SOS Racismo; e desde o mês de Setembro de 2012, a UMAR Coimbra que também começou a participar na ULAI.

Durante o ano de 2012, a ULAI reuniu-se mensalmente, na casa de Chá da APPACDM em Coimbra, para analisar uma seleção de notícias dos jornais monitorizados em Portugal: 3 regionais (*Campeão das Províncias, Diário As Beiras e Diário de Coimbra*) e 7 de âmbito nacional (*Diário de Notícias, Jornal i, jornal de notícias, Expresso, Público, Primeiro de Janeiro e Sol*). Esta análise passou pela desconstrução das notícias, identificando conteúdos (escritos e também visuais) com elementos discriminatórios/estereotipados e, complementarmente, pela apresentação de propostas, sugestões e recomendações, de forma a que as notícias se centrassem na informação essencial, cumprindo a sua função informativa e contribuindo para a formação de uma opinião pública informada e com capacidade crítica. Das notícias analisadas era feita uma seleção das consideradas mais relevantes e que iriam integrar o boletim informativo temático.

Nos boletins informativos temáticos, os artigos mensais selecionados eram divididos em categorias diversas, de acordo com os tipos de discriminação que eram identificados nos referidos artigos. As categorias identificadas eram: homofobia,

xenofobia, sexismo, estereótipos, orientação sexual e nacionalismo.<sup>11</sup> Para além desta classificação, a ULAI também definiu dois tipos de categorias:

- pela positiva: artigos sem linguagem discriminatória, preconceitos, estereótipos, ou qualquer outro tipo de discriminação;
- alerta e in(visibilidade): utilizada para destacar a falta de tratamento de determinados temas ou eventos nos meios de comunicação.

---

<sup>11</sup> Em relação às categorias estereótipos e orientação sexual, podemos referir que estas não são mutuamente exclusivas, ou seja, não são categorias de natureza diferente das identificadas.

## 4. Metodologia

Para concretizar os objetivos do projeto *In Other Words*, tenho em conta a diversidade de questões e atores associados ao tema, foi necessário recorrer a vários procedimentos de produção de informação.

Ao longo do projeto foi feita uma análise da imprensa dos jornais regionais (*Campeão das Províncias*, *Diário As Beiras* e *Diário de Coimbra*) e nacionais (*Diário de Notícias*, *Jornal i*, *jornal de notícias*, *Expresso*, *Público*, *Primeiro de Janeiro* e *Sol*), com o intuito de perceber os tipos de discriminação que estão presentes nos mesmos, bem como os atos de discriminação pelas diferentes categorias (racismo/xenofobia, género, LGBTfobia, ciganofobia, deficiência).

Foram também realizados questionários *on line* contendo questões abertas, aplicados aos parceiros do projeto, com a finalidade captar as suas perceções acerca da temática e a sua opinião sobre o projeto *In Other Words*.

Os questionários são por definição

“... um instrumento rigorosamente estandardizado tanto no texto das questões como na sua ordem. No sentido de garantir a comparabilidade das respostas de todos os indivíduos, é absolutamente indispensável que cada questão que seja colocada a cada pessoa da mesma forma, sem adaptações nem explicações suplementares resultantes da iniciativa do entrevistador” (Ghiglione e Matalon, 2005: 110).

Como já foi referido, este questionário era composto essencialmente de perguntas abertas o que confere a quem responde maior liberdade na abordagem da problemática.

Para além das atividades desenvolvidas no âmbito do estágio, entendi que seria útil para este relatório apurar o feedback de jornalistas sobre os resultados da monitorização da imprensa realizada, uma componente do projeto que tinha sido inviabilizada por falta de resposta aos convites feitos pela entidade promotora do

projeto. Foram assim efetuadas, depois de terminado o estágio, entrevistas semidirectivas a seis jornalistas dos seguintes jornais: *Público*; *Agência Lusa*; *Diário de Coimbra*; *Diário de Notícias* e *Diário As Beiras*. Esta seleção teve como principal critério o facto de terem sido estes os *media* analisados que apresentam um maior número de notícias com atos discriminatórios. De referir que as entrevistas foram realizadas na cidade de Lisboa e de Coimbra. Em Lisboa, foram entrevistadas, duas jornalistas, uma delas faz parte do *Público* e outra da *Agência Lusa*. Na cidade de Coimbra, foram entrevistados dois jornalistas, um do *Diário de Coimbra* e outro do *Diário As Beiras*, e duas jornalistas, uma também do *Diário de Coimbra* e outra do *Diário de Notícias*. As entrevistas foram realizadas, na maior parte dos casos, nos próprios locais de redação.

A escolha deste tipo de metodologia deve-se sobretudo ao facto de as metodologias qualitativas serem consideradas as mais adequadas, quer pela riqueza de informação que proporcionam, quer pela adequabilidade no que respeita à questão de partida **“Qual o papel dos *media* no combate à discriminação?”**. Na perspetiva de Strauss e Corbin (1998), os métodos qualitativos podem ser utilizados para o estudo de áreas pouco conhecidas, e para obter detalhes acerca da vivência dos fenómenos como sentimentos, processos de pensamento e emoções, que dificilmente obteríamos através dos métodos quantitativos. Estes métodos são marcados pela subjetividade: as pessoas que participam no estudo têm a experiência de um fenómeno particular, possuem uma experiência e um saber pertinente ou partilham a mesma cultura (Fortin, 1999), o que leva à riqueza das experiências, com base nas informações produzidas.

Tal como referem Quivy e Campenhoudt, “Os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e interacção humana, permitindo ao investigador obter informações e elementos muito ricos” (2005:191-192). Assim sendo, a recolha de dados foi efetuada através da realização de entrevistas semidirectivas, as quais, pelas características que lhes são (re)conhecidas, podem facultar maior controlo dos temas a abordar, ao mesmo tempo que conferem ao estudo riqueza e detalhe de informação.

Enquanto técnica de recolha de informação, a entrevista permite decompor aprofundadamente o “sentido que os actores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêm confrontados” (Quivy e Campenhoudt, 2008:

193), contribuindo para uma melhor compreensão das representações das pessoas entrevistadas, neste caso jornalistas.

As entrevistas foram orientadas por guíões com questões abertas que permitiram a partilha de opiniões e reflexões sobre o tema em análise.

Por fim foi feita a análise de conteúdo das entrevistas e das respostas aos questionários. A análise de conteúdo, segundo P. Henri e S. Moscovici, é

“uma técnica para fazer interferências por identificação sistemática e objectiva das características específicas de uma mensagem... A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas utilizadas para o tratamento dos materiais linguísticos... A análise de conteúdo é um instrumento analítico despretensioso, senão mesmo sem fundamentação teórica” (*apud* Ghiglione e Matalon, 2005: 177 e 178).

A análise de conteúdo realizada foi essencialmente temática, para a qual foram elaboradas categorias (apresentadas em anexo a esta dissertação). A análise de conteúdo temática é definida como sendo “as que tentam principalmente revelar as representações sociais ou os juízos dos locutores a partir de um exame de certos elementos constitutivos do discurso” (Quivy e Campenhoudt, 2008: 228).

Esta análise de conteúdo foi possível uma vez que tanto no questionário como na entrevista as perguntas são de resposta aberta.

## 5. Apresentação de resultados

Neste último capítulo serão apresentados os dados relativos à análise de imprensa e as percepções e interpretações dos parceiros do projeto e de jornalistas acerca desta temática, ou seja, as entrevistas a jornalistas e as respostas dadas pelos parceiros aos questionários *on line*.

### 5.1. Análise de Imprensa

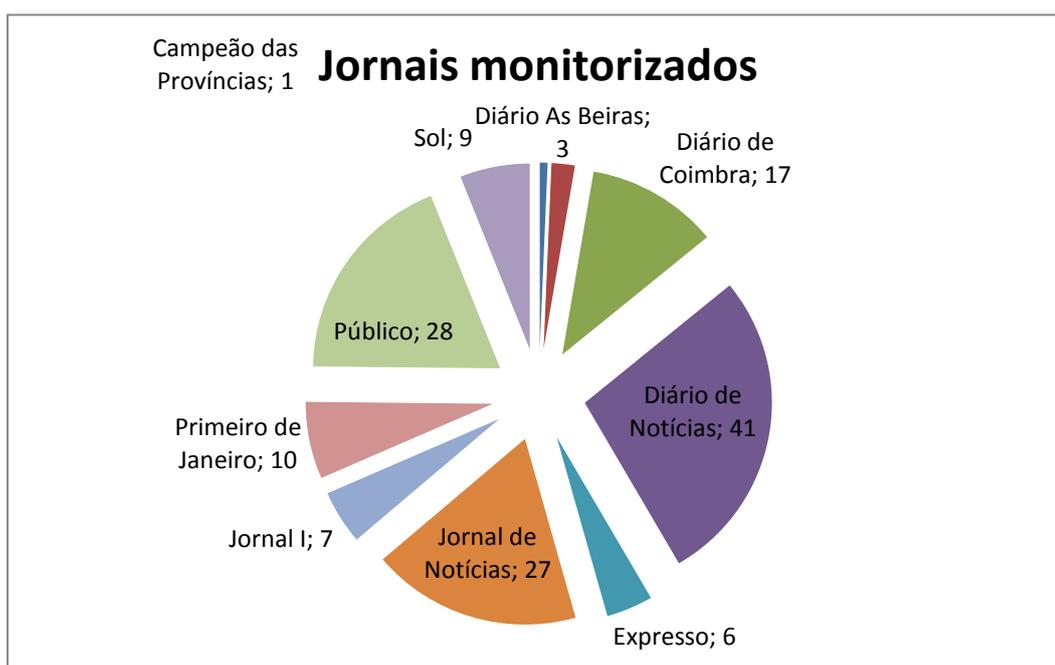
Ao longo de um ano de monitorização de análise de imprensa dos dez jornais de referência foram apuradas 149 notícias pela ULAI contendo atos estereotipados ou discriminatórios.<sup>12</sup> Estes dados foram tratados através do programa informático Excel.

Os resultados dessa análise podem ser vistos no gráfico que se segue.

---

<sup>12</sup> Não foi possível ter uma noção do universo das notícias encontradas ao longo do ano de monitorização, uma vez que as investigadoras do projeto não fizeram essa contabilização.

**Gráfico I – Notícias discriminatórias nos jornais analisados**

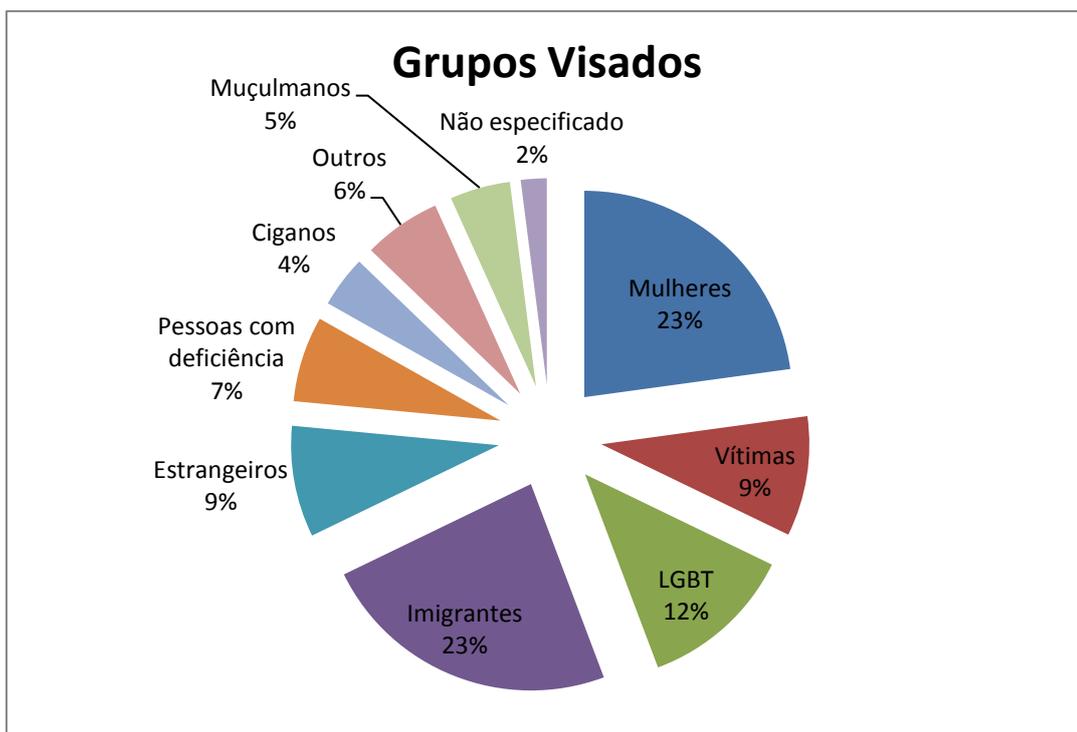


Fonte: Elaboração própria

Como podemos ver é o *Diário de Notícias* (41) o jornal que mais pratica estes atos discriminatórios. Seguindo-se o *Público* (28), depois com um número muito próximo deste o *Jornal de Notícias* (27) e o *Diário de Coimbra* (17). Além destes seguem-se o *Primeiro de Janeiro* (10), *Sol* (9), *Jornal i* (7), *Expresso* (6), *Diário As Beiras* (3) e, por último, o *Campeão das Províncias* (1).

Relativamente aos grupos visados é de constatar que são os Imigrantes e as mulheres (23%) que têm maior presença nos jornais. Ou seja, são os grupos mais discriminados seguindo-se o grupo LGBT (12%), vítimas e estrangeiros (9%), pessoas com deficiência (7%), muçulmanos (5%), ciganos (4%) e, por último os grupos não especificados (2%); como podemos verificar no gráfico II que se segue.

**Gráfico II – Grupos visados nos jornais monitorizados**

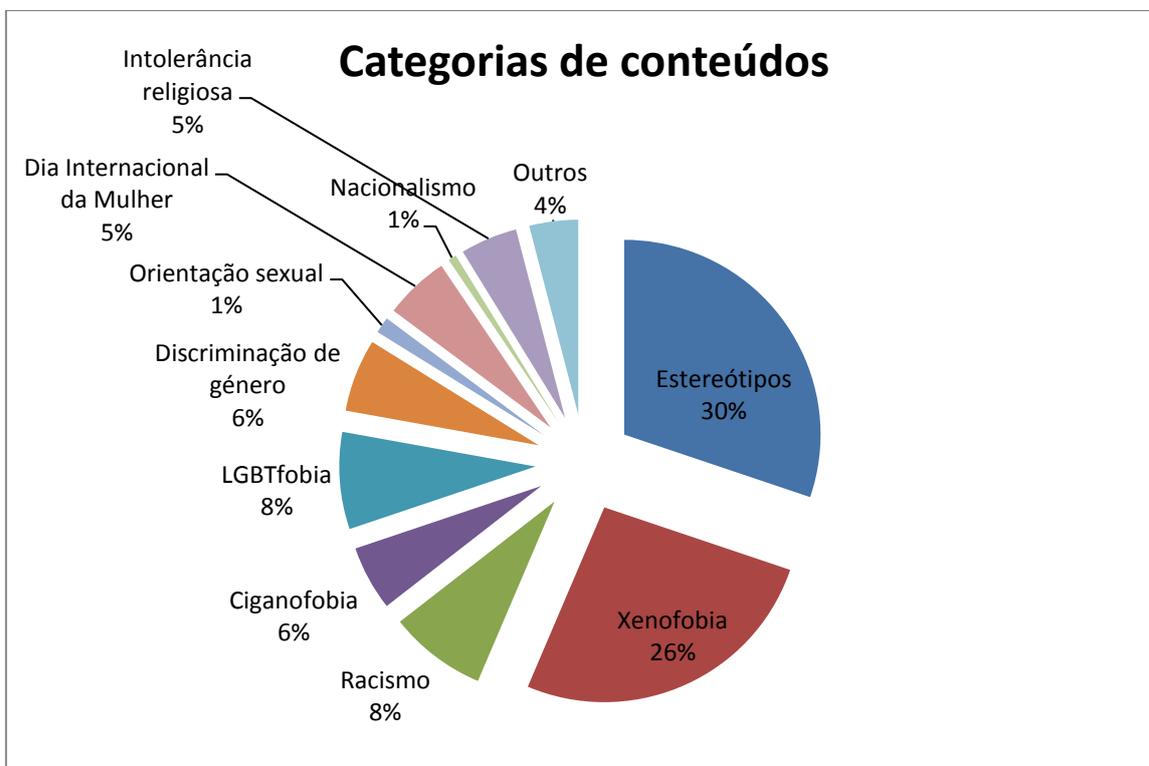


Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito às categorias de conteúdo, podemos aferir no gráfico III que são os estereótipos (30%) que são mais frequentes nos jornais, seguindo-se a xenofobia (26%). A seguir a estes conteúdos que são os que apresentam maior expressão segue-se o racismo e a LGBTfobia (8%), depois a discriminação de género e a ciganofobia (6%), o dia internacional da mulher e intolerância religiosa (5%), outros (4%), e por último o nacionalismo e a orientação sexual (1%).<sup>13</sup>

<sup>13</sup> É importante referir, mais uma vez, que em relação às categorias estereótipos, orientação sexual, dia internacional da mulher, intolerância religiosa e nacionalismo podemos referir que estas não são mutuamente exclusivas.

**Gráfico III – Categorias de conteúdo analisadas**



Fonte: Elaboração própria

Concluindo podemos constatar que os *media* reforçam e influenciam comportamentos intolerantes e discriminatórios, tal como já foi referido ao longo de todo o trabalho.

Além disso, é importante referir que devido ao facto de não ser possível ter uma noção do universo das notícias encontradas ao longo de todo o processo de monitorização não é possível averiguar se são os jornais nacionais ou os jornais regionais que mais discriminam.

## **5.2. Perceções e interpretações dos parceiros do projeto e de jornalistas acerca desta temática**

A partir dos objetivos deste trabalho e neste ponto, serão primeiramente descritos os resultados obtidos com as entrevistas semidiretivas e com os questionários *on line* realizados aos dois grupos, depois de tratados os dados através dos processos de categorização.

Em primeiro lugar serão descritas e analisadas os questionários *on line* dos parceiros do projeto e de seguida as entrevistas a jornalistas.

### **5.2.1. Questionários *on line***

Com o objetivo de compreender a perspetiva das organizações acerca do projeto e da temática em si foi importante realizar questionários.

Foi pedida a participação para o preenchimento de questionários *on line* a organizações da sociedade civil e de defesa dos direitos de grupos que são discriminados pela sociedade – APAV-GAV de Coimbra; APPACDM de Coimbra; GRAAL; Não Te Prives; e SOS Racismo. Importa referir que, para além das organizações mencionadas, foi pedida a colaboração da UMAR, a qual nunca deu resposta.

Este questionário foi constituído por 6 questões de resposta aberta, mas apenas serão analisadas as quatro últimas questões, uma vez que são as mais relevantes para a temática em estudo.

Em relação à primeira questão, na qual se tenta perceber se a monitorização e o estudo da discriminação se revela importante para analisar os discursos e práticas políticas, podemos verificar que as respostas dadas são semelhantes. As organizações referem que a monitorização e o estudo da discriminação nos *media* são importantes na formação de opiniões públicas, pois acabam por condicionar os discursos políticos. Tal como nos diz uma das representantes da APAV,

A monitorização dos *media* é fundamental para debater os discursos e práticas políticas, dado que frequentemente somos consumidores de notícias sem aprofundarmos o nosso olhar. Este estudo mais aprofundado permite perceber que imagens, ideias e práticas estão a ser valorizadas ou desvalorizadas pelos *media*, que relação existe com o poder político e económico e qual o impacto das notícias na formação de opinião.

A representante da Não Te Prives refere-nos que é importante construir uma sociedade mais inclusiva, em que as diferenças presentes em cada indivíduo sejam aceites.

Os *media* são portanto parceiros nesta tarefa urgente de construir uma sociedade mais inclusiva, que não seja cúmplice – por preguiça, ignorância ou inação – da opressão e exclusão de quem sempre esteve minorizado na balança das prioridades.

Relativamente à questão sobre as perceções que estas organizações têm do discurso dominante nos *media* sobre as questões que cada movimento social representa, é de sublinhar a constatação por parte de algumas organizações, como a SOS Racismo e a Não Te Prives, de que há sinais de mudança nas mentalidades da sociedade portuguesa que poderão levar à diminuição da discriminação.

Há claramente sinais positivos de mudança, que incluem uma maior preocupação em escutar fontes diversas, em incluir as vozes políticas dos sujeitos e não apenas o seu lado mais exótico ou estranho (Não Te Prives).

Contudo, aqui e ali, devido a várias intervenções públicas das organizações de cidadãos e do meio académico, as coisas podem estar a mudar no melhor sentido, embora devagarinho (SOS Racismo).

Ainda a propósito desta questão, a APPACDM e a Não Te Prives chamam a atenção para a tendência observada nos *media* para ignorarem especialmente alguns temas. Por exemplo, relativamente à deficiência observa-se um claro silenciamento: “E há grandes zonas de silêncio, temas que não aparecem, uma tendência para repetir determinadas molduras noticiosas com que se enquadram, quase por tique ou hábito, temas específicos” (Não Te Prives).

Além desse silenciamento referido pelo/a entrevistado/a é importante citar que a distribuição de vozes no discurso jornalístico é desigual, isto porque cada vez mais as mulheres estão presentes no lado dos “invisíveis” ou “visíveis” com pouco destaque ou “visíveis” em apenas algumas dimensões e, além disso, as notícias sobre o género invocam estereótipos.

Por outro lado, “...os *media*, duma maneira geral apenas noticiam eventos que as instituições vão levando a cabo, nunca se debruçando pela clarificação de situações de injustiça, discriminação ou abuso” (APPACDM).

As representantes da GRAAL e da APAV no seu testemunho têm opiniões divergentes no que respeita ao discurso dos *media*. O GRAAL refere que “O discurso dos *media* é conservador e até reacionário, imbuído dos estereótipos mais arraigados na sociedade portuguesa (...) Os Direitos Humanos e das Mulheres são maltratados a cada dia na imprensa portuguesa”. Tal como foi referido antes no enquadramento teórico, o discurso jornalístico insiste em difundir mensagens estereotipadas e pouco representativas das mulheres na sociedade, uma vez que são elas que são vistas como o “sexo fraco” e como vozes sem autoridade.

Por sua vez, a APAV alude que

o discurso dominante nos *media* sobre a violência doméstica contra as mulheres é adequado e cuidado, penalizador dos agressores, raramente caindo em discursos que culpabilizam a vítima, enfatizando as consequências mais graves da perpetuação da violência doméstica, como é o caso do homicídio conjugal, e alertando para a necessidade de uma atuação judicial mais célere e eficaz.

Das divergentes opiniões é importante salientar que o que é referido pelo GRAAL é validado à luz dos dados obtidos no projeto, isto porque ainda se assiste a uma diferenciação entre homens e mulheres acabando por se perpetuarem estereótipos, estes enraizados na sociedade.

No que concerne à questão sobre o que seria mais problemático no discurso da imprensa escrita analisada em Portugal verificou-se que existem diferentes opiniões, mas que se encontram interligadas. Por um lado, o silenciamento e a invisibilidade e, por outro, a tendência de os *media* criarem histórias que choquem a sociedade, bem como a tendência para a criação de uma visão maniqueísta da realidade. A partir desta análise é importante salientar, como foi referido na parte teórica deste estudo, a ideia da Ferin (2006), uma vez que esta refere que os *media* fomentam estereótipos, tendo como base valores-notícia ancorados em histórias esquisitas, extraordinárias, dramáticas, morais, humorísticas ou violentos.

O representante do SOS Racismo salienta que “Será talvez, em tempos de crise social e do alastramento do desemprego, da pobreza e da marginalização, o acirramento de pulsões segregacionistas, xenófobas e inimigas da coesão social”.

Na questão final do inquérito, procurava-se apurar o que estas organizações gostariam de ver trabalhado pelos *media*, em relação às causas que defendem. A maioria dos representantes realça que os *media* deveriam dar mais ênfase às atividades inclusivas organizadas pelas instituições e que deveriam alargar a sua intervenção na medida em que as temáticas fossem noticiadas e devidamente esclarecidas para que a opinião pública ficasse informada de modo a diminuir qualquer tipo de discriminação, promovendo o respeito pela pessoa “diferente”. Como salienta o representante do SOS Racismo

as diversas associações cívicas que intervêm no terreno deveriam ser chamadas a pronunciar-se na comunicação social em casos problemáticos. Mesmo quando se pretende consultar personalidades do meio académico, seria bom que se procurassem pessoas que tivessem um papel pedagógico e que não embarcassem em dogmatismos pouco esclarecedores e pouco críticos.

Concluindo, é importante salientar que os *media* além de comunicadores de mensagens são também atores influenciados pelo contexto económico, político e social quer pela recorrente popularização e comercialização dos acontecimentos. Salientando novamente a ideia de Victor Amaral, o jornalismo tem assim uma grande influência na vida dos indivíduos, uma vez que os ajudam a construir uma linha de ação normativa.

### **5.2.2. Entrevistas a jornalistas**

Neste ponto, serão analisadas as entrevistas realizadas a jornalistas.

Quando falamos em discriminação nos *media*, as opiniões podem ser divergentes, como tive possibilidade de ver nas entrevistas realizadas.

A maioria das/os jornalistas entrevistadas/os afirma que existe discriminação nos *media*, exceto uma jornalista que refere que não tem noção de que exista

discriminação. “... temos um cuidado extremo em não fazer o texto de modo a minorizar, ou a discriminar, ou a tratar mal aquela pessoa que está a ser objeto da notícia” (Entrevista a jornalista 3).

Para a maioria dos/as entrevistados/as a discriminação existe porque existe na nossa sociedade, ou seja, “...nos *media* não são um mundo aparte, não vivem isolados do resto das sociedades e portanto são o reflexo da sociedade. Se a sociedade é patriarcal e machista os *media* são patriarcais e machistas” (Entrevista a jornalista 6). Mas, por outro lado estes/as dizem ainda que hoje em dia há uma grande preocupação em tentar diminuir essa discriminação porque os *media* são filtradores daquilo que é a discriminação da sociedade portuguesa. A ideia aqui presente leva-nos ao encontro do que foi referido anteriormente, uma vez que é mencionado que os/as jornalistas são pessoas com estereótipos pois estes interpretam o mundo conforme a sua visão ou o seu conhecimento da realidade envolvente, esta demarcada pelas suas vivências, reflexões e aprendizagens.

Por outro lado, culpabilizam as forças policiais. Para eles/as, o/a jornalista sujeita-se ao fluxo noticioso dos órgãos policiais e dos órgãos judiciais.

As forças policiais portuguesas são altamente racistas, veiculam uma linguagem racista e xenófoba porque pertencem a um *status quo* e a uma ordem instalada e também não têm ainda reflexão crítica dentro das próprias forças de segurança para perceber o que é que estão a fazer. E, portanto, quando escrevem comunicados e os mandam para a imprensa eles são a maior parte das vezes racistas e xenófobos, quando se trata de crimes está lá sempre referenciada a origem étnica da pessoa que eles acabaram de prender ou se são imigrantes há-de ser certinho que vai lá estar isso mencionado sem ter qualquer relevância para o crime que acabaram de praticar e que poderia ter ser cometido por um português...se forem ciganos, lá estará a condição de ciganos...é inacreditável (Entrevista a jornalista 6).

há jornalistas que de forma natural, que tem a ver com a sua condição e com a sua cultura de base, podem ser levados a não pôr as outras características em primeiro lugar e isso é um risco da profissão. Tem a ver até com a forma como os jornais se fazem, com menos gente e cada vez com mais pressão, cada vez com menos tempo para serem pensados, cada vez com menos filtros, cada vez com menos *gatekeepers*. Falta de tempo, falta de gente e muitas coisas para fazer pode sair uma notícia menos pensada, menos rastreada por outrem porque a notícia não pertence aos jornalistas só, tem que pertencer a mais que uma pessoa, a um editor, a um colega do lado e pode acontecer que esse rastreio não

exista e depois lá sai o negro, o preto, cigano, coisas desse género (Entrevista a jornalista 4).

Esta ideia de que as forças policiais são uma das principais fontes que levam os *media* a cometer atos discriminatórios e estereotipados vem ao encontro do que já foi referido anteriormente na parte teórica, uma vez que tal como refere Sílvia Gomes “Os jornalistas, cidadãos que são, e os agentes policiais, que são as principais fontes de referência, reflectem nas notícias os seus medos e causam, no público em geral, reacções exageradas” (Gomes, 2011: 18). Assim sendo, é a partir das fontes, tal como diz uma das jornalistas (entrevista n.º 4), que os *media* são levados a cometer atos discriminatórios, uma vez que estes não conseguem, por falta de tempo, elaborar a notícia de uma forma mais rigorosa e cuidada acabando por colocar a notícia tal e qual como foi enunciada pela fonte. É importante ainda sublinhar que, nos dias de hoje, a natureza da informação é marcada pela velocidade dos processos de investigação o que leva os/as jornalistas a relatarem acontecimentos cronometrados, ou seja, sem tempo para serem pensados, acabando assim por comprometer a credibilidade jornalística. Por outro lado, é através das fontes que o jornalismo consegue chegar aos públicos com as suas notícias.

Quando informadas/os do número de notícias encontradas e dos jornais que continham elementos discriminatórios, as opiniões foram semelhantes. Em relação ao número de notícias acharam um número baixo. Tinham a noção que durante um ano de monitorização haveria um maior número de notícias. Por outro lado, uma jornalista ficou surpreendida com o número de notícias referindo que:

pelo menos todos nós aqui no jornal temos essa preocupação em fazer uma notícia, as nossas notícias, de forma isenta e de forma a não discriminar nem raças, nem nenhuma das minorias, não fazer qualquer tipo de discriminação. Portanto esse tipo...surpreende-me sinceramente, num período de um ano, surpreende-me porque no fundo acaba por ser de dois em dois dias há uma notícia discriminatória...preocupa-me até porque não tinha de todo essa noção (Entrevista a jornalista 1).

Em relação ao número de notícias encontradas nos jornais monitorizados três dos/as entrevistados/as ficaram surpreendidos pelo facto de o *Público* e o *Diário de Notícias* serem os jornais que mais discriminam.

*Público* e *Diário de Notícias*! Acho extraordinário porque deve ser os jornais que têm mais pessoas preocupadas com o assunto. Portanto acho extraordinário...acho engraçado. Acho

que devem ser os dois jornais, pelo que eu conheço das redações, eu trabalho no *público*, deve ser das redações que têm mais preocupações e acham que não discriminam (Entrevista a jornalista 5).

Por outro lado,

Não me espanta (...) parece-me estranho o *Jornal de Notícias* estar atrás do *Público* e do *Diário de Notícias*...parece-me estranho. O *Jornal de Notícias* é um jornal vocacionado para um certo tipo de jornalismo mais popular, mais próximo da sensação e das restantes emoções do que propriamente os outros. Embora o *Diário de Notícias* com esta direção, com a malta que veio do *Correio da Manhã* porque é bom ter em conta que a direção do *Diário de Notícias* transitou do *Correio da Manhã* para lá...e também se aventurou por esses caminhos nos últimos tempos, portanto o *Diário de Notícias* tem algumas características dessas (Entrevista a jornalista 4).

Para conhecer melhor como classificam as notícias, ou melhor títulos de notícias, que contêm elementos discriminatórios foram selecionados alguns títulos. Em relação a estes títulos as opiniões são contrárias. Para uma das jornalistas o facto de mencionar a nacionalidade de um arguido, por exemplo, não é discriminatório. “Eu não estou a discriminar a nacionalidade no seu todo, eu estou apenas e só a dar mais uma referência dos factos. Essa é a minha leitura” (Entrevista a jornalista 3). Tal como a palavra cego que não é considerada discriminatória “...lá está eles são cegos, não vejo aqui discriminação” (Entrevista a jornalista 4).

A explicação dos/as jornalistas para o uso de títulos discriminatórios recai sobre o lugar que ocupam, ou seja,

As palavras de substituição muitas vezes também são politicamente corretas mas ocupam 4 linhas em vez de...e os títulos de jornais são muito curtos e eu não acho que dizer negro seja discriminatório por si só, agora depende do que vem nos textos. (...) isto depende muito depois do tom dos textos, os títulos não...os títulos são uma coisa muito particular em jornalismo ocupam pouco espaço, são difíceis de fazer, as pessoas também têm que ter noção disso...depois o texto é que tem o tom (Entrevista a jornalista 6).

Porém, é importante referir a observação feita por um/a dos/as entrevistados/as:

Mas as palavras valem o que valem, e penso que haverá situações em que a discriminação estará mais do lado de quem lê (e interpreta de acordo com os seus próprios valores, não necessariamente os melhores) do que quem escreve (Entrevista a jornalista 2).

O/A jornalista quer com isto salientar que os/as cidadãos/ãs em geral é que, nas suas leituras, acabam por fazerem interpretações estereotipadas ou discriminatórias. Esta questão remete-nos para a problemática da emissão/receção das mensagens que tem sido amplamente discutida na literatura.

A persistência de discursos discriminatórios nos jornais deve-se, segundo alguns/algumas entrevistados/as, a um hábito ou então ao facto da sociedade ser em geral discriminatória.

Às vezes é um hábito. Lá está eu não consigo considerar...consigo olhar para esse título e não considero poder discriminar ninguém...ou se calhar é o nosso hábito já de fazer isso, não é no sentido vamos discriminar as pessoas de etnia cigana, ou os romenos, ou os cegos (Entrevista a jornalista 1).

É o facto de a sociedade em geral ser discriminatória na mesma, o facto de ter mesmo uma sociedade que é tendencialmente patriarcal, tendencialmente machista, tendencialmente racista, tendencialmente não inclusiva que demora a reconhecer direitos às pessoas só porque têm supostamente alguma diferença em relação à norma (Entrevista a jornalista 6).

Outro fator que consideram estar na origem de discursos discriminatórios é a falta de ações de formação.

Quando questionados acerca de uma citação da autora Maria João Silveirinha “Os *media* ampliam a esfera pública, mas esta, ampliada por eles, perde o conteúdo político para poder vender mais – e nesse movimento, a razão perde espaço.” (2004: 233) as opiniões são idênticas. Ou seja, os/as entrevistados/as salientam que o objetivo dos *media* é vender e não se preocupam com o que é redigido nos jornais, acabando por fazerem notícias de coisas que não são notícia não havendo a preocupação em formar.

Obviamente que os jornais, sendo propriedade de empresas, têm como objetivo o lucro e é importante vender e saber vender. E para vender é preciso que os jornais sejam úteis e importantes para as pessoas que os compram. É fundamental apresentar notícias bem trabalhadas, que acrescentem valor ao que outros meios já noticiaram, apostar em conteúdos editoriais atrativos, imagens apelativas e títulos sugestivos – mas com regras, respeitando estatuto editorial, bom senso e normas deontológicas. O público é severo e pronto a penalizar os abusos de quem exceda limites – tem o grande poder de simplesmente deixar de comprar e ler. E sem leitores o jornal deixa de ter razão de existir (Entrevista a jornalista 2).

Hoje em dia o jornalismo quer vender e, portanto, está pouco preocupado. Está mais preocupado com o que é o bonito, que pode vender e o que é que é a história gira que pode vender, do que está preocupado em questões de dignidade humana, em questões de justiça social, de não discriminação, de tolerância, convívio democrático, respeito pela diferença... está-se nas tintas para essas coisas, isso não vende (Entrevista a jornalista 5).

O objetivo dos *media* é gerar um produto para vender; o objetivo é mesmo vender o que melhor se vende e é por isso que o jornalismo acaba por difundir essencialmente notícias negativas que são as preferidas dos públicos. Tal como nos diz Sílvia Gomes, e como já foi referido, vários autores defendem que “o crime violento se tem tornado cada vez mais num tópico bastante apetecível para a cobertura mediática” (Gomes, 2011: 14).

Em relação à pouca visibilidade que é dada a certas temáticas, tais como a deficiência, questões de género, entre outros, as opiniões são divergentes. Ou seja, alguns/algumas dos/as entrevistados/as referem que na realidade existem temáticas que têm pouca visibilidade enquanto outros/as dizem que isso não acontece. As explicações dadas para essa pouca visibilidade são: dependem de quem elabora a notícia, ou de quem edita o jornal, ou então depende das temáticas em questão.

Os direitos das mulheres são menos tratados a não ser a violência doméstica. Agora descobriram a violência doméstica e ainda bem que descobriram, mas eu acho que é mais difícil numa redação ter uma perspetiva feminista em relação às questões das mulheres do que ter uma perspetiva... ou seja, de direitos da comunidade LGBT. Hoje em dia é mais fácil até tratar questões de *gays* do que tratar de questões de discriminação de mulheres. Penso eu que é mais fácil (Entrevista a jornalista 5).

Eu acho que quer a deficiência, quer as questões de género, vêm para os *media* fundamentalmente, não quer dizer que seja em cem por cento das situações, mas em larguíssima maioria, por ação dos agentes envolvidos em processos concretos ou em questões mais do tipo seminário ou coisas assim. Por iniciativa dos jornalistas e dos editores aí estou um bocado de acordo (Entrevista a jornalista 4).

As razões que subjazem à pouca visibilidade, segundo a maior parte dos/as entrevistados/as, são as mesmas que levam aos títulos discriminatórios. O que está em causa é o fator concorrência, mas parte também de quem está a escrever as notícias como já foi referido anteriormente.

há um conjunto de fatores adicionais que tem a ver com a própria lógica de varrer para debaixo do tapete, ou seja, de uma forma geral os coletivos profissionais de informação as

redações, e tal...constroem-se equilíbrios que os seus constituintes gostam pouco de desequilibrar portanto se a gente fizer de conta que não há deficiência, igualdade de género, se fizer de conta que não há discriminação então é melhor para todos porque significa que nós estamos a dar mais importância àquilo que achamos que é mais importante que é os factos do quotidiano que às vezes são mais atuais. Portanto, isso é um bocado daquela coisa de esconder ou porque se tem alguma vergonha social de algumas coisas ou porque se tem algum pudor em abordar determinadas áreas. Se eu não escrever muita vez sobre cegos não me lembro que Coimbra é uma cidade cheia de barreiras arquitetónicas e barrocas onde os desgraçados andam. Se eu não escrever muito sobre deficientes é a mesma coisa (Entrevista a jornalista 4).

Um/a dos/as entrevistados/as não partilha da mesma opinião, uma vez que para este/a o que está na origem de títulos discriminatórios são os/as jornalistas em si que têm tendência e já um certo hábito em discriminar.

Eu como lhe digo acho que os títulos discriminatórios não...lá está, acho que já faz parte são coisas enraizadas que eu acho que são enraizadas não só no *Diário de Coimbra* mas em qualquer jornal e que se calhar depois são mais utilizadas num jornal do que noutra, utilizadas inconscientemente. Mas são coisas enraizadas que nós os jornalistas já nem pensamos muito bem. (...) Eu acho que isto é feito por uma questão de hábito e não por uma questão consciente (Entrevista a jornalista 1).

Quanto à abertura, dada pelos *media*, aos movimentos sociais segundo os/as entrevistados/as hoje em dia existe alguma. A maneira como ela é publicada cá para fora depende muito da forma como os movimentos sociais comunicaram, o jornalista que recebeu a informação e do interesse da mensagem que os movimentos sociais querem passar à sociedade. Depois também depende do tipo de movimento social “se for em associações LGBT, a ILGA passa. Se for a UMAR, por exemplo, não passa. E aí temos a tal diferença entre direitos LGBT e direitos da mulher” (Entrevista a jornalista 5).

Agora quando se encontra na mesma página do jornal uma notícia que visibiliza a luta contra a discriminação de determinado tipo de pessoas e títulos claramente discriminatórios para com esse mesmo grupo, segundo um/a dos/as jornalistas, isso não acontece de forma premeditada ou pensada, mas sim inconscientemente.

Provavelmente o jornalista que escreveu nem tomou consciência que ao escrever aquilo estava a ter uma atitude discriminatória porque uma coisa é nós escrevermos a notícia outra coisa é nós escrevermos uma pequena expressão ou fazermos uma pequena referência que para nós não tem...ou que ao fazermos não temos qualquer intenção de

discriminar mas que quem avalia ou quem lê tem essa intenção ou vê essa intenção, porque não me parece, sinceramente, não me parece que seja uma coisa premeditada. O que me parece é que é uma coisa inconsciente ou uma coisa enraizada provavelmente da nossa cultura e que nós assumimos como correta e que não é correta (Entrevista a jornalista 1).

No que diz respeito à formação em jornalismo, esta não contempla a abordagem destas questões, além de haver algumas disciplinas que abordam um pouco esta temática, mas não o suficiente do ponto de vista das/os profissionais. Em relação a ações de formação que sensibilizem profissionais de jornalismo para estas questões também são escassas e pouco divulgadas. Existem, contudo, por vezes outras alternativas que alguns/algumas dizem ajudar nestas temáticas.

Nós, felizmente, enquanto profissionais temos a oportunidade de lidar com o melhor e o pior que há na sociedade, e vamos a colóquios, conferências... por questões de trabalho, e portanto acabamos por absorver muitas dessas temáticas, e acabamos por aprender quando estamos a fazer esse tipo de trabalhos (Entrevista a jornalista 3).

Concluindo esta análise podemos afirmar que os/as jornalistas têm um papel fundamental em formar opinião. Tal como nos diz um/a dos/as entrevistados/as:

a comunicação social hoje tem pouca formação cívica porque as pessoas que leem, ouvem e veem a comunicação social têm pouca formação cívica e as duas coisas estão relacionadas. Quando o público começar a pedir mais, a comunicação social terá que se adaptar e terá que fazer as coisas de outra maneira, mas se não pede mais não precisa. Mas podia de facto. Tem esse papel, é preciso é ter consciência disso. Acho que muitos jornalistas não têm consciência do papel que têm em poder formar opinião, em poder até conduzir a coisas que se fazem muito boas e que dão alterações de lei, alterações de comportamento (Entrevista a jornalista 6).

Assim sendo, e focando mais uma vez alguns dos contributos encontrados na revisão da literatura efetuada, os *media* assumem-se como construtores da opinião pública, evidenciando alguns temas em detrimento de outros, acabando por importar para o espaço de discussão coletiva certas problemáticas e, por outro lado, oferecendo as suas próprias leituras dos acontecimentos, do que é ou não importante, do que pode e deve ser conhecido e discutido coletivamente.

## Conclusão

Este relatório surgiu na sequência do estágio curricular desenvolvido no IEBA. A realização deste estágio teve como finalidade a minha integração no mercado de trabalho, contribuindo para o meu enriquecimento pessoal e académico, ao proporcionar-me o acesso a um ambiente multidisciplinar não só dentro da organização, mas também no que respeita ao projeto em concreto, ao oferecer-me uma perspetiva mais alargada a vários pontos de vista sobre a temática do papel dos *media* no combate à discriminação social, não só em Portugal mas também na Europa.

A partir do trabalho realizado foi possível reconhecer o papel dos *media*, detentores de um grande poder enquanto construtores de representações e de discursos, cooperando ativamente na definição da agenda pública, na definição de quem tem voz no espaço público, e de quem é mantido à margem da arena discursiva mediática e, por outro lado, no enquadramento e moldagem das problemáticas noticiadas.

Mais que simples transmissores de informação e mensagens, os *media* são eles próprios detentores de poder, produzido pelos profissionais das redações noticiosas, e modeladores do discurso das elites, manifestando-se, nomeadamente, na escolha da informação e do formato, da forma e estilo das informações, e conseqüentemente nos efeitos da sua difusão (McCombs e Shaw, Molotch e Lester, Cohen *apud* Traquina: 2000).

A partir da análise das peças noticiadas podemos aferir que é notória a presença de discursos discriminatórios nos jornais regionais e nos jornais nacionais. Foi possível também a partir dos questionários e das entrevistas perceber a opinião dos entrevistados acerca desta temática, podendo concluir que tem havido nos últimos anos uma mudança positiva nos meios de comunicação social, que acabam por incluir uma alargada preocupação em escutar as fontes diversas, em incluir as vozes políticas

dos indivíduos, e também na elaboração de notícias por parte dos jornalistas no que respeita a esta temática.

Em traços gerais, a cobertura noticiosa enfatiza os acontecimentos e as personalidades abarcadas, sendo negligenciada uma análise analítica do enquadramento das problemáticas. Com efeito, encontramos, na maioria das notícias, uma abordagem superficial que omite questões estruturais subjacentes às temáticas debatidas, como a permanência de uma sociedade onde as relações e os papéis sociais representados continuam assentes numa construção social estereotipada e discriminatória em relação a igualdade de género, xenofobia, deficiência, LGBTfobia e ciganofobia. As/Os jornalistas entrevistadas/os também defenderam esta ideia referindo no geral que a discriminação existe porque esta está patente na nossa sociedade.

Em relação aos atores discursivos, é muito desigual o acesso dado pelos *media* às associações nas suas notícias. A explicação dada para esta situação é que esta visibilidade provém, em primeiro lugar, das problemáticas a que se dedicam, sendo favorável a partilha de interesses temáticos entre a agenda das associações e do poder político formal. A (in)capacidade para se fazerem ouvir reside igualmente na (in)capacidade para produzir acontecimentos ou recorrer a estratégias de comunicação conduzidas aos fatores de noticiabilidade.

Em suma, podemos referir que estamos conscientes que esta temática deveria ser mais explorada e levada a um espectro de análise mais alargado. Porém, os resultados ostentados são merecedores de atenção, constituindo-se como bons indícios do que sucede na imprensa atual em Portugal.

## Referências Bibliográficas

- ✚ Amaral, Victor (2006), “Os temas e as fontes na imprensa regional da cidade da Guarda”, *Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação*. Minho: Universidade do Minho;
- ✚ Bandeira, Lourdes e Batista, Analía Soria (2002), “Preconceito e discriminação como expressões de violência”. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, nº 1. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 119-141;
- ✚ Barbosa, Madalena (1998), *Invisibilidade e tectos de vidro. Representações do género na Campanha Eleitoral Legislativa de 1995 no jornal “Público”*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres;
- ✚ Cabecinhas, Rosa (2008), “Racismo e Xenofobia. A actualidade de uma velha questão”. *Comunicación e Cidadanía*, nº6. Página consultada em 10 de Fevereiro de 2013, disponível em [www.xornalistas.com/foros/download.php?id=225](http://www.xornalistas.com/foros/download.php?id=225);
- ✚ Cerqueira, Carla (2008), “A imprensa e a perspectiva de género. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher”. *Observatório (OBS\*) Journal*, nº5. Página consultada em 10 de Fevereiro de 2013, disponível em [obs.obercom.pt/index.php/obs/article/download/101/153](http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/download/101/153);
- ✚ Costa, Alexandre (2010), “A criação da categoria Imigrantes em Portugal na revista visão: Jornalistas entre estereótipos e audiências”. *Observatório da Imigração*, nº 33. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração;
- ✚ Ferin, Isabel (2006), “Imagens da diferença: prostituição e realojamento na televisão”. *Revista Comunicação & Cultura*, nº 1. Lisboa: Quimera, 73-97;
- ✚ Fontes, Fernando (2012), “Homofobia”. Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado (org.) (2012), *Dicionário das Crises e das Alternativas*. Coimbra: Almedina, 71;
- ✚ Fortin, (1999), *O processo de investigação: da concepção à realização*. Loures: Lusociência;
- ✚ Ghiglione, Rodolphe e Matalon, Benjamin (2005), *O Inquérito. Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora;

- ✚ Goffman, Erving (1975), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar;
- ✚ Gomes, Sílvia (2011), *Crime na Imprensa. Representações sobre imigrantes e ciganos em Portugal*. Campus de Gualtar: Centro de Investigação em Ciências Sociais;
- ✚ IEBA - Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais (2013), *Boletim informativo temático – Ciganofobia*. Página consultada em 8 de Abril de 2013, disponível em [http://issuu.com/ieba/docs/poroutraspalavras\\_boletim\\_tematico\\_ciganofobia\\_jan](http://issuu.com/ieba/docs/poroutraspalavras_boletim_tematico_ciganofobia_jan);
- ✚ Jacobs, Ronald N. (2003), “Ethnic and Gender Stereotyping”. *Encyclopedia of International Media and Communications*. USA: Elsevier Science;
- ✚ Lobo, Paula e Cabecinhas, Rosa (2008), *As mulheres nas notícias televisivas: metodologia para uma análise crítica das representações sociais de género*. Braga: Comunicação e Cidadania, 1729- 1736;
- ✚ Losekann, Cristiana (2009), A esfera pública Habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. *Pensamento Plural* nº37 – 57. Página consultada em 10 de Fevereiro de 2013, disponível em [pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/04/02.pdf](http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/04/02.pdf);
- ✚ Martins, Moisés Lemos (2005), Espaço público e vida privada. *Revista Filosófica de Coimbra*, nº27. Minho: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 157-172;
- ✚ McCombs, Maxwell E e Shaw, Donald L. (1972/2000), “A função do agendamento dos *media*” in Traquina, Nelson (2000), *O poder do jornalismo – análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 47-61;
- ✚ McCombs, Maxwell E e Shaw, Donald L. (1993/2000), “A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no mercado de ideias” in Traquina, Nelson (2000), *O poder do jornalismo – análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 125-135;
- ✚ *Media & Deficiência* (2011), *Relatório grupo de reflexão média e deficiência*. Página consultada em 10 de Fevereiro de 2013, disponível em [www.gmcs.pt/pt/noticias/relatorio-media-e-deficiencia](http://www.gmcs.pt/pt/noticias/relatorio-media-e-deficiencia);
- ✚ Mendes, José Manuel Oliveira e Seixas, Ana Maria (2005), “Acção colectiva e protesto em Portugal (1992-2002)”. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, nº 72. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 99-127;

- ✚ Morrison, Joy F. (2003), “Minorities, *Media* Depiction”. *Encyclopedia of International Media and Communications*. USA: Elsevier Science;
- ✚ Ponte, Cristina (2004), *Leituras das Notícias. Contributos para uma análise do discurso jornalístico*. Lisboa: Livros Horizonte;
- ✚ Quivy; Campenhoudt (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva;
- ✚ Raposo, Vera (2004), *O poder de Eva*. Coimbra: Livraria Almedina;
- ✚ Resende, Fernando (2005), “A comunicação social e o espaço público contemporâneo”. ALCEU, nº10, volume 5. Página consultada em 10 de Fevereiro de 2013, disponível em [http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu\\_n10\\_resende.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n10_resende.pdf);
- ✚ Rodrigues, Pedro (2010) “Criminalidade na imprensa: análise do Correio da Manhã, 2000-2007”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº64. (s.l): Instituto de Ciências Sociais, 149-172;
- ✚ Santos, Ana Cristina (2012a), “Homofobia”. Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado (org.) (2012), *Dicionário das Crises e das Alternativas*. Coimbra: Almedina, 116-117;
- ✚ Santos, Ana Cristina (2012b), “Discriminação”. Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado (org.) (2012), *Dicionário das Crises e das Alternativas*. Coimbra: Almedina, 116-117;
- ✚ Santos, Ana Cristina (2009c): “De sujeito a objecto? Olhares mediáticos sobre activismo LGBT português”. *Revista Media e Jornalismo*, n.º 15. Volume 8, nº2. Centro de Investigação *Media* e Jornalismo: Edições Mariposa Azul, 69-82;
- ✚ Santos, Boaventura de Sousa (1997), “Por uma concepção multicultural de direitos humanos”. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, nº 48. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 11-32;
- ✚ Schmitz, Aldo Antonio (2011), *Fontes de notícias. Ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Editora Combook;
- ✚ Silveirinha, Maria João (2004a), *As Mulheres e os Media*. Lisboa: Livros Horizonte;

- ✚ Silveirinha, Maria João (2004b), *Identidades, Media e Política: o espaço Convencional nas Democracias Liberais*. Lisboa: Livros Horizonte;
- ✚ Silveirinha, Maria João (2004c), "Representadas e representantes: as mulheres e os *media*". *Media & Jornalismo*, nº 5. Coimbra: Edições Minerva, 9-30;
- ✚ Silveirinha, Maria João (2006), "Obliterando o «político»: O «pessoal» no espaço público mediatizado". *Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, nº14. Porto: Edições Afrontamento, 67-92;
- ✚ Strauss; Corbin (1998), *Basis of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory*. Thousand Oaks CA: Sage;
- ✚ Traquina, Nelson (2000), "A redescoberta do poder do jornalismo: análise da teoria do agendamento" in Traquina, Nelson (2001), *O poder do jornalismo. Análise e textos da Teoria do Agendamento*, Coimbra: Minerva, 13-43;
- ✚ Wolf, Mauro (2001), *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

## Anexos

### Anexo 1 – Questionário *on line*

Caras/os Parceiras/os,

As questões que se seguem destinam-se a integrar os boletins informativos temáticos. Neste sentido, pedimos que respondam de forma sucinta, procurando não exceder uma folha A4.

Agradecemos, desde já, a vossa disponibilidade.

- 1) A ULAI completará brevemente um ano de existência. Que balanço faria do projeto, designadamente, da metodologia aplicada e do tipo de análise que tem sido elaborada?
  
- 2) Em que medida considera que o projeto tenha contribuído para ampliar o campo de discussão no espaço público, no geral, e da entidade que representa, em particular?
  
- 3) De que forma considera que a monitorização e o estudo da discriminação nos *media* (designadamente, na imprensa escrita) se revela importante para debater discursos e práticas políticas?
  
- 4) Qual lhe parece ser o discurso dominante nos *media* sobre as questões da deficiência/ género/ racismo (ciganofobia e xenofobia)/ ou LGBTfobia nos *media*? (especificar dentro da área de trabalho de cada associação?)

5) No geral, o que lhe parece mais problemático no discurso da imprensa escrita analisada em Portugal?

6) De que forma gostaria que os *media* trabalhassem as temáticas e as iniciativas ligadas à causa que a sua entidade defende?

## Anexo 2 – Guião de entrevista a jornalistas

1. Irei em seguida apresentar-lhe o projeto com mais algum detalhe. Como sabe, o estudo consistiu na análise de conteúdo de um corpus documental constituído a partir de vários jornais nacionais e regionais. Mas antes gostava de lhe perguntar qual é a sua perceção acerca da problemática da discriminação nos *media*, concretamente na imprensa escrita.

2. Apresentação do projeto *In Other Words* (objetivos e metodologias).

O projeto *In Other Words* tinha como principal objetivo chamar a atenção para o papel e a realidade dos *media* na Europa, sobre como eles influenciam comportamentos intolerantes e como, pelo contrário, podem contribuir positivamente para combater a discriminação e promover a diversidade cultural.

Este projeto desenvolveu uma metodologia e implementou uma ação piloto que teve como intuito contribuir para a redução do impacto de notícias discriminatórias e estereotipadas, produzidas pelos *media* na comunicação pública.

Para isso, foram constituídas 7 Unidades Locais de Análise de Imprensa, em 6 países Europeus (Espanha, Estónia, França Itália, Portugal e Roménia), cuja tarefa era realizar a monitorização da imprensa local e nacional, por um período de 15 meses, entre Novembro de 2011 e Janeiro de 2013.

Em Portugal também foi organizada uma Unidade Local de Análise de Imprensa (ULAI), da qual faziam parte as seguintes entidades: IEBA (parceiro português do projeto), APAV-GAV de Coimbra, APPACDM de Coimbra, GRAAL, Não Te Prives e SOS Racismo; e a partir do mês de Setembro a UMAR Coimbra também começou a participar na ULAI.

Durante o ano 2012, a ULAI reunia-se mensalmente, para analisar uma seleção de notícias dos jornais monitorizados em Portugal – 3 regionais (*Campeão das Províncias*, *Diário As Beiras* e *Diário de Coimbra*) e 7 de âmbito nacional (*Diário de Notícias*, *Jornal i*, *jornal de notícias*, *Expresso*, *Público*, *Primeiro de Janeiro* e *Sol*). Esta análise constituía-se como uma desconstrução das notícias, identificando conteúdos (escritos e também as imagens) que continham elementos discriminatórios/estereotipados e,

complementarmente, apresenta propostas, sugestões e recomendações, de forma a que as notícias se centrassem na informação essencial, cumprindo a sua função informativa e contribuindo para a formação de uma opinião pública informada e com capacidade crítica. Das notícias analisadas era feita uma seleção das consideradas mais relevantes e que iriam integrar o boletim informativo.

Teve conhecimento deste projeto?

3. Este projeto conclui que os *media* produzem, com muita frequência, elementos discriminatórios e estereotipados nos jornais. Ao longo de um ano de monitorização de notícias foram analisadas 149 notícias que continham elementos discriminatórios. Que comentários lhe suscitam estes resultados?

4. Destas 149 notícias que continham elementos discriminatórios: 41 são do *Diário de Notícias*, seguindo-se o *Público* (28), o *Jornal de Notícias* (27), *Diário de Coimbra* (17), *Primeiro de Janeiro* (10), *Sol* (9), *Jornal i* (7), *Expresso* (6), *Diário As Beiras* (3), *Campeão das Províncias* (1). Que análise faz relativamente a estes resultados?

5. Vou referir alguns exemplos de títulos de notícia que abarcam elementos discriminatórios:

- Não há mulheres na política chinesa porque o seu lugar é ao fogão;
- A mulher perdeu muito do valor que tinha;
- O Brasil já tem o primeiro negro líder do Supremo Tribunal;
- Uma homossexual liberal no Senado;
- Orientação sexual na dilatação das pupilas;
- PJ deteve líder de gang romeno de assaltantes;
- Alterações à lei para evitar acidentes com cegos.

Também classificaria estes títulos como discriminatórios? Todos ou apenas alguns?

6. Em sua opinião o que é que justifica a persistência destes discursos discriminatórios?

7. A autora Maria João Silveirinha, no seu livro *Identidades, Media e Política*, refere que “Os *media* ampliam a esfera pública, mas esta, ampliada por eles, perde o conteúdo político para poder vender mais – e nesse movimento, a razão perde espaço.” (2004: 233). Que comentários lhe merece esta opinião?

8. Ao longo de todo o projeto, as investigadoras aperceberam-se que além de atos discriminatórios também há certos temas que as e os jornalistas tendem a não dar qualquer tipo de visibilidade, como por exemplo, em relação à deficiência, às questões sobre o género, entre outros. Tem uma perceção coincidente com este resultado ou não?

9. As razões que subjazem a esta pouca visibilidade serão as mesmas que levam aos títulos discriminatórios?

10. Da análise feita no projeto apercebemo-nos, por outro lado, que os *media* também passam as mensagens que os movimentos sociais querem transmitir. Por isso haveria aqui alguma margem para pensarmos que existe alguma abertura. Mas, paradoxalmente, chegámos a encontrar as duas situações na mesma página do jornal – notícia que visibilizava a luta contra a discriminação de determinado tipo de pessoas e títulos claramente discriminatórios para com esse mesmo grupo. Em sua opinião, que abertura existe realmente para os movimentos sociais?

11. A autora Isabel Ferin na *Revista Comunicação & Cultura*, nº 1 refere que “...são identificadas categorias de distinção do Outro, fundadas em práticas discursivas de hierarquização de sentidos, pautadas por marcas utilizadas para criar distanciamento sobre o que é dito publicamente sobre o Outro, bem como formas de silenciamento e encobrimento da sua «voz», enquanto definidor primário de informação” (“Imagens

da diferença: prostituição e realojamento na televisão”). (75: 2006) Portanto, os processos mentais da discriminação estão estudados e são conhecidos. Gostava de saber se a formação em jornalismo contempla a abordagem destas questões e se, por acaso, tem conhecimento de ações de formação que sensibilizem as pessoas profissionais de jornalismo para estas questões.

## **Anexo 3 – Lista de Associações inquiridas por questionário e de pessoas entrevistadas**

### **Questionários a associações:**

- APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
- Graal - Movimentos Internacional de Mulheres
- Não Te Prives - Grupo de Defesa dos Direitos Sexuais

SOS Racismo – Associação de Apoio à Vítimas de Racismo e Xenofobia

### **Entrevistas a jornalistas:**

- Ana Margalho
- Manuel Sousa
- Paula Carmo
- Paulo Marques
- São José Almeida
- Sofia Branco

## Anexo 4 – Respostas ao questionário

### Questionário - APAV

**1)** A ULAI completará brevemente um ano de existência. Que balanço faria do projeto, designadamente, da metodologia aplicada e do tipo de análise que tem sido elaborada?

**R:** Considero que o balanço do projeto é muito positivo. A metodologia aplicada permite uma discussão aberta e abrangente sobre as várias temáticas, o cruzamento de informações e novos olhares gerados pelas sinergias criadas entre os vários participantes.

**2)** Em que medida considera que o projeto tenha contribuído para ampliar o campo de discussão no espaço público, no geral, e da entidade que representa, em particular?

**R:** Relativamente à entidade (GAV-Coimbra, da APAV), o projeto tem vindo a contribuir para gerar conversas internas sobre temáticas que estão menos presentes no nosso trabalho diário; no espaço público, creio que o impacto é moderado, apesar dos esforços para levar as conclusões do projeto a um público alargado.

**3)** De que forma considera que a monitorização e o estudo da discriminação nos *media* (designadamente, na imprensa escrita) se revela importante para debater discursos e práticas políticas?

**R:** A monitorização dos *media* é fundamental para debater os discursos e práticas políticas, dado que frequentemente somos consumidores de notícias sem aprofundarmos o nosso olhar. Este estudo mais aprofundado permite perceber que imagens, ideias e práticas estão a ser valorizadas ou desvalorizadas pelos *media*, que relação existe com o poder político e económico e qual o impacto das notícias na formação de opinião.

**4)** Qual lhe parece ser o discurso dominante nos *media* sobre as questões da deficiência/ género/ racismo (ciganofobia e xenofobia)/ ou LGBTfobia nos *media*? (especificar dentro da área de trabalho de cada associação?)

**R:** Apesar da APAV trabalhar com todos os tipos de crime nesta parceria a nossa análise recaiu mais sobre as questões ligadas à violência de género e violência doméstica. Neste sentido, verificamos que, por norma, o discurso dominante nos *media* sobre a violência doméstica contra as mulheres é adequado e cuidado, penalizador dos agressores, raramente caindo em discursos que culpabilizam a vítima, enfatizando as consequências mais graves da perpetuação da violência doméstica, como é o caso do homicídio conjugal, e alertando para a necessidade de uma atuação judicial mais célere e eficaz.

**5)** No geral, o que lhe parece mais problemático no discurso da imprensa escrita analisada em Portugal?

**R:** Alguma ligeireza na abordagem de temáticas complexas sem aprofundar os vários prismas da questão, a contínua formulação de juízos de valor, e, em alguns casos, a tentação de criar histórias choque, bem como a tendência para criar uma visão maniqueísta da realidade.

**6)** De que forma gostaria que os *media* trabalhassem as temáticas e as iniciativas ligadas à causa que a sua entidade defende?

**R:** Relativamente à temática da violência doméstica, verificamos na generalidade um bom trabalho e interesse dos *media* em divulgar as iniciativas relacionadas com esta problemática. No entanto, seria importante que outras temáticas tivessem o mesmo tipo de visibilidade.

## Questionário - APPACDM

**1)** A ULAI completará brevemente um ano de existência. Que balanço faria do projeto, designadamente, da metodologia aplicada e do tipo de análise que tem sido elaborada?

**R:** Em primeiro lugar achamos que o projeto em si é muito inovador e que deverá ter uma continuidade quer em Coimbra como deveria ser disseminado por outras cidades do país. No que diz respeito á metodologia utilizada pareceu-nos muito interessante e produtiva, uma vez que atempadamente todos os parceiros tinham acesso às notícias selecionadas e as reuniões bastante participadas por todos.

**2)** Em que medida considera que o projeto tenha contribuído para ampliar o campo de discussão no espaço público, no geral, e da entidade que representa, em particular?

**R:** Da experiencia deste ano a noção com que fiquei é que se deveria tentar alargar mais a discussão a todo o publico. No que diz respeito á APPACDM de Coimbra todos os valores de inclusão, de não discriminação estão incluídos e disseminados na prática diária da instituição.

**3)** De que forma considera que a monitorização e o estudo da discriminação nos *media* (designadamente, na imprensa escrita) se revela importante para debater discursos e práticas políticas?

**R:** Acho que todos os estudos e monitorização dos *media* em geral deveriam ser efetuados uma vez que infelizmente ainda se cometem demasiados atropelos ao garante dos direitos das populações que se encontram nas franjas da sociedade e seria muito pertinente fundamentar o debate politico sobre estas questões.

**4)** Qual lhe parece ser o discurso dominante nos *media* sobre as questões da deficiência/ género/ racismo (ciganofobia e xenofobia)/ ou LGBTfobia nos *media*? (especificar dentro da área de trabalho de cada associação?)

**R:** No que diz respeito á deficiência os *media*, duma maneira geral apenas noticiam eventos que as instituições vão levando a cabo, nunca se debruçando pela clarificação

de situações de injustiça, discriminação ou abuso. As pessoas com deficiência continuam a ser vetadas ao silêncio por parte dos *media*.

**5)** No geral, o que lhe parece mais problemático no discurso da imprensa escrita analisada em Portugal?

**R:** Fundamentalmente as situações de discriminação de raças, a xenofobia e ciganofobia são talvez o que mais transparece negativamente tratado nos *media*, as questões das pessoas com deficiência pela sua invisibilidade

**6)** De que forma gostaria que os *media* trabalhassem as temáticas e as iniciativas ligadas à causa que a sua entidade defende?

**R:** Em meu entender deveriam dar realce, tal como já hoje é feito aos eventos e atividades inclusivas organizadas pelas instituições, mas deveriam alargar a sua intervenção ou seja há situações escandalosas que se verificam neste país e que não são abordadas em nenhum meio de comunicação social e que deveriam ser analisadas, noticiadas e esclarecidas para que a opinião pública esteja igualmente esclarecida e informada e assim se promova o respeito pela pessoa diferente e se acabe definitivamente com qualquer tipo de discriminação.

### **Questionário - Graal**

**1)** A ULAI completará brevemente um ano de existência. Que balanço faria do projeto, designadamente, da metodologia aplicada e do tipo de análise que tem sido elaborada?

**R:** Consideramos que este projeto teve uma metodologia adequada baseada na análise crítica partilhada por especialistas de várias áreas.

O convite a organizações que trabalham no terreno com as pessoas traz uma visão realista.

**2)** Em que medida considera que o projeto tenha contribuído para ampliar o campo de discussão no espaço público, no geral, e da entidade que representa, em particular?

**R:** Para além da discussão interna (dentro das organizações) dos temas, a divulgação aberta ao público deu visibilidades às discriminações.

**3)** De que forma considera que a monitorização e o estudo da discriminação nos *media* (designadamente, na imprensa escrita) se revela importante para debater discursos e práticas políticas?

**R:** Os *media* têm um papel importante na formação de opiniões – para o bem e para o mal- e condicionam os discursos políticos. Qualquer análise crítica pode influenciar um espírito auto-crítico de profissionais da imprensa e dos responsáveis editoriais.

**4)** Qual lhe parece ser o discurso dominante nos *media* sobre as questões da deficiência/ género/ racismo (ciganofobia e xenofobia)/ ou LGBTfobia nos *media*? (especificar dentro da área de trabalho de cada associação?)

**R:** O discurso dos *media* é conservador e, até, reaccionário, imbuído dos estereótipos mais arreigados na sociedade portuguesa. Na verdade, sabemos que a propalada evolução das mentalidades dá-se na longa duração e, provavelmente, o número de anos da democracia política em Portugal ainda não é suficiente!

Os Direitos Humanos da Mulheres são maltratados a cada dia na imprensa portuguesa. O jornal diário que mais vende em Portugal tem como política editorial ter, todos os dias, uma mulher semi-despida na capa!

**5)** No geral, o que lhe parece mais problemático no discurso da imprensa escrita analisada em Portugal?

**R:** Para além do que já mencionei, também a publicidade dos *media* e os anúncios com mulheres despidas para venda de serviços sexuais.

**6)** De que forma gostaria que os *media* trabalhassem as temáticas e as iniciativas ligadas à causa que a sua entidade defende?

**R:** De uma forma minimamente decente! (Será pedir muito?)

Claro que há exceções e jornalistas honestas que fazem trabalhos sérios e admiráveis, sobretudo no contexto miserável em que se inserem.

### **Questionário – Não Te Prives**

**1)** A ULAI completará brevemente um ano de existência. Que balanço faria do projeto, designadamente, da metodologia aplicada e do tipo de análise que tem sido elaborada?

**R:** Este projeto revelou-se um sucesso a vários níveis, alguns deles mais inesperados que outros. Desde logo, a possibilidade rara de colocar em diálogo regular, e sem pressa, várias organizações da sociedade civil, todas empenhadas em lutas pelos direitos humanos, mas que nem sempre encontram espaço ou tempo para construir conjuntamente massa crítica. Não se tratou de trabalho pontual para a organização de um evento ou de uma manifestação, mas sim a troca de ideias, a disponibilidade para aprendizagens mútuas, para criar pontes e traduções entre aquilo que nos move individualmente, para consolidar solidariedade. O método foi excelente, porque permitiu apoiar a discussão numa digestão prévia dos materiais, facilitada pelo excelente profissionalismo e impressionante capacidade reflectiva da Ana Rita Alves. As mentoras do projecto em Portugal (IEBA) também desempenharam um papel fundamental, identificando interlocutores/as, criando todas as condições, gerando um ambiente sério e simultaneamente estimulante.

O que funcionou pior foi o envolvimento de jornalistas e a nossa incapacidade em dar maior visibilidade aos boletins. Com exceção dos 2 momentos de colóquio – iniciativas da maior importância – corremos o risco de ter estado a trabalhar para nós, a falar para convertidos/as. Não temos respostas sobre como evitar isso mesmo, mas acredito que este terá sido um primeiro passo importante no sentido de aproximar e sensibilizar públicos novos.

**2)** Em que medida considera que o projeto tenha contribuído para ampliar o campo de discussão no espaço público, no geral, e da entidade que representa, em particular?

**R:** Contribuiu ao longo do ano, e permitiu lançar sementes que não se restringem ao tempo de duração do projecto. Recordamos, por exemplo, a 2ª edição da sessão de contos infantis inclusivos De Pequenin@ Se Torce a Discriminação, realizada em Junho de 2012, no espaço da Casa de Chá do Jardim da Sereia, gentilmente cedido pela parceira APPACDM, cuja participação ativa nesta sessão representou uma mais-valia para todas as pessoas presentes. Foi a primeira vez que estas duas associações – Não te privas e APPACDM – colaboraram publicamente, e com muito êxito.

**3)** De que forma considera que a monitorização e o estudo da discriminação nos *media* (designadamente, na imprensa escrita) se revela importante para debater discursos e práticas políticas?

**R:** Os *media* são um recurso incontornável, que representa conhecimento ao mesmo tempo que o produz e o legitima no espaço público. Chegando a públicos muito mais amplos que qualquer das associações envolvidas neste projecto, torna-se fundamental investir de forma ativa no combate aos estereótipos e discriminações que são, frequentemente, veiculadas de forma não intencional. Já o sabíamos antes – o sexismo, a homofobia, o racismo, a deficientização, etc., são processos enraizados culturalmente, de forma muito mais resiliente que as alterações jurídicas fariam acreditar. Os *media* são portanto parceiros nesta tarefa urgente de construir uma sociedade mais inclusiva, que não seja cúmplice – por preguiça, ignorância ou inacção – da opressão e exclusão de quem sempre esteve minorizado na balança das prioridades.

**4)** Qual lhe parece ser o discurso dominante nos *media* sobre as questões da deficiência/ género/ racismo (ciganofobia e xenofobia)/ ou LGBTfobia nos *media*? (especificar dentro da área de trabalho de cada associação?)

**R:** Há claramente sinais positivos de mudança, que incluem uma maior preocupação em escutar fontes diversas, em incluir as vozes políticas dos sujeitos e não apenas o seu lado mais exótico ou estranho. Há menos sensacionalismo, se quisermos colocar as

coisas dessa forma. Mas continua a haver uma tendência para reproduzir senso comum, para produzir uma falsa distinção entre nós e ‘eles’, reforçando processos de alterização que justificam depois, culturalmente, uma hierarquização entre cidadãos/ãs mais válidos/as ou meritórios/as que outros/as. Por vezes há uma dissonância significativa entre o texto da notícia e a imagem escolhida para o ilustrar. Ou o título, com que se pretende ‘vender’ a notícia. E há grandes zonas de silêncio, temas que não aparecem, uma tendência para repetir determinadas molduras noticiosas com que se enquadram, quase por tique ou hábito, temas específicos.

**5)** No geral, o que lhe parece mais problemático no discurso da imprensa escrita analisada em Portugal?

**R:** Ver resposta anterior pf.

**6)** De que forma gostaria que os *media* trabalhassem as temáticas e as iniciativas ligadas à causa que a sua entidade defende?

**R:** Com maior disponibilidade para tratar um leque maior de temas, sempre com particular preocupação em apoiar cada peça ou notícia em conhecimento científico (ouvindo especialistas em Estudos de Género e/ou Estudos LGBTI/queer) e nas vozes das pessoas directamente afectadas (incluindo os movimentos sociais). A diversidade sexual não se esgota nos temas do casamento ou da parentalidade. Há a diversidade de modelos familiares e relacionais (poliamor, por exemplo), há as alterações nos papéis e expectativas sexuais, há formas de conjugalidade sem coabitação, há a intersexualidade, há a bissexualidade, há a educação sexual em meio escolar que continua demasiado apoiada na biomedicina e no pressuposto da heterossexualidade, há profissionais de saúde que repetem um mantra (teórico ou na prática, mesmo que tácita) de heteronormatividade, há jovens expulsos de casa porque assumem a sua homossexualidade ou bissexualidade, há docentes cúmplices (mesmo que por inacção) de bullying. Tantos temas invisíveis, ou tratados frequentemente de forma parcial.

## Questionário – SOS Racismo

**1)** A ULAI completará brevemente um ano de existência. Que balanço faria do projeto, designadamente, da metodologia aplicada e do tipo de análise que tem sido elaborada?

**R:** Tratou-se de uma iniciativa muito enriquecedora, em que foi possível conjugar experiências pessoais diversificadas e entidades associativas com modos diferentes de olhar a realidade social, embora convergentes numa ação continuada contra as discriminações. A metodologia aplicada foi eficaz e proveitosa porque permitiu articular muito bem o trabalho organizativo e dinamizador das técnicas do IEBA, sobretudo da Carla Duarte e da Patrícia Silva, a ação exigente de pesquisa e promotora de debate aberto da Rita e os contributos esclarecidos de todos e todas os/as parceiros/as. O tipo de análise realizado e os resultados elaborados, sem se enredarem em procedimentos demasiado formais, mostraram que a reflexão crítica e o empenhamento cívico se alimentam mutuamente.

**2)** Em que medida considera que o projeto tenha contribuído para ampliar o campo de discussão no espaço público, no geral, e da entidade que representa, em particular?

**R:** Contribuiu alguma coisa, mas, na minha opinião, por razões certamente alheias à vontade dos participantes, não tanto quanto desejaríamos – uma questão a analisar em eventuais futuras ações desta natureza.

**3)** De que forma considera que a monitorização e o estudo da discriminação nos *media* (designadamente, na imprensa escrita) se revela importante para debater discursos e práticas políticas?

**R:** Revela-se seguramente muito importante para promover uma opinião pública mais crítica. Foi prudente circunscrever a monitorização a um universo restrito e significativo de órgãos de comunicação social escrita, na área informativa e noticiosa. Contudo, o comentário e a opinião, publicados na imprensa em suporte de papel, bem como os universos das rádios, das televisões e da escrita *on line* deixam-nos um campo muito vasto a explorar, o que, evidentemente, só poderá ser feito com outros meios.

**4)** Qual lhe parece ser o discurso dominante nos *media* sobre as questões da deficiência/ género/ racismo (ciganofobia e xenofobia)/ ou LGBTfobia nos *media*? (especificar dentro da área de trabalho de cada associação?)

**R:** Por aquilo que detetámos, o discurso dominante continua a gerar e a alimentar discriminações e a promover leituras acríticas da realidade social nas situações acima referidas. Saliento os casos das comunidades imigrantes, do racismo e da ciganofobia. Contudo, aqui e ali, devido a várias intervenções públicas das organizações de cidadãos e do meio académico, as coisas podem estar a mudar no melhor sentido, embora devagarinho.

**5)** No geral, o que lhe parece mais problemático no discurso da imprensa escrita analisada em Portugal?

**R:** Será talvez, em tempos de crise social e do alastramento do desemprego, da pobreza e da marginalização, o acirramento de pulsões segregacionistas, xenófobas e inimigas da coesão social.

**6)** De que forma gostaria que os *media* trabalhassem as temáticas e as iniciativas ligadas à causa que a sua entidade defende?

**R:** Seria muito positivo que os *media* as noticiassem e comentassem de forma plural, apresentando, tanto quanto possível, as diversas perspetivas em presença, sobretudo quando as realidades oferecem zonas pouco nítidas, que não são tanto a preto e branco, como, muitas vezes, se faz crer. As diversas associações cívicas que intervêm no terreno deveriam ser chamadas a pronunciar-se na comunicação social em casos problemáticos. Mesmo quando se pretende consultar personalidades do meio académico, seria bom que se procurassem pessoas que tivessem um papel pedagógico e que não embarcassem em dogmatismos pouco esclarecedores e pouco críticos.

## Anexo 5 – Transcrição das entrevistas

### Entrevista 1

1. Irei em seguida apresentar-lhe o projeto com mais algum detalhe. Como sabe, o estudo consistiu na análise de conteúdo de um corpus documental constituído a partir de vários jornais nacionais e regionais. Mas antes gostava de lhe perguntar qual é a sua perceção acerca da problemática da discriminação nos *media*, concretamente na imprensa escrita.

E: Eu acho que tem havido uma grande preocupação em diminuir a discriminação nos *media*, embora às vezes inconscientemente ou conscientemente isso aconteça, mas o que me parece da minha experiência é que há uma tendência para diminuir esses ...diminuir esses comportamentos discriminatórios em relação às minorias. Em relação às mulheres não me parece, em treze anos de experiência não tenho sentido que haja grande discriminação. De nenhuma forma sinceramente.

### 2. Apresentação do projeto *In Other Words* (objetivos e metodologias).

O projeto *In Other Words* tinha como principal objetivo chamar a atenção para o papel e a realidade dos *media* na Europa, sobre como eles influenciam comportamentos intolerantes e como, pelo contrário, podem contribuir positivamente para combater a discriminação e promover a diversidade cultural.

Este projeto desenvolveu uma metodologia e implementou uma ação piloto que teve como intuito contribuir para a redução do impacto de notícias discriminatórias e estereotipadas, produzidas pelos *media* na comunicação pública.

Para isso, foram constituídas 7 Unidades Locais de Análise de Imprensa, em 6 países Europeus (Espanha, Estónia, França Itália, Portugal e Roménia), cuja tarefa era realizar a monitorização da imprensa local e nacional, por um período de 15 meses, entre Novembro de 2011 e Janeiro de 2013.

Em Portugal também foi organizada uma Unidade Local de Análise de Imprensa (ULAI), da qual faziam parte as seguintes entidades: IEBA (parceiro português do projeto), APAV-GAV de Coimbra, APPACDM de Coimbra, GRAAL, Não Te Prives e SOS Racismo; e a partir do mês de Setembro a UMAR Coimbra também começou a participar na ULAI.

Durante o ano 2012, a ULAI reunia-se mensalmente, para analisar uma seleção de notícias dos jornais monitorizados em Portugal – 3 regionais (*Campeão das Províncias*, *Diário As Beiras* e *Diário de Coimbra*) e 7 de âmbito nacional (*Diário de Notícias*, *Jornal i*, *jornal de notícias*, *Expresso*, *Público*, *Primeiro de Janeiro* e *Sol*). Esta análise constituía-se como uma desconstrução das notícias, identificando conteúdos (escritos e também as imagens) que continham elementos discriminatórios/estereotipados e, complementarmente, apresenta propostas, sugestões e recomendações, de forma a que as notícias se centrassem na informação essencial, cumprindo a sua função informativa e contribuindo para a formação de uma opinião pública informada e com capacidade crítica. Das notícias analisadas era feita uma seleção das consideradas mais relevantes e que iriam integrar o boletim informativo.

Teve conhecimento deste projeto (Só para jornalistas de Coimbra)?

E: Não...nada...(risos) sinceramente não fazia a mínima ideia, mas já expliquei portanto que isso aconteça mas não fazia a mínima ideia...acho muito interessante até. Acho que até podíamos ter tido mais conhecimento, mas não tive conhecimento.

**3.** Este projeto conclui que os *media* produzem, com muita frequência, elementos discriminatórios e estereotipados nos jornais. Ao longo de um ano de monitorização de notícias foram analisadas 149 notícias que continham elementos discriminatórios. Que comentários lhe suscitam estes resultados?

E: Fico surpreendida porque como lhe disse, inicialmente na primeira pergunta, acho que não...pelo menos todos nós aqui no jornal temos essa preocupação em fazer uma notícia, as nossas notícias, de forma isenta e de forma a não discriminar nem raças, nem nenhuma das minorias, não fazer qualquer tipo de discriminação. Portanto esse tipo...surpreende-me sinceramente, num período de um ano, surpreende-me porque no fundo acaba por ser de dois em dois dias há uma notícia discriminatória...preocupa-me até porque não tinha de todo essa noção.

**4.** Destas 149 notícias que continham elementos discriminatórios: 41 são do *Diário de Notícias*, seguindo-se o *Público* (28), o *Jornal de Notícias* (27), *Diário de Coimbra* (17), *Primeiro de Janeiro* (10), *Sol* (9), *Jornal i* (7), *Expresso* (6), *Diário As Beiras* (3), *Campeão das Províncias* (1). Que análise faz relativamente a estes resultados?

**E:** Hmm...os primeiros jornais serem nacionais não...quer dizer dentro da supressa que me dão esses números não é tao surpreendente assim. Hmmm também depende do tipo de discriminação, é óbvio que nenhuma discriminação é aceitável. Nenhuma é aceitável...e também não conheço os parâmetros que foram utilizados para definir discriminação, mas de qualquer forma não me surpreende o facto de serem jornais nacionais os que estão nos três primeiros. O *Diário de Coimbra* em terceiro surpreende-me...gostava de saber que notícias são confesso (risos). Se calhar até assinei algumas (risos) muito provavelmente (risos), mas preocupa-me o facto de o nosso jornal estar em terceiro lugar dos jornais avaliados. Se por acaso assinei alguma notícia ou escrevi algum título considerado discriminatório não foi conscientemente, não tenho nenhum tipo de preconceito.

**5.** Vou referir alguns exemplos de títulos de notícia que abarcam elementos discriminatórios:

- Não há mulheres na política chinesa porque o seu lugar é ao fogão;
- A mulher perdeu muito do valor que tinha;
- O Brasil já tem o primeiro negro líder do Supremo Tribunal;
- Uma homossexual liberal no Senado;
- Orientação sexual na dilatação das pupilas;
- PJ deteve líder de gang romeno de assaltantes;
- Alterações à lei para evitar acidentes com cegos.

Também classificaria estes títulos como discriminatórios? Todos ou apenas alguns?

**E:** Eu percebo que sejam considerados discriminatórios e, percebo porque a tendência é para alguns dos exemplos nós também debatemos aqui, que é...se há necessidade de dizer que um assaltante, por exemplo, é de etnia cigana ou se a pessoa é negra. Aliás tivemos recentemente um caso em relação a isso que foi um senhor que caiu e que faleceu ali junto a casa da cultura que era cego. Houve até alguns colegas que não viram necessidade de termos posto que a pessoa era cega, embora eu acho que ali foi o facto de ele ser cego que fez com que...e às vezes esse tipo de notícias não são de forma nenhuma discriminatórias são uma forma de dar informação, neste exemplo que eu estou a dar é uma forma de elucidar a pessoa mais do que discriminar a pessoa. Elucidar ou informar os leitores mais do que discriminar a pessoa. Pronto, agora consigo perceber que considerem discriminatórios alguns desses títulos, embora acha

que outros não são. Aquele da mulher ao fogão é discriminatório, eu nunca na vida a escreveria (risos), não escreveria esse título embora possa ser uma citação também. Não sabe se é uma citação?

**e:** Não. Uma vez que o título não se encontra no jornal entre aspas.

**E:** Porque às vezes e aí como citação, acho que não pretende ser discriminatório e sim informativo porque foi alguém que disse isso ou o entrevistado, ou alguém que foi ouvido portanto não é o jornalista a fazer...a escrever aquilo é o jornalista a escrever pela boca...porque outra pessoa disse e acaba por ser não discriminatório mas informativo na sequência do que eu estava a dizer. Agora...sim nós aqui debatemos muito esta questão de colocarmos se...e mais aqui na nossa cidade as etnias é uma das coisas que nós costumamos discutir bastante se colocamos que o assaltante é de etnia cigana, ou se é romeno ou se é...pronto e às vezes acontece, às vezes colocamos isso sim, é verdade.

**e:** Mas, por exemplo, no caso da notícia “Alterações à lei para evitar acidentes com cegos” porque é que os termos muitas vezes usados são discriminatórios? Ou seja, existem outros termos que podem ser usados, por exemplo, “indivíduo com incapacidade visual” em vez de “cegos”...

**E:** Sim, sim eu aceito isso. Lá está...penso eu que não fui eu que escrevi esse título (risos), mas eu nunca o escreveria dessa forma, por exemplo.

**6.** Em sua opinião o que é que justifica a persistência destes discursos discriminatórios?

**E:** Às vezes um hábito. Lá está eu não consigo considerar ...consigo olhar para esse título e não considero poder discriminar ninguém...ou se calhar é o nosso hábito já de fazer isso, não é no sentido vamos discriminar as pessoas de etnia cigana, ou os romenos, ou os cegos hmmm eu acho que é mais a preocupação informativa do que a preocupação discriminatória, embora compreenda que numa avaliação daquela notícia possa ser considerada discriminatória. Eu, sinceramente acho que não interessa saber se o assaltante é cigano, agora se a lei está a ser feita para uma pessoa invisual ou para a população invisual acho que devemos escrever que a lei está a ser feita, ou que estão a ser alteradas as regras para a população invisual, porque no fundo não estamos a discriminar estamos a incluir a população. Se calhar a palavra “cegos” é que não está muito correto sinceramente, tal como estávamos a falar anteriormente, se calhar é a

expressão que se utiliza que é incorreta aí, porque eu não me parece que seja discriminatório escrevermos uma notícia a dizer que está a ser alterada uma lei para ajudar a população invisual...não me parece discriminatório, se calhar a expressão utilizada é que não é...e também não sei se isso não será um preconceito porque no fundo é cegueira...não sei se não será um preconceito. Não me parece, quer dizer, nunca discuti isto com ninguém cego. É a mesma coisa que dizermos um preto ou um negro, se calhar há pessoa que ficam melindradas se nós a chamarmos pretas e há outras que ficam melindradas por nós as chamarmos negras quer dizer no fundo é um bocadinho...no fundo num jornalismo ideal nem podíamos dizer que é negro, nem preto, mas sim um cidadão.

**7.** A autora Maria João Silveirinha, no seu livro *Identidades, Media e Política*, refere que “Os *media* ampliam a esfera pública, mas esta, ampliada por eles, perde o conteúdo político para poder vender mais – e nesse movimento, a razão perde espaço.” (2004: 233). Que comentários lhe merece esta opinião?

**E:** No fundo o que está a querer dizer essa autora é que os *media* tentam influenciar os cidadãos e acabam por criar uma realidade diferente daquela que existe. Não nego que isso aconteça, embora eu falo por mim, a minha preocupação é explicar a realidade como ela é. Essa é uma das minhas preocupações, mas não nego que isso acontece e acho que isso tem muito mais influência e mais força nos jornais nacionais e nas televisões porque os *media* têm muito mais força nas televisões e nos jornais nacionais do que têm a nível regional, agora é obvio que o jornal regional também tenha influência a nível político, a nível social, da nossa esfera, da nossa cidade, da nossa região, mas acho que isso tem muito mais força a nível nacional do que a nível local. Embora, eu ache, da minha experiência que foi única aqui neste jornal, acho que há mais preocupação em informar do que em formar. Aliás informar do que em transformar a realidade, em dar uma realidade diferente ao leitor embora isso aconteça claro.

**e:** Então o objetivo na sua perspetiva não é vender mais?

**E:** É vender mais mas não é vender mais dando uma realidade diferente da que existe ao nosso leitor. Não vamos criar uma realidade que não existe, ou não vamos criar um facto para que isso aconteça...agora também o que lhe estou a dizer é que a tendência é para usar, entre aspas, a realidade que possa interessar mais ao leitor para vender

mais, mas não transformar a realidade para vender mais, isso não. Nós baseamo-nos numa agenda diária de trabalhos que são os trabalhos que existem ou porque quando vamos a um trabalho cada um de nós tenta encontrar um parâmetro que seja interessante para o leitor dentro da realidade, mas isso qualquer jornalista faz tentando dar a notícia do que acontece. Agora é óbvio que também é verdade que nós há um acidente...se for ver a primeira página de hoje o que nós temos é um acidente, provavelmente não será a notícias mais importante do dia em termos de informar o leitor, agora a nossa primeira página tem um acidente, e sabemos que aquele acidente vai vender mais do que se calhar se puséssemos a notícia mais importante que aconteceu hoje...isso é que acontece. Agora transformar a realidade de forma, ou deformar a realidade para vender mais isso...não posso dizer que não acontece, também não sou responsável, não tenho nenhum cargo de responsabilidade no jornal sou uma mera jornalista, mas o que acontece aqui e o que acontece na maioria dos jornais é isso, é tentar adaptar a realidade...adaptar se calhar é um termo que acaba por ser, por não dar para entender bem mas é dentro da realidade que temos, nessa perspectiva de vender mais, a nossa preocupação...se calhar um acidente vende mais que a notícia mais importante do dia e puxar pela primeira página é isso, não quer dizer que não esteja na primeira página a notícia mais importante do dia, não é isso que eu estou a dizer...

**8.** Ao longo de todo o projeto, as investigadoras aperceberam-se que além de atos discriminatórios também há certos temas que as e os jornalistas tendem a não dar qualquer tipo de visibilidade, como por exemplo, em relação à deficiência, às questões sobre o género, entre outros. Tem uma perceção coincidente com este resultado ou não?

**E:** Não. Eu faço muitas notícias...nós temos instituições na cidade que dão apoio. Uma delas até faz parte desse projeto que foi criado para avaliar que é a APPACDM e nós fazemos todos os trabalhos...aliás, todos nós aqui já fizemos propostas de trabalho de reportagem sobre a atividade da APPACDM como da APCC que também é da paralisia cerebral. Não me parece que isso aconteça e se acontece não é de forma nenhuma de modo pensado não noto de forma nenhuma discriminação em relação à deficiência pelo menos no meu trabalho e na minha experiência não noto. Em relação à igualdade de género...neste momento não estou a ver nenhum trabalho que tenhamos feito

nesse sentido específico. Não consigo dizer tao concretamente que isso acontece porque se calhar até acontece, se calhar até temos tendência...embora eu não note isso, pronto sou honesta.

**9.** As razões que subjazem a esta pouca visibilidade serão as mesmas que levam aos títulos discriminatórios?

**E:** Não. Eu como lhe digo acho que os títulos discriminatórios não....lá está, acho que já faz parte são coisas enraizadas que eu acho que são enraizadas não só no *Diário de Coimbra* mas em qualquer jornal e que se calhar depois são mais utilizadas num jornal do que noutro, utilizadas inconscientemente. Mas são coisas enraizadas que nós os jornalistas já nem pensamos muito bem. Ao escrever que o cidadão de etnia cigana assaltou, estou sempre a utilizar este exemplo porque também utilizamos mais provável, eu acho que é uma coisa enraizada não o fazemos. Porque é assim, eu considero que uma atitude discriminatória pelo menos pensada é quando nós...agora vou fazer isto porque estou a discriminar um cigano em relação a outro, ou um negro em relação às outras nacionalidades. Eu acho que isto é feito por uma questão de hábito e não por uma questão consciente, e que tem que ser mudado, não me estou a desculpar (risos) isto tem é que ser mudado, como é óbvio.

**10.** Da análise feita no projeto apercebemo-nos, por outro lado, que os *media* também passam as mensagens que os movimentos sociais querem transmitir. Por isso haveria aqui alguma margem para pensarmos que existe alguma abertura. Mas, paradoxalmente, chegámos a encontrar as duas situações na mesma página do jornal – notícia que visibilizava a luta contra a discriminação de determinado tipo de pessoas e títulos claramente discriminatórios para com esse mesmo grupo. Em sua opinião, que abertura existe realmente para os movimentos sociais?

**E:** (silêncio) Eu tenho receio de estar aqui a traçar um cenário muito positivo do meu jornal mas eu confesso que não vejo grandes discriminações em relação a isso. As coisas têm que ser feitas com peso e medida mas...e não estou a dizer com isto que tenha que se dar mais peso ou menos medida aos movimentos, mas tem que ser com peso e medida e de acordo com a importância que cada uma das coisas tem. Eu acho que...eu não vejo nenhuma falta de abertura em relação a qualquer um dos movimentos, não vejo sinceramente, honestamente não vejo, posso estar aqui a

cometer uma grande injustiça ou a extrapolar (risos) mas sinceramente não vejo. Eu acho que isso, de na mesma página do jornal se encontrar essas duas situações, não é uma coisa premeditada ou pensada, porque se fosse uma coisa premeditada ou pensada acho que qualquer (risos)...mesmo premeditada e pensada seria inteligente fazer isso em páginas diferentes (risos)...estou a brincar, mas é óbvio que isso não me parece que seja uma coisa...vamos agora discriminar, damos aqui um bocadinho de espaço e agora vamos discriminar aqui ao lado. É o que digo, eu acho que essa discriminação é muito inconsciente, faz-se muito inconscientemente porque são pequenos pormenores. Se formos ver, é óbvio que não é tão evidente como aquele título que o lugar das mulheres é ao fogão...essa acho que é evidentemente discriminação mas parece-me que são coisas inconscientes. Provavelmente o jornalista que escreveu nem tomou consciência que ao escrever aquilo estava a ter uma atitude discriminatória porque uma coisa é nós escrevermos a notícia outra coisa é nós escrevermos uma pequena expressão ou fazermos uma pequena referência que para nós não tem...ou que ao fazermos não temos qualquer intenção de discriminar mas que quem avalia ou quem lê tem essa intenção ou vê essa intenção, porque não me parece, sinceramente, não me parece que seja uma coisa premeditada. O que me parece é que é uma coisa inconsciente ou uma coisa enraizada provavelmente da nossa cultura e que nós assumimos como correta e que não é correta. Não estou a dizer que é, mas não me parece que seja uma coisa intencional, não me parece sinceramente.

**11.** A autora Isabel Ferin na *Revista Comunicação & Cultura*, nº 1 refere que “...são identificadas categorias de distinção do Outro, fundadas em práticas discursivas de hierarquização de sentidos, pautadas por marcas utilizadas para criar distanciamento sobre o que é dito publicamente sobre o Outro, bem como formas de silenciamento e encobrimento da sua «voz», enquanto definidor primário de informação” (“Imagens da diferença: prostituição e realojamento na televisão”). (75: 2006) Portanto, os processos mentais da discriminação estão estudados e são conhecidos. Gostava de saber se a formação em jornalismo contempla a abordagem destas questões e se, por acaso, tem conhecimento de ações de formação que sensibilizem as pessoas profissionais de jornalismo para estas questões.

**E:** Na minha formação, e eu fui das primeiras do curso de comunicação social do ISEC...eu acabei o meu curso em 97 e depois tirei licenciatura em 2000, portanto já foi há algum tempo, não tive qualquer tipo de formação nessa área. Que me recorde não tive nenhuma cadeira específica, não tivemos direito e deontologia, mas o direito e deontologia é uma coisa mais abrangente, num âmbito mais abrangente. Não tenho conhecimento que haja formação mas gostava de saber por acaso se há ou não.

**e:** Aqui no jornal não têm ações de formação acerca destas temáticas?

**E:** Não.

**e:** Acha que seria importante essas ações de formação?

**E:** Sim, sim acho que é importante todos nós...é assim é obvio que o nosso dia-a-dia acaba por ser uma formação constante mas há, não é vícios ou se calhar até é vícios...há coisas que nós vamos repetindo em qualquer profissão e fazendo uma vez errado e voltando a fazer errado acaba por ser...lá está conscientemente continuamos a fazer errado sem termos essa consciência. E, portanto acho que é importante haver ações de formação nessa área e noutras áreas. Não é hábito termos nenhuma formação em qualquer área, mas eu acho importante que isso aconteça sinceramente, acho muito importante que isso aconteça.

## **Entrevista 2**

**1.** Irei em seguida apresentar-lhe o projeto com mais algum detalhe. Como sabe, o estudo consistiu na análise de conteúdo de um corpus documental constituído a partir de vários jornais nacionais e regionais. Mas antes gostava de lhe perguntar qual é a sua perceção acerca da problemática da discriminação nos *media*, concretamente na imprensa escrita.

**E:** Sou por natureza e formação contra o tratamento depreciativo de casos e pessoas por razões de raça, etnia, estatuto económico e opções sexuais ou religiosas. Atos discriminatórios, de maior ou menor gravidade, existem na sociedade, são uma realidade com que infelizmente nos deparamos no dia-a-dia, mas considero inaceitável que certos tipos de comportamentos, preconceitos e formas de relacionamento sejam replicados nos órgãos de comunicação social.

Os jornais e jornalistas têm nesta matéria responsabilidades acrescidas e penso que, de modo geral, na abordagem das notícias tem havido essa preocupação. Não me recorde de casos particularmente graves de discriminação, e a acontecerem, o jornalista incorre em violação de um dos deveres inscritos no seu estatuto profissional: “Não tratar discriminatoriamente as pessoas, designadamente em função da cor, raça, religião, nacionalidade ou sexo”.

## 2. Apresentação do projeto *In Other Words* (objetivos e metodologias).

O projeto *In Other Words* tinha como principal objetivo chamar a atenção para o papel e a realidade dos *media* na Europa, sobre como eles influenciam comportamentos intolerantes e como, pelo contrário, podem contribuir positivamente para combater a discriminação e promover a diversidade cultural.

Este projeto desenvolveu uma metodologia e implementou uma ação piloto que teve como intuito contribuir para a redução do impacto de notícias discriminatórias e estereotipadas, produzidas pelos *media* na comunicação pública.

Para isso, foram constituídas 7 Unidades Locais de Análise de Imprensa, em 6 países Europeus (Espanha, Estónia, França Itália, Portugal e Roménia), cuja tarefa era realizar a monitorização da imprensa local e nacional, por um período de 15 meses, entre Novembro de 2011 e Janeiro de 2013.

Em Portugal também foi organizada uma Unidade Local de Análise de Imprensa (ULAI), da qual faziam parte as seguintes entidades: IEBA (parceiro português do projeto), APAV-GAV de Coimbra, APPACDM de Coimbra, GRAAL, Não Te Prives e SOS Racismo; e a partir do mês de Setembro a UMAR Coimbra também começou a participar na ULAI.

Durante o ano 2012, a ULAI reunia-se mensalmente, para analisar uma seleção de notícias dos jornais monitorizados em Portugal – 3 regionais (*Campeão das Províncias, Diário As Beiras e Diário de Coimbra*) e 7 de âmbito nacional (*Diário de Notícias, Jornal i, jornal de notícias, Expresso, Público, Primeiro de Janeiro e Sol*). Esta análise constituía-se como uma desconstrução das notícias, identificando conteúdos (escritos e também as imagens) que continham elementos discriminatórios/estereotipados e, complementarmente, apresenta propostas, sugestões e recomendações, de forma a que as notícias se centrassem na informação essencial, cumprindo a sua função informativa e contribuindo para a formação de uma

opinião pública informada e com capacidade crítica. Das notícias analisadas era feita uma seleção das consideradas mais relevantes e que iriam integrar o boletim informativo.

Teve conhecimento deste projeto (Só para jornalistas de Coimbra)?

**E:** Sim, mas não detalhadamente. Tenho a ideia de que o *Diário de Coimbra* noticiou alguns encontros desse projeto. Encaro como positiva a existência de iniciativas, mecanismos e entidades que façam análise e avaliação dos meios de comunicação social, chamem a atenção para as falhas e os ajudem a melhorar o seu trabalho.

**3.** Este projeto conclui que os *media* produzem, com muita frequência, elementos discriminatórios e estereotipados nos jornais. Ao longo de um ano de monitorização de notícias foram analisadas 149 notícias que continham elementos discriminatórios. Que comentários lhe suscitam estes resultados?

**E:** Esses 149 casos de notícias com elementos discriminatórios serão naturalmente reprováveis, mas poderemos também colocar a questão na seguinte perspetiva: se ao longo de um ano foram monitorizados todos os jornais que referiu, que publicaram milhares de notícias, poderemos concluir que, regra geral, não só é respeitado o estipulado no estatuto dos jornalistas, como estes são cidadãos responsáveis e têm esse tipo de questões em mente quando escrevem as suas notícias. Como em tudo, haverá exceções, mas a própria classe reage criticamente em relação a quem prevarica e existem entidades e instrumentos legais para sancionar esses desvios.

**e:** Quais são essas entidades e instrumentos de que fala?

**E:** A Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas está legalmente habilitada para exercer ação disciplinar sobre o profissional que cometa infração em relação a normas do Estatuto do Jornalista. Também a Entidade Reguladora para a Comunicação Social poderá analisar e pronunciar-se sobre procedimentos do jornalista ou dos jornais. Além destes mecanismos reguladores do exercício profissional, os cidadãos que se sintam lesados por determinada matéria jornalística podem recorrer aos tribunais comuns.

**4.** Destas 149 notícias que continham elementos discriminatórios: 41 são do *Diário de Notícias*, seguindo-se o *Público* (28), o *Jornal de Notícias* (27), *Diário de Coimbra* (17),

*Primeiro de Janeiro* (10), *Sol* (9), *Jornal i* (7), *Expresso* (6), *Diário As Beiras* (3), *Campeão das Províncias* (1). Que análise faz relativamente a estes resultados?

E: Sem saber em pormenor os resultados do estudo não posso fazer qualquer análise. Mas gostaria de conhecer os 17 casos que menciona do *Diário de Coimbra*.

5. Vou referir alguns exemplos de títulos de notícia que abarcam elementos discriminatórios:

- Não há mulheres na política chinesa porque o seu lugar é ao fogão;
- A mulher perdeu muito do valor que tinha;
- O Brasil já tem o primeiro negro líder do Supremo Tribunal;
- Uma homossexual liberal no Senado;
- Orientação sexual na dilatação das pupilas;
- PJ deteve líder de gang romeno de assaltantes;
- Alterações à lei para evitar acidentes com cegos.

Também classificaria estes títulos como discriminatórios? Todos ou apenas alguns?

E: Alguns têm referências discriminatórias, outros são apenas disparates. É preciso também olhar ao contexto da frase (título?) e da notícia, perceber quem diz o quê, saber se é o jornalista que afirma ou apenas escreve uma citação. Por vezes o que parece discriminação para uns é meramente factual para outros. Em certos casos é o recetor da mensagem, em função da sua sensibilidade, das suas vivências, que lhe atribui uma conotação que o emissor não pretendeu.

e: Disse que alguns têm referências discriminatórias, quais? E porquê?

E: O título “Não há mulheres na política chinesa porque o seu lugar é ao fogão” é pura discriminação e total disparate; “A mulher perdeu muito do valor que tinha” também parecer ser, mas há que atender ao contexto da notícia, que desconheço; “O Brasil já tem o primeiro negro líder do Supremo Tribunal” é, aparentemente, uma referência factual desprovida de carga discriminatória, tal como seria dizer que os Estados Unidos da América elegeram o primeiro presidente negro; “Uma homossexual liberal no Senado” soa à primeira leitura a título discriminatório mas, inversamente, poderá querer vincar positivamente a afirmação social e política de um grupo com diferentes opções sexuais; “Orientação sexual na dilatação das pupilas” parece tão disparatado que tenho dificuldade em encaixá-lo num rótulo qualquer; “PJ deteve líder de gang romeno de assaltantes” poderá justificar-se se há uma tipificação de certo tipo de

crime associado a um grupo social específico, como julgo ter sido o caso, e sendo assim, a meu ver, atenua-se a aparente carga discriminatória da referência “gang romeno”; “Alterações à lei para evitar acidentes com cegos” parece-me uma referência nada controversa, embora admita que para algumas pessoas a simples designação cego gere algum desconforto, preferindo antes o termo invisual. Mas as palavras valem o que valem, e penso que haverá situações em que a discriminação estará mais do lado de quem lê (e interpreta de acordo com os seus próprios valores, não necessariamente os melhores) do que quem escreve.

6. Em sua opinião o que é que justifica a persistência destes discursos discriminatórios?

E: Não me parece haver persistência de discursos discriminatórios nos jornais em Portugal. Tendo em conta o universo do estudo, vejo mais os casos apontados como situações pontuais.

7. A autora Maria João Silveirinha, no seu livro *Identidades, Media e Política*, refere que “Os *media* ampliam a esfera pública, mas esta, ampliada por eles, perde o conteúdo político para poder vender mais – e nesse movimento, a razão perde espaço.” (2004: 233). Que comentários lhe merece esta opinião?

E: Sinceramente, não consigo entender o alcance dessa afirmação...

e: Então, em sua opinião, o objetivo dos jornais não é vender?

E: Os jornais têm de gerar receitas suficientes para serem independentes dos poderes políticos e económicos e poderem cumprir adequadamente a sua missão de informar. As receitas dos jornais provém no essencial da publicidade, as vendas em banca representam uma parte menor. Como saberá, por fatores diversos – proliferação de novos suportes de informação na Internet, redes sociais, o predomínio do audiovisual, etc, etc. – a generalidade da imprensa portuguesa atravessa momentos difíceis, com queda acentuada e contínua nas vendas de jornais. Obviamente que os jornais, sendo propriedade de empresas, têm como objetivo o lucro e é importante vender e saber vender. E para vender é preciso que os jornais sejam úteis e importantes para as pessoas que os compram. É fundamental apresentar notícias bem trabalhadas, que acrescentem valor ao que outros meios já noticiaram, apostar em conteúdos editoriais atrativos, imagens apelativas e títulos sugestivos – mas com regras, respeitando

estatuto editorial, bom senso e normas deontológicas. O *público* é severo e pronto a penalizar os abusos de quem exceda limites – tem o grande poder de simplesmente deixar de comprar e ler. E sem leitores o jornal deixa de ter razão de existir.

**8.** Ao longo de todo o projeto, as investigadoras aperceberam-se que além de atos discriminatórios também há certos temas que as e os jornalistas tendem a não dar qualquer tipo de visibilidade, como por exemplo, em relação à deficiência, às questões sobre o género, entre outros. Tem uma perceção coincidente com este resultado ou não?

**E:** Olhando para o jornal em que tenho responsabilidades editoriais, essa conclusão não se aplica. O *Diário de Coimbra*, como jornal regional, procura estar próximo das populações, dos seus interesses e preocupações, olha para a sociedade nas suas múltiplas facetas e vai à procura das notícias sem complexos, sem preconceitos, com espírito de servir a comunidade. A maior ou menor visibilidade do tema dependerá do valor que o jornalista ou quem edita lhe atribui enquanto notícia. Discriminação social é coisa que nem nos passa pela mente quando fazemos opções editoriais. Diz o estatuto editorial do *Diário de Coimbra* que este jornal “pauta a sua ação pela defesa do cidadão e das minorias”. O falecido engenheiro Adriano Lucas, que durante longos anos dirigiu o jornal, incutiu com persistência aos jornalistas a importância de defender as minorias e o valor da diversidade cultural (reprovava, por exemplo, que em notícias sobre atividade criminal se identificassem autores por etnia ou raça).

**9.** As razões que subjazem a esta pouca visibilidade serão as mesmas que levam aos títulos discriminatórios?

**E:** Não partilho a ideia de que haja uma ligação entre menor visibilidade de alguns grupos e eventuais intenções discriminatórias de quem tem responsabilidades nos meios de comunicação social. A justificação deve antes ser procurada em razões de agenda dos *media*, no interesse que se julga que uma notícia pode gerar nos leitores/ouvintes/espectadores, nas expectativas de audiências, etc.. Neste contexto, o fator concorrência pode ser relevante para compreender a maior ou menor importância com que os *media* apresentam as notícias. Pode também explicar que alguns editores ou jornalistas “pisem o risco” e confundam título apelativo com abuso linguístico de carácter discriminatório.

**10.** Da análise feita no projeto apercebemo-nos, por outro lado, que os *media* também passam as mensagens que os movimentos sociais querem transmitir. Por isso haveria aqui alguma margem para pensarmos que existe alguma abertura. Mas, paradoxalmente, chegámos a encontrar as duas situações na mesma página do jornal – notícia que visibilizava a luta contra a discriminação de determinado tipo de pessoas e títulos claramente discriminatórios para com esse mesmo grupo. Em sua opinião, que abertura existe realmente para os movimentos sociais?

**E:** Julgo que a questão estará no interesse da mensagem que os movimentos sociais querem passar à comunidade. Em função disso, encontrarão certamente eco nos *media*, tal como acontece com outras instituições ou individualidades.

**11.** A autora Isabel Ferin na *Revista Comunicação & Cultura*, nº 1 refere que “...são identificadas categorias de distinção do Outro, fundadas em práticas discursivas de hierarquização de sentidos, pautadas por marcas utilizadas para criar distanciamento sobre o que é dito publicamente sobre o Outro, bem como formas de silenciamento e encobrimento da sua «voz», enquanto definidor primário de informação” (“Imagens da diferença: prostituição e realojamento na televisão”). (75: 2006) Portanto, os processos mentais da discriminação estão estudados e são conhecidos. Gostava de saber se a formação em jornalismo contempla a abordagem destas questões e se, por acaso, tem conhecimento de ações de formação que sensibilizem as pessoas profissionais de jornalismo para estas questões.

**E:** Não me parece que essa abordagem específica seja feita na formação em jornalismo. Mas admito que possa ser desconhecimento meu...

**e:** Durante a sua formação em jornalismo, na universidade, teve alguma cadeira que abordasse estas questões?

**E:** Frequentei e conclui a licenciatura de Jornalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra há vários anos, com interregnos por dificuldades de compatibilizar a atividade profissional com os estudos. Também por essa razão, na qualidade de trabalhador-estudante, não fui assíduo às aulas como gostaria e seria desejável para as corretas aprendizagens. Alonguei-me no curso, atravessei algumas remodelações, o plano de estudos evoluiu e é hoje substancialmente diferente. Não sei se as questões que refere são atualmente abordadas no curso, mas lembro-me que

no meu primeiro ano de licenciatura o professor Mário Mesquita tinha a incumbência de ensinar deontologia, e nessas aulas é lógico que essa abordagem tenha sido feita.

### Entrevista 3

1. Irei em seguida apresentar-lhe o projeto com mais algum detalhe. Como sabe, o estudo consistiu na análise de conteúdo de um corpus documental constituído a partir de vários jornais nacionais e regionais. Mas antes gostava de lhe perguntar qual é a sua perceção acerca da problemática da discriminação nos *media*, concretamente na imprensa escrita.

E: Daquilo que eu posso falar que é a minha experiência não tenho essa noção da discriminação, pelo menos eu tenho sempre esse cuidado. Nós quando fazemos muitos trabalhos naquilo que nós designamos, por exemplo, em relação às minorias temos um cuidado extremo em não fazer o texto de modo a menorizar, ou a discriminar, ou a tratar mal aquela pessoa que está a ser objeto da notícia. Portanto daquilo que eu tenho reparado eu não tenho sentido essa discriminação.

e: E acerca dos outros jornais, sem ser o *Diário de Notícias*, acha que existe discriminação?

E: Não tenho essa perceção, sou franca.

### 2. Apresentação do projeto *In Other Words* (objetivos e metodologias).

O projeto *In Other Words* tinha como principal objetivo chamar a atenção para o papel e a realidade dos *media* na Europa, sobre como eles influenciam comportamentos intolerantes e como, pelo contrário, podem contribuir positivamente para combater a discriminação e promover a diversidade cultural.

Este projeto desenvolveu uma metodologia e implementou uma ação piloto que teve como intuito contribuir para a redução do impacto de notícias discriminatórias e estereotipadas, produzidas pelos *media* na comunicação pública.

Para isso, foram constituídas 7 Unidades Locais de Análise de Imprensa, em 6 países Europeus (Espanha, Estónia, França Itália, Portugal e Roménia), cuja tarefa era realizar a monitorização da imprensa local e nacional, por um período de 15 meses, entre Novembro de 2011 e Janeiro de 2013.

Em Portugal também foi organizada uma Unidade Local de Análise de Imprensa (ULAI), da qual faziam parte as seguintes entidades: IEBA (parceiro português do projeto), APAV-GAV de Coimbra, APPACDM de Coimbra, GRAAL, Não Te Prives e SOS Racismo; e a partir do mês de Setembro a UMAR Coimbra também começou a participar na ULAI.

Durante o ano 2012, a ULAI reunia-se mensalmente, para analisar uma seleção de notícias dos jornais monitorizados em Portugal – 3 regionais (*Campeão das Províncias, Diário As Beiras e Diário de Coimbra*) e 7 de âmbito nacional (*Diário de Notícias, Jornal i, jornal de notícias, Expresso, Público, Primeiro de Janeiro e Sol*). Esta análise constituía-se como uma desconstrução das notícias, identificando conteúdos (escritos e também as imagens) que continham elementos discriminatórios/estereotipados e, complementarmente, apresenta propostas, sugestões e recomendações, de forma a que as notícias se centrassem na informação essencial, cumprindo a sua função informativa e contribuindo para a formação de uma opinião pública informada e com capacidade crítica. Das notícias analisadas era feita uma seleção das consideradas mais relevantes e que iriam integrar o boletim informativo.

Teve conhecimento deste projeto (Só para jornalistas de Coimbra)?

E: Não...

**3.** Este projeto conclui que os *media* produzem, com muita frequência, elementos discriminatórios e estereotipados nos jornais. Ao longo de um ano de monitorização de notícias foram analisadas 149 notícias que continham elementos discriminatórios. Que comentários lhe suscitam estes resultados?

E: Eu não posso falar de algo que não tenho perceção. Eu vou lhe dar um exemplo... nós temos um cuidado extremo quando estamos a falar, por exemplo, de vítimas designadamente vítimas menores. Durante algum tempo no famoso caso Esmeralda, por exemplo, que foi objeto de muita questão mediática nós tivemos nos primeiros tempos muito cuidado em não dizer qual era a identidade, o nome, mas percebia-se que toda a gente dizia o nome dela, portanto aquela criança que estava a ser disputada por dois casais era menor...nós não queríamos discriminar a menor dizendo quem era, mas depois passou a ser inevitável porque toda a gente fala na menina Esmeralda. Portanto mesmo que a pessoa tenha um cuidado extremo em não

identificar vítimas...muitas formas de violência, neste caso não era isso em concreto mas era uma disputa judicial, nem sempre é fácil nós estipularmos uma barreira da qual nós não ultrapassamos para defender integralmente a identidade da vítima. Fora isso, não tenho conhecimento que se faça algum tipo de discriminação em valor da raça, do credo...não tenho isso como perceptível no meu dia-a-dia enquanto jornalista.

4. Destas 149 notícias que continham elementos discriminatórios: 41 são do *Diário de Notícias*, seguindo-se o *Público* (28), o *Jornal de Notícias* (27), *Diário de Coimbra* (17), *Primeiro de Janeiro* (10), *Sol* (9), *Jornal i* (7), *Expresso* (6), *Diário As Beiras* (3), *Campeão das Províncias* (1). Que análise faz relativamente a estes resultados?

E: Eu gostava de saber quais são essas notícias ...eu não tenho essa perceção, por isso não sei que análise fazer relativamente a esses resultados porque não sei que notícias são.

5. Vou referir alguns exemplos de títulos de notícia que abarcam elementos discriminatórios:

- Não há mulheres na política chinesa porque o seu lugar é ao fogão;
- A mulher perdeu muito do valor que tinha;
- O Brasil já tem o primeiro negro líder do Supremo Tribunal;
- Uma homossexual liberal no Senado;
- Orientação sexual na dilatação das pupilas;
- PJ deteve líder de gang romeno de assaltantes;
- Alterações à lei para evitar acidentes com cegos.

Também classificaria estes títulos como discriminatórios? Todos ou apenas alguns?

E: Não quero falar sobre isso. Vou-lhe dar um exemplo, referiu aí...isto tem sempre dois lados ou vários lados, referiu aí uma detenção “PJ deteve líder de gang romeno de assaltantes” tudo aí é factual. De facto a polícia judiciária deteve alguém que é considerado o líder de um gang de assaltantes...a dúvida é no romeno?

e: Sim...

E: E se for português? Não se pode dizer que é português? É que isso são factos.

e: Mas geralmente não referem a nacionalidade quando é português...

E: Dizemos, dizemos, dizemos, eu estou a falar...dizemos. Portanto quando eu digo o solitário que foi detido e que vai responder em tribunal e que...portanto foi o caso do

tribunal da Figueira da Foz que esteve a julgar esse caso, o assaltante é espanhol. Portanto ao dar os factos do caso ser espanhol é mais um facto...não estou a fazer nenhuma leitura daí, não estou a discriminar pela nacionalidade o arguido, portanto eu estou a dizer que ele é espanhol porque ele é espanhol não tenho qualquer dúvida que isso não é discriminatório. Discriminatório poderá ser se daí se inferir que todos os espanhóis são assaltantes, mas não é essa a leitura que se faz num caso desses e portanto quando se diz “PJ deteve líder de gang romeno de assaltantes” é única e simplesmente dizer a nacionalidade. Eu não estou a discriminar a nacionalidade no seu todo, eu estou apenas e só a dar mais uma referência dos factos. Essa é a minha leitura.

**6.** Em sua opinião o que é que justifica a persistência destes discursos discriminatórios?

**E:** (questão não colocada uma vez que a entrevistada salienta que não tem perceção de que exista discriminação nos *media*).

**7.** A autora Maria João Silveirinha, no seu livro *Identidades, Media e Política*, refere que “Os *media* ampliam a esfera pública, mas esta, ampliada por eles, perde o conteúdo político para poder vender mais – e nesse movimento, a razão perde espaço.” (2004: 233). Que comentários lhe merece esta opinião?

**E:** (silêncio) A frase assim...não me merece qualquer comentário.

**8.** Ao longo de todo o projeto, as investigadoras aperceberam-se que além de atos discriminatórios também há certos temas que as e os jornalistas tendem a não dar qualquer tipo de visibilidade, como por exemplo, em relação à deficiência, às questões sobre o género, entre outros. Tem uma perceção coincidente com este resultado ou não?

**E:** Não de todo...não, não, antes pelo contrário.

**9.** As razões que subjazem a esta pouca visibilidade serão as mesmas que levam aos títulos discriminatórios?

**E:** (questão não colocada uma vez que a entrevistada respondeu negativamente à questão anterior)

**10.** Da análise feita no projeto apercebemo-nos, por outro lado, que os *media* também passam as mensagens que os movimentos sociais querem transmitir. Por isso haveria aqui alguma margem para pensarmos que existe alguma abertura. Mas, paradoxalmente, chegámos a encontrar as duas situações na mesma página do jornal – notícia que visibilizava a luta contra a discriminação de determinado tipo de pessoas e títulos claramente discriminatórios para com esse mesmo grupo. Em sua opinião, que abertura existe realmente para os movimentos sociais?

**E:** Todo o tipo de abertura para todo o tipo de movimento. Da parte do *Diário de Notícias* não há qualquer tipo de exclusão, antes pelo contrário.

**11.** A autora Isabel Ferin na *Revista Comunicação & Cultura*, nº 1 refere que “...são identificadas categorias de distinção do Outro, fundadas em práticas discursivas de hierarquização de sentidos, pautadas por marcas utilizadas para criar distanciamento sobre o que é dito publicamente sobre o Outro, bem como formas de silenciamento e encobrimento da sua «voz», enquanto definidor primário de informação” (“Imagens da diferença: prostituição e realojamento na televisão”). (75: 2006) Portanto, os processos mentais da discriminação estão estudados e são conhecidos. Gostava de saber se a formação em jornalismo contempla a abordagem destas questões e se, por acaso, tem conhecimento de ações de formação que sensibilizem as pessoas profissionais de jornalismo para estas questões.

**E:** No meu curso em concreto nós fazíamos essa abordagem em várias disciplinas...mas não fazíamos disso uma categoria por si só de estudo. Nós analisávamos estas questões em várias abordagens quer do ponto de vista sociológico quer do ponto de vista histórico, e eu julgo que quem vai para um curso de comunicação social, que é o meu caso, tem já uma apetência para estar com uma grande abertura para todo o tipo de maneiras de estar na sociedade e de abordar os vários temas da sociedade. Não creio que seja necessário fazer uma abordagem muito tipificada deste tema, porque isto é interdisciplinar. No meu caso em concreto nós fazemos essa abordagem em várias disciplinas.

**e:** E formações enquanto profissionais?

**E:** Nós, felizmente, enquanto profissionais temos a oportunidade de lidar com o melhor e o pior que há na sociedade, e vamos a colóquios, conferências...por questões

de trabalho, e portanto acabamos por absorver muitas dessas temáticas, e acabamos por aprender quando estamos a fazer esse tipo de trabalhos. Eu só posso falar do meu caso...não frequentei nunca nada sobre este tema em concreto.

#### **Entrevista 4**

**1.** Irei em seguida apresentar-lhe o projeto com mais algum detalhe. Como sabe, o estudo consistiu na análise de conteúdo de um corpus documental constituído a partir de vários jornais nacionais e regionais. Mas antes gostava de lhe perguntar qual é a sua perceção acerca da problemática da discriminação nos *media*, concretamente na imprensa escrita.

**E:** A minha perceção é que ela existe porque ela existe na sociedade. É o que eu penso. Aliás os *media* até são bastante filtradores daquilo que é a discriminação da sociedade portuguesa, ou seja, o que o mundo vê de uma forma geral...não vê escrito os pretos nos jornais e há uma fração significativa da sociedade que identifica os tipos de cor negra por pretos, são um pequeno exemplo.

**2.** Apresentação do projeto *In Other Words* (objetivos e metodologias).

O projeto *In Other Words* tinha como principal objetivo chamar a atenção para o papel e a realidade dos *media* na Europa, sobre como eles influenciam comportamentos intolerantes e como, pelo contrário, podem contribuir positivamente para combater a discriminação e promover a diversidade cultural.

Este projeto desenvolveu uma metodologia e implementou uma ação piloto que teve como intuito contribuir para a redução do impacto de notícias discriminatórias e estereotipadas, produzidas pelos *media* na comunicação pública.

Para isso, foram constituídas 7 Unidades Locais de Análise de Imprensa, em 6 países Europeus (Espanha, Estónia, França Itália, Portugal e Roménia), cuja tarefa era realizar a monitorização da imprensa local e nacional, por um período de 15 meses, entre Novembro de 2011 e Janeiro de 2013.

Em Portugal também foi organizada uma Unidade Local de Análise de Imprensa (ULAI), da qual faziam parte as seguintes entidades: IEBA (parceiro português do projeto), APAV-GAV de Coimbra, APPACDM de Coimbra, GRAAL, Não Te Prives e SOS

Racismo; e a partir do mês de Setembro a UMAR Coimbra também começou a participar na ULAI.

Durante o ano 2012, a ULAI reunia-se mensalmente, para analisar uma seleção de notícias dos jornais monitorizados em Portugal – 3 regionais (*Campeão das Províncias, Diário As Beiras e Diário de Coimbra*) e 7 de âmbito nacional (*Diário de Notícias, Jornal i, jornal de notícias, Expresso, Público, Primeiro de Janeiro e Sol*). Esta análise constituía-se como uma desconstrução das notícias, identificando conteúdos (escritos e também as imagens) que continham elementos discriminatórios/estereotipados e, complementarmente, apresenta propostas, sugestões e recomendações, de forma a que as notícias se centrassem na informação essencial, cumprindo a sua função informativa e contribuindo para a formação de uma opinião pública informada e com capacidade crítica. Das notícias analisadas era feita uma seleção das consideradas mais relevantes e que iriam integrar o boletim informativo.

Teve conhecimento deste projeto (Só para jornalistas de Coimbra)?

E: Sim. Sei que o jornal até participou, foi convidado...e houve até umas sessões de discussão. Eu nunca tive...não é a minha sensibilidade com franqueza.

**3.** Este projeto conclui que os *media* produzem, com muita frequência, elementos discriminatórios e estereotipados nos jornais. Ao longo de um ano de monitorização de notícias foram analisadas 149 notícias que continham elementos discriminatórios. Que comentários lhe suscitam estes resultados?

E: 149 nesses jornais todos?! Não é muito...vamos lá ver eu também não conheço o critério. Se por exemplo, é considerado positivo o...positivo quer dizer se é incluído nessas 149 uma notícia que diga, por exemplo, cigano ou comunidade cigana ou não sei quê, ou dois romenos foram presos a roubar num supermercado...coisas desse género é uma coisa que tem a ver com critério mais fino, eu não conheço a grelha de...

e: Sim praticamente era isso que encontrávamos...

E: Todos os jornalistas convivem diariamente com a sua condição de pessoas, de cidadãos e de homens e mulheres e a condição...digamos a dimensão mais artificial da profissão que é aquela que nos leva a ter que cumprir a função informativa, a função formativa, a dimensão crítica, ou seja, introduzir inputs na sociedade que permite que as pessoas tenham uma atitude crítica perante a vida, e isso é uma dimensão artificial

da profissão. Às vezes os jornalistas são levados a ter isso em atenção e o que acontece é que isso pode provocar algum fenómeno de bipolaridade. Por exemplo, em abordagens mais epidérmicas à notícia essas dimensões podem não chegar em primeiro plano, podem chegar outras. Se houver um episódio de muita violência de negros, ou de ciganos, ou de outro tipo de grupo étnico ou social minoritário há jornalistas que de forma natural, que tem a ver com a sua condição e com a sua cultura de base, podem ser levados a não pôr as outras características em primeiro lugar e isso é um risco da profissão. Tem a ver até com a forma como os jornais se fazem, com menos gente e cada vez com mais pressão, cada vez com menos tempo para serem pensados, cada vez com menos filtros, cada vez com menos *gatekeepers*. E, portanto é um risco que esses fenómenos de bipolaridade comportamental nos jornalistas possam levar a que apareçam coisas dessas. É mais fácil um tipo indignar-se por saber que os ciganos chegaram ali e deram umas chapadas num rapaz do que com aquelas coisas normais que é os cidadãos comuns andarem aí ao estalo e, portanto se é mais fácil indignar-se com todas aquelas coisas que estão para trás, falta de tempo, falta de gente e muitas coisas para fazer pode sair uma notícia menos pensada, menos rastreada por outrem porque a notícia não pertence aos jornalistas só, tem que pertencer a mais que uma pessoa, a um editor, a um colega de lado e pode acontecer que esse rastreio não exista e depois lá sai o negro, o preto, cigano, coisas desse género.

**4.** Destas 149 notícias que continham elementos discriminatórios: 41 são do *Diário de Notícias*, seguindo-se o *Público* (28), o *Jornal de Notícias* (27), *Diário de Coimbra* (17), *Primeiro de Janeiro* (10), *Sol* (9), *Jornal i* (7), *Expresso* (6), *Diário As Beiras* (3), *Campeão das Províncias* (1). Que análise faz relativamente a estes resultados?

**E:** Não me espanta...causa-me alguma estranheza, mas lá está eu não conheço os critérios e pode haver um défice apreciativo da minha parte no que respeita ao tipo de critério adotado, mas a mim parece-me estranho o *Jornal de Notícias* estar atrás do *Público* e do *Diário de Notícias*...parece-me estranho. O *Jornal de Notícias* é um jornal vocacionado para um certo tipo de jornalismo mais popular, mais próximo da sensação e das restantes emoções do que propriamente os outros. Embora o *Diário de Notícias* com esta direção, com a malta que veio do *Correio da Manhã* porque é bom ter em conta que a direção do *Diário de Notícias* transitou do *Correio da Manhã* para lá...e

também se aventurou por esses caminhos nos últimos tempos, portanto o *Diário de Notícias* tem algumas características dessas. Em relação ao nosso jornal só três notícias analisadas num ano inteiro, só três?! Bem por um lado é bom (risos), mas é estranho.

**5.** Vou referir alguns exemplos de títulos de notícia que abarcam elementos discriminatórios:

- Não há mulheres na política chinesa porque o seu lugar é ao fogão;
- A mulher perdeu muito do valor que tinha;
- O Brasil já tem o primeiro negro líder do Supremo Tribunal;
- Uma homossexual liberal no Senado;
- Orientação sexual na dilatação das pupilas;
- PJ deteve líder de gang romeno de assaltantes;
- Alterações à lei para evitar acidentes com cegos.

Também classificaria estes títulos como discriminatórios? Todos ou apenas alguns?

**E:** Vamos lá ver...eu sou uma pessoa muito liberal na minha vida pessoal e na minha vida profissional e portanto eu julgo que os *media*, digamos essa função de contribuir para o politicamente correto e contínuo é uma coisa que não me assiste muito. E, portanto eu tenho alguma dificuldade em responder-lhe de forma muito assertiva...eu acho que o primeiro título não é de todo; o segundo não percebo o que é...se é uma crónica, sinceramente não entendo como é que aparece um título destes; o terceiro é um título interessante; o quinto se isto tiver a ver com um estudo científico é uma coisa, agora acho um risco enorme alguém escrever um título desses a partir de premissas meramente empíricas e muito menos de um palpite qualquer.

**e:** Sim esse notícia foi a partir de um estudo.

**E:** Então não acho nada que seja discriminação. O título “PJ deteve líder de gang romeno de assaltantes”...essa sim é discriminatória. Romenos...os gajos são assim mesmo o que é que uma pessoa há-de fazer...mas os portugueses também são. “Alterações à lei para evitar acidentes com cegos”...lá está eles são cegos, não vejo aqui discriminação. Eu acharia que nessas todas só uma é francamente discriminatória.

6. Em sua opinião o que é que justifica a persistência destes discursos discriminatórios?

E: É aquilo que eu lhe disse no início...persistência eu acho que não haja persistência, acho que há alguma...a condição do jornalista enquanto herdeiro de uma cultura portuguesa avançada, nós tivemos colónias até a trinta e cinco anos ou trinta e tal anos e vivemos ainda, a maior parte dos jornalistas, uns de forma muito próxima e outros de forma difusa através de faculdades e do próprio conhecimento da história o contacto muito próximo com uma realidade de guerra que envolvia entre outras coisas, entre outras características envolvia essa dimensão rática. Essa condição dos jornalistas que fazem as notícias leva-os de vez em quando a escorregarem. Por outro lado, e isso é que eu acho que é importante e há uma tendência cada vez mais notória para que os jornais sejam feitos por menos profissionais, menos jornalistas com base em menos em quantidade e menos em densidade de trabalho...chamado trabalho jornalístico, ou seja, ouvir fontes cruzar fontes, cruzar opiniões diferentes, consultar documentos, confrontar opiniões, fazer enquadramentos do ponto de vista histórico, sociológico, cultural, etc...portanto cada vez menos a tendência é quase para o mínimo, cada vez se reduz ao mínimo dos mínimos esse tipo de trabalho e portanto isso significa que sobra uma imensidão enorme de notícias feitas com base em trabalho muito superficial porque há poucos, cada vez menos jornalistas nas redações e o trabalho tem que se fazer na mesma, ou seja, em grosso modo as páginas têm que se encher na mesma e não há grande hipótese de se fazer aquilo que eu disse. Logo, o jornalista fica muito sujeito, por exemplo, nessas notícias da área do crime fica muito sujeito à importância e ao fluxo noticioso dos órgãos policiais e dos órgãos judiciais. O que é que isso significa?! Significa que o polícia prendeu um romeno e se ao jornalista é requerida essa dimensão formativa, essa dimensão crítica ao polícia não é, o polícia está lá é para prender...portanto é natural que ele quando o jornalista pergunta sobre alguma coisa ao polícia e responda: uns macacos de uns pretos ou uns romenos são todos uns ciganos e tal, é o natural do polícia e, portanto o jornalista vai nessa lógica de pouco tempo, de pouca capacidade, e de pouca disponibilidade para trabalhar vai em certa medida reproduzir isso. Para além disso, há aquilo que eu lhe disse no início, a sociedade somos todos nós e portanto...a sociedade portuguesa não é um sociedade miscigenada e miscigenante de facto mas não é uma sociedade particularmente tolerante...e não é só em relação a outras nacionalidades mesmo entre ela, basta por

exemplo em relação aos grupos minoritários, aos homossexuais, às lésbicas, às próprias mulheres. Portanto é natural que exista.

7. A autora Maria João Silveirinha, no seu livro *Identidades, Media e Política*, refere que “Os *media* ampliam a esfera pública, mas esta, ampliada por eles, perde o conteúdo político para poder vender mais – e nesse movimento, a razão perde espaço.” (2004: 233). Que comentários lhe merece esta opinião?

E: Eu acho que não é de resposta fácil ou melhor não é de análise fácil uma apreciação dessas porque na realidade o universo da indústria dos *media* está num processo de notação tão acelerado...para uma coisa que ninguém sabe bem o que é, que é com a explosão dos meios, da internet, e esta mudança acelerada acontece com as outras mudanças anteriores todas por consolidar, nomeadamente, não se consolidou antes de entrarmos nesta aventura nova da internet, não se consolidou a dimensão económica da indústria. Como sabe a indústria para a internet caminhou a passos muito largos para uma...a indústria nos países desenvolvidos de matriz de densidades de mercado, caminhou para uma concentração económica por parte dos operadores dos *media* de maneira a conferir escala às empresas e, algum lastro, alguma capacidade de vencer o desafio do fim do protecionismo. Ora bem, isto não estava consolidado quando de repente todo o castelo caiu, isto traduzido em miúdos quer dizer o seguinte, as empresas para serem viáveis...veja o caso português, houve um intervencionismo do estado no 25 de Abril nos jornais e depois os jornais e os *media* progressivamente começaram a regressar a vida privada. E, portanto para conferir escala houve um processo de concentração, o Balsemão começou a ter uma data de *media*, aquilo que é hoje a Controlinveste que na altura começou também a investir num conjunto de *media* e no grupo Cofina...nomeadamente depois da vinda do Paulo Fernandes do negócio dos vidros para o negócio dos *media* criaram-se três ou quatro grandes grupos nacionais e esses grupos conferiram escala, conferiram uma capacidade de interpenetração, conferiram...criaram problemas com jornalistas e com outros profissionais porque puseram os tipos que escreviam também a tirar fotografias e a utilizar outros tipo de meios e, esse processo não estava consolidado quando de repente tudo caiu com esta coisa das pessoas deixarem de comprar os jornais porque os vêm na internet com a publicidade e com a crise. Isso levou ou isso leva a que não seja fácil responder ou analisar uma afirmação destas, desta natureza porque de facto

é evidente que é preciso vender porque se as empresas não tiverem o mínimo, já não digo solidez, mas o mínimo de sustentação económica ou financeira então tudo o resto está posto em causa. Agora, por isso tudo é permitido?! Claro que não...agora isso levar-nos-ia a outro tipo de análise que é: como é que se constroem mecanismos de controlo dada a importância acrescida dos *media* face a outros setores sociais na sociedade?! Quer conhecido, no caso português pela própria constituição e, como é que se encontram estes mecanismos de controlo. E esse é um desafio enorme que também tem a ver com a própria universidade. A universidade é formadora daquilo que é a bagagem de base e ela própria tem que ter algumas preocupações, muitas preocupações em orientar a sua formação para que esses mecanismos sejam mais fáceis de encontrar. Aliás, com a liberdade de escrever todo o disparate passou a ser livre e publicado...ele livre sempre foi o disparate mas hoje é livre e publicado. Não estou a dizer que toda a gente diz disparates muito pelo contrário há muita gente que diz coisas importantíssimas e assertivas mas pronto nunca se disse tanto mal de forma tao ligeira. Agora, voltando à Silveirinha ela de facto tem razão, isso é verdade, mas o desafio não está em fazer, ou melhor a solução não está em fazer da indústria ou gerar com a indústria um produto para não vender, para fechar na prateleira, ou para ganhar prémios, ou para ter análises de textos muito bonitinhas para isso lá está a universidade. A universidade e outras coisas que andam lá a volta, em que é possível andar uma vida inteira ou viver uma vida inteira e para ganhar dinheiro até ser pago para isso para dizer mal das coisas, para dizer que está tudo mal, mas para não produzir rigorosamente nada deste produto em particular. Portanto, em vez de centrarmos a análise aí, se calhar temos que objetivamente aceitar o desafio de encontrar os tais mecanismos de controlo de regulação, de enquadramento, de promoção. O estado português já devia ter intervindo no processo de promoção da imprensa, porque a imprensa está moribunda ninguém compra jornais e portanto é comercializado cada vez menos e, portanto se o estado achar que a imprensa é importante ele tem que intervir.

**8.** Ao longo de todo o projeto, as investigadoras aperceberam-se que além de atos discriminatórios também há certos temas que as e os jornalistas tendem a não dar qualquer tipo de visibilidade, como por exemplo, em relação à deficiência, às questões

sobre o género, entre outros. Tem uma perceção coincidente com este resultado ou não?

E: Não, não acho que...lá está tem a ver um pouco com aquilo que já falei...eu acho que quer a deficiência, quer as questões de género vêm para os *media* fundamentalmente, não quer dizer que seja em cem por cento das situações, mas em larguíssima maioria, por ação dos agentes envolvidos em processos concretos ou em questões mais do tipo seminário ou coisas assim. Por iniciativa dos jornalistas e dos editores aí estou um bocado de acordo...não é muito normal, mas pronto eu já estou como diz o outro, se os sociólogos provam que as experiências introduzidas nos países nórdicos em matéria de igualdade de género forçada na política, a força com a chamada introdução das cotas nos anos 60/70 deu resultados extraordinários então quem sou eu para dizer que é uma estupidez obrigar as mulheres a entrar de três em três lugares nas listas. Isto por um lado, por outro lado isto significa que o trabalho proactivo dos agentes interessados é fundamental para que haja menos discriminação e mais noticiários dessa natureza.

**9.** As razões que subjazem a esta pouca visibilidade serão as mesmas que levam aos títulos discriminatórios?

E: É muito provável. As razões são estas que eu lhe disse. Há uma razão adicional...há um conjunto de fatores adicionais que tem a ver com a própria lógica de varrer para debaixo do tapete, ou seja, de uma forma geral os coletivos profissionais de informação as redações, e tal...constroem-se equilíbrios que os seus constituintes gostam pouco de desequilibrar portanto se a gente fizer de conta que não há deficiência, igualdade de género, se fizer de conta que não há discriminação então é melhor para todos porque significa que nós estamos a dar mais importância aquilo que achamos que é mais importante que é os factos do quotidiano que às vezes são mais atuais. Portanto, isso é um bocado daquela coisa de esconder ou porque se tem alguma vergonha social de algumas coisas, ou porque se tem algum pudor em abordar determinadas áreas. Se eu não escrever muita vez sobre cegos não me lembro que Coimbra é uma cidade cheia de barreiras arquitetónicas e barrocas onde os desgraçados andaram. Se eu não escrever muito sobre deficientes é a mesma coisa. Para além depois das questões do emprego que não lhes dão emprego e tal. Portanto é evidente que há atitudes discriminatórias de base mas, também há essa atitude.

**10.** Da análise feita no projeto apercebemo-nos, por outro lado, que os *media* também passam as mensagens que os movimentos sociais querem transmitir. Por isso haveria aqui alguma margem para pensarmos que existe alguma abertura. Mas, paradoxalmente, chegámos a encontrar as duas situações na mesma página do jornal – notícia que visibilizava a luta contra a discriminação de determinado tipo de pessoas e títulos claramente discriminatórios para com esse mesmo grupo. Em sua opinião, que abertura existe realmente para os movimentos sociais?

**E:** (silêncio) Há alguma...não é total mas é suficiente. Não sei o que é que lhe hei-de dizer porque é indiferente fazer uma análise daquilo que é, por exemplo, o trabalho de uma associação como a APPACDM ou dessa natureza ou fazer, por exemplo, dos movimentos LGBT...porque para a deficiência seja ela qual for a atitude primária é mais tolerante e mais suscetível do que para os chamados comportamentos sexuais desviantes. Portanto, eu com franqueza gostava de ver um exemplo de...já não digo na primeira página, em edições próximas um título facilitador de entrada no jornal de um movimento social da área da deficiência e outro título contra, acho difícil. Da parte dos homossexuais não me espanta que aconteça.

**11.** A autora Isabel Ferin na *Revista Comunicação & Cultura*, nº 1 refere que “...são identificadas categorias de distinção do Outro, fundadas em práticas discursivas de hierarquização de sentidos, pautadas por marcas utilizadas para criar distanciamento sobre o que é dito publicamente sobre o Outro, bem como formas de silenciamento e encobrimento da sua «voz», enquanto definidor primário de informação” (“Imagens da diferença: prostituição e realojamento na televisão”). (75: 2006) Portanto, os processos mentais da discriminação estão estudados e são conhecidos. Gostava de saber se a formação em jornalismo contempla a abordagem destas questões e se, por acaso, tem conhecimento de ações de formação que sensibilizem as pessoas profissionais de jornalismo para estas questões.

**E:** A formação em jornalismo é uma área relativamente nova em Portugal. Ou seja, eu que tenho 51 anos cheguei à profissão ainda antes de haver cursos de jornalismo e portanto conheço...vou acompanhado até os currículos, e as propostas de alteração curricular nas faculdades mas não conheço com esse detalhe, não sei se dentro de uma disciplina a ou b se preocupam com isso. Acho fundamentalmente que a questão da discriminação...não pode ser dissociada daquilo que é a dimensão ética da

formação dos profissionais e deontológica também porque de facto a deontologia acaba por nos empurrar para atitudes proactivas anti discriminatórias, mas se as universidades ou as formações em jornalismo investirem de forma sólida, consequente e sustentável na formação ética dos seus estudantes, então estão a cumprir esse papel não há dúvida. Relativamente à formação há. Tem havido ações de formação, ou há propostas de ações de formação nessa área e até há iniciativas de outra natureza como, por exemplo, prémios para quem escreve artigos nessa área. Eu com franqueza, como já deve ter percebido, é uma área que não me assiste e portanto nunca ia fazer uma formação. A formação dos jornalistas não é um exclusivo da universidade, da parte académica...ela é muito construída num cadilho psicossociológico permanente que é a redação onde trabalham e o conjunto de contactos, de amigos que os jornalistas cultivam ao longo da vida. Eu julgo que aquilo que era até por necessidade, lá está não havia formação académica antes os jornalistas formavam-se muito na tarimba das redações, aquilo que era um grau de exigência elevadíssimo desses cadilhos psicossociológicos que de certa forma está a diluir-se bastante, ou seja, as redações são cada vez mais pobres e empobrecedoras quer no plano cultural, quer no plano humano, quer até no plano do exercício da cidadania.

## **Entrevista 5**

1. Irei em seguida apresentar-lhe o projeto com mais algum detalhe. Como sabe, o estudo consistiu na análise de conteúdo de um corpus documental constituído a partir de vários jornais nacionais e regionais. Mas antes gostava de lhe perguntar qual é a sua perceção acerca da problemática da discriminação nos *media*, concretamente na imprensa escrita.

**E:** Há discriminação...agora também depende de que discriminação. Há várias discriminações, há vários tipos, vários agentes sociais, vários tipos sociais, várias formas de ser discriminado e, portanto a imprensa tem ou ... os jornais refletem todas essas discriminações que existem na sociedade.

## 2. Apresentação do projeto *In Other Words* (objetivos e metodologias).

O projeto *In Other Words* tinha como principal objetivo chamar a atenção para o papel e a realidade dos *media* na Europa, sobre como eles influenciam comportamentos intolerantes e como, pelo contrário, podem contribuir positivamente para combater a discriminação e promover a diversidade cultural.

Este projeto desenvolveu uma metodologia e implementou uma ação piloto que teve como intuito contribuir para a redução do impacto de notícias discriminatórias e estereotipadas, produzidas pelos *media* na comunicação pública.

Para isso, foram constituídas 7 Unidades Locais de Análise de Imprensa, em 6 países Europeus (Espanha, Estónia, França Itália, Portugal e Roménia), cuja tarefa era realizar a monitorização da imprensa local e nacional, por um período de 15 meses, entre Novembro de 2011 e Janeiro de 2013.

Em Portugal também foi organizada uma Unidade Local de Análise de Imprensa (ULAI), da qual faziam parte as seguintes entidades: IEBA (parceiro português do projeto), APAV-GAV de Coimbra, APPACDM de Coimbra, GRAAL, Não Te Prives e SOS Racismo; e a partir do mês de Setembro a UMAR Coimbra também começou a participar na ULAI.

Durante o ano 2012, a ULAI reunia-se mensalmente, para analisar uma seleção de notícias dos jornais monitorizados em Portugal – 3 regionais (*Campeão das Províncias, Diário As Beiras e Diário de Coimbra*) e 7 de âmbito nacional (*Diário de Notícias, Jornal i, jornal de notícias, Expresso, Público, Primeiro de Janeiro e Sol*). Esta análise constituía-se como uma desconstrução das notícias, identificando conteúdos (escritos e também as imagens) que continham elementos discriminatórios/estereotipados e, complementarmente, apresenta propostas, sugestões e recomendações, de forma a que as notícias se centrassem na informação essencial, cumprindo a sua função informativa e contribuindo para a formação de uma opinião pública informada e com capacidade crítica. Das notícias analisadas era feita uma seleção das consideradas mais relevantes e que iriam integrar o boletim informativo.

Teve conhecimento deste projeto (Só para jornalistas de Coimbra)?

**3.** Este projeto conclui que os *media* produzem, com muita frequência, elementos discriminatórios e estereotipados nos jornais. Ao longo de um ano de monitorização de

notícias foram analisadas 149 notícias que continham elementos discriminatórios. Que comentários lhe suscitam estes resultados?

**E:** 149 ao longo de um ano acho pouco. É assim, os jornalistas são pessoas normais, são pessoas que vivem na sociedade normal e, portanto têm uma formação com todos os estereótipos, e todas as estigmatizações, e todos os preconceitos que são recorrentes na sociedade. Para se estar atento e para se combater isso, para se fazer um trabalho diário de crítica...numa perspetiva crítica de elaboração de notícias é preciso ter conhecimento e, já ter refletido sobre o assunto e ter preocupações para que não haja discriminação. Isso é um trabalho que algumas pessoas já fizeram, portanto eu, por exemplo, quando era editora e no meu trabalho eu tenho muito cuidado com as questões de discriminação de género, porque à 15 anos que trato, à mais até, mas de forma mais sistemática à 15 anos que trato questões de género. E, portanto como acompanhei jornalisticamente na assembleia e depois fora da assembleia processos legislativos como os do aborto, uniões de facto, direitos gay...portanto tudo o que são questões de direitos das mulheres e direitos da comunidade LGBT eu tenho acompanhado com uma grande acuidade. Também tenho uma grande acuidade às questões do racismo mas sei que ninguém tem...ou muito pouca gente nos jornais tem essa preocupação porque as pessoas não estão atentas a isso. O discurso que existe hoje muito nos jornais é o discurso de que não há racismo em Portugal ponto um, ponto dois as questões da comunidade LGBT estão resolvidas porque o casamento foi instituído e, portanto não há discriminação quando os direitos estão reconhecidos. Agora vê-se, por exemplo, esta coisa da adoção...ninguém estava a dar atenção nenhuma ao processo legislativo nos jornais e, por isso acabou por ser a lei aprovado sem ninguém perceber o que se estava a passar...aprovada que ainda não está a provada mas aprovada em votação geral. Hmm em relação aos direitos das mulheres continua a achar-se que não há nenhum problema de discriminação das mulheres em Portugal. E, portanto como as pessoas não estão atentas a isso e as direções dos jornais não estão atentas a isso continua a existir discriminação. Por exemplo, no desporto vocês viram alguma notícia sobre o futebol feminino?!

**e:** Não...

**E:** pronto...aí está uma discriminação, há futebol feminino em Portugal. Como há andebol feminino...há desporto feminino, mas o único onde se fala de mulheres é no atletismo porquê?! Porque elas ganham medalhas, portanto aí é incontornável. Isto é

uma forma de discriminação...e eu já estou a ir a uma das mais sofisticadas e elaboradas que passam ao lado de toda a gente. Que é, porque é que não se fala das mulheres em alguns desportos? Porque é que só se fala nas mulheres quando é violência doméstica, mães a tratar de filhos, mães solteiras, incentivos à maternidade, divórcios...as questões da mulher são tratadas nos jornais sempre como um anexo dos filhos ou um anexo do marido, e continua a ser. Isto é uma forma de discriminar. Mesmo quando se trata a discriminação, trata-se de forma discriminatória porque se olha para a mulher dentro do historial, tipo de género, que é espectável que exista dela...que é a mulher que é casada, que apanha do marido, que tem filhos, que tem problemas e que tem de trabalhar e tem que ter filhos...porque é só isto. As mulheres solteiras que fazem coisas que não estão dentro do que é o estereótipo do amor e uma casinha, e eu e os meus meninos...não aparece. Por isso, é que eu acho que muito desses programas...eu conheço muitas dessas organizações, algumas trabalham muito bem em Coimbra mesmo, mas de certeza absoluta que eu sendo jornalista, por a experiência que tenho em tratar questões de género dentro da redação do jornal fosse ver esses jornais encontrava se calhar para aí o dobro das notícias de mulheres ou mais porque há uma série de coisas, por exemplo, duas mulheres...se de repente aparece-se numa redação uma notícia assim, vou dar um caso completamente inventado mas que é possível existir, se eu pose-se na redação do jornal a informação que há duas mulheres imigrantes, uma angolana e uma cabo-verdiana, que vivem juntas e são lésbicas e que querem casar em Lisboa...pretas, lésbicas, estrangeiras, empregadas de café. Que é para ser mais real uma angola e uma brasileira que até é o que há mais...as cabo-verdianas já estão muito naturalizadas portuguesas, numa redação de um jornal ou ninguém ligava a isto ou qual era o ângulo para que iam ligar?! Ou porque é que ligavam ou não ligavam?! Nós temos aqui pelo menos três tipos de discriminação ou quatro: pobreza, o ser estrangeiros, pretas, lésbicas. O que era o ângulo que o jornal ia pegar? O que é que ia dar prioridade? Ia falar das quatro coisas. Mas qual ia ser o título?

**e:** Lésbicas

**E:** Lésbicas...chegou lá. Também é evidente que isso também é uma discriminação e é gravíssima a discriminação das lésbicas em Portugal. A questão não é pormenorizar o assunto mas isso já entrou no ouvido porque tem sido tao falado tem havido tanta luta por direitos LGBT, tem tido tanta visibilidade que os jornalistas já percebem que há

aqui uma coisa que temos que estar atentos. Agora continuam a não perceber que têm que estar atentos aos direitos dos estrangeiros, acham que não há problema nenhum com os direitos dos estrangeiros, continuam a não perceber que têm que estar atentos aos direitos...ao racismo, à discriminação pela cor da pele. E, há discriminação pela cor da pele em Portugal, e têm que estar atentos a outro fenómeno que é o facto de serem mulheres. E, também não estão atentos a isso, como também não estão atentos hoje em dia, ninguém está atento às questões da pobreza. Fala-se muito da crise, mas fala-se da crise pela análise de números, ninguém vai fazer reportagens sobre o que é que é de facto a pobreza hoje em dia...não há investimentos nisso, isso não interessa...porque falar dos pobres é chato, não fica bem, é chato, não é bonito, a gente tem ideia que temos que dar aos outros coisas bonitas, tudo o que é chato não se fala. É isso que eu acho que se passa e é evidente que isto passa-se porque vive-se um momento na sociedade em que as prioridades...eu costumo dizer que falo muito sobre questões de direitos humanos e direitos de género. Eu, ultimamente tenho entrado quase num mecanismo de reproduzir um discurso que cada vez que eu vou falar digo seja qual for o assunto, eu acabo por dizer sempre a mesma coisa, que é: historicamente há três gerações de direitos: os direitos políticos, os direitos sociais, e os direitos de identidades. Primeira, segunda e terceira geração ao longo do século XX. E, portanto os direitos políticos e os direitos de primeira geração já ninguém questiona nem põem em causa se a gente tem ou não o direito de ir votar, se são ou não eleições...até os presos têm direito a votar e ninguém questiona isso. Hoje em dia começa a questionar-se alguns...os direitos de identidade ou de personalidade, os direitos individuais os chamados direitos LGBT e os direitos das mulheres que também são direitos de identidade. A identidade de serem mulheres independentemente de serem mães, ou de serem casadas, de serem mulheres...especificidade de ser mulher. Esses direitos as pessoas já começam a dizer: ah isso agora a coisa da adoção por gays isso não tem interesse nenhum, agora o interesse é que a gente se preocupa a arranjar o emprego das pessoas e não sei quê. E eu costumo dizer e, eu acho isto, e acho porque eu estudo estes assuntos à uma data de anos e, portanto sei exatamente o que estou a falar que é tao importante para eu me sentir inserida socialmente ou uma pessoa sentir-se inserida socialmente e realizada e bem consigo mesma, ter o seu trabalho, que a enquadra socialmente, que a torne útil socialmente que a faz produzir e que lhe dá um rendimento que lhe permite

ter uma vida organizada...é estruturante da sua vida ter um emprego como é estruturante na sua vida poder ter a família que quer ter, ser mãe solteira, ser mãe casada e a igualdade de circunstâncias como ter uma orientação sexual que quer ter...tudo isso é estruturante na sua personalidade, se fala ou se não fala, se diz ou se não diz, se está as escondidas, se não está as escondidas tudo isto é igual. Para mim é tao importante a minha orientação sexual e estar bem com as pessoas com quem estou e, por a minha família como é pelo meu emprego, como é poder votar, como é ter direito à baixa se estiver doente, como é ter direito a ter uma pensão de reforma, como é todos os direitos que existem...são todos iguais não há uns mais e uns menos, não há uns agora e uns depois, são um todo. E, portanto ter esta percepção, fazer esta educação cívica é um trabalho quase diário porque é um trabalho que nós temos que ter diariamente connosco. Uma das coisas que eu também costumo muito dizer quando falo destas coisas é que ter consciência crítica e lutar por direitos de género ou direitos...ou, por exemplo, ter a capacidade de não discriminar outras pessoas, de ser tolerante com outros, de entender a diferença, de dar espaço á diferença, aceitar a diferença que é disso que falamos quando falamos em não discriminar alguém, é aceitar o que é diferente de nós...isso é um trabalho, que é um trabalho diário, quotidiano hora a hora porque todos nós somos homofóbicos, racistas, sexistas, machistas porque nascemos numa sociedade que o é, vivemos numa sociedade que o é e se não temos uma consciência crítica diária momento a momento quando somos confrontados com situações em que essa questão...estarmos atentos para cada vez que nos aparece uma dessas situações à frente termos capacidade de resistir à tentação de discriminar. É um trabalho que eu equiparo muito com o trabalho que tem, por exemplo, um ex-alcoólico ou o ex-toxicodependente aquele trabalho de recuperação diária de “eu hoje não vou fazer”. E é um bocado essa ideia de “eu hoje não vou fazer”, é evidente que é diferente porque o álcool ou uma droga é uma vício físico e é uma dependência e, aqui é só uma questão de vontade. Portanto, se calhar até é muito mais fácil não discriminar pessoas (risos) do que uma pessoa não se drogar ou não beber álcool, quer dizer acho eu que é mais fácil porque é uma questão que depende da minha vontade, de dar espaço ao outro, aceitar o outro como ele é, isso é um trabalho que cada um tem que fazer consigo mesmo, é evidente que isso é possível se a pessoa for conduzida, se lhe for mostrado que essa realidade existe e aí já não tem a ver com os jornais. Os jornais têm um papel importante em fazer campanhas e

coisas para chamar à atenção para as coisas, muitas vezes eu acho que chamam do ponto de vista errado porque...mas isso sou eu que tenho ideias muito (risos) se calhar muito elaboradas sobre o assunto. Eu acho que a violência doméstica não se trata nos jornais mostrando mulheres espancadas, até porque a violência doméstica não é só mulheres espancadas...e não é por mostrar o espancamento que se consegue persuadir o que quer que seja. Mas eu não gosto...não sou pelas campanhas de choque, embora haja assuntos que pode haver campanhas de choque que funcionem, quer dizer depende dos assuntos. Eu acho que os jornais não devem expor violência mas isso sou eu que tenho uma outra concessão sobre a violência, que não deve ser exposta nos jornais. Eu acho que há coisas que os jornais não devem dar mas não é censura é uma questão de cuidado precisamente porque têm um papel muito formativo e muito importante e banalizam coisas assim como devem banalizar a não discriminação porque é isso que os jornais fazem, é tornar as coisas comuns, vulgares, a banaliza-las, torna-las no quotidiano. Devem ter muito cuidado, por exemplo, com a vulgarização de violência...violência física, social...como há regras que os jornais não falam de suicídios porque estão a banalizar e podem potenciar novos suicídios. Eu acho também que as imagens de violência podem potenciar mais violência e, portanto tenho algum cuidado em relação a isso, tenho algumas dúvidas sobre isso. Algumas dúvidas e algumas certezas já talvez (risos), mas pronto tenho tido algumas dúvidas.

4. Destas 149 notícias que continham elementos discriminatórios: 41 são do *Diário de Notícias*, seguindo-se o *Público* (28), o *Jornal de Notícias* (27), *Diário de Coimbra* (17), *Primeiro de Janeiro* (10), *Sol* (9), *Jornal i* (7), *Expresso* (6), *Diário As Beiras* (3), *Campeão das Províncias* (1). Que análise faz relativamente a estes resultados?

**E:** *Público* e *Jornal de Notícias*! Acho extraordinário porque deve ser os jornais que têm mais pessoas preocupadas com o assunto. Portanto acho extraordinário...acho engraçado. Acho que devem ser os dois jornais, por o que eu conheço das redações, eu trabalho no *Público*, deve ser das redações que têm mais preocupações e acham que não discriminam. Portanto acho engraçado os números serem esses. Eu não estou a dizer que não discriminam, eu estou a dizer que eles acham que não discriminam.

5. Vou referir alguns exemplos de títulos de notícia que abarcam elementos discriminatórios:

- Não há mulheres na política chinesa porque o seu lugar é ao fogão;
- A mulher perdeu muito do valor que tinha;
- O Brasil já tem o primeiro negro líder do Supremo Tribunal;
- Uma homossexual liberal no Senado;
- Orientação sexual na dilatação das pupilas;
- PJ deteve líder de gang romeno de assaltantes;
- Alterações à lei para evitar acidentes com cegos.

Também classificaria estes títulos como discriminatórios? Todos ou apenas alguns?

**E:** O primeiro título é um título que é uma ironia, da desconstrução do que é a visão. Eu lembro-me desse texto, isso era do *Público*. Esse título não era afirmado, isso era uma brincadeira era um título irónico a desconstruir precisamente a discriminação de género na China, não era que o jornal achasse isso. Acerca do segundo título acho uma patética discriminatória. Este é claramente discriminatório. O terceiro título também não considero discriminatório...isso é a dizer que houve uma ultrapassagem de racismo, isso não é discriminatório. Esta notícia vem promover uma questão que finalmente há um negro...eles tinham que dizer que ele era negro porque a questão é ser negro. Isso é que o extraordinário é ser finalmente o negro que chega a liderança do tribunal superior no Brasil, ou chamavam negro ou preto. No Brasil não podem chamar preto às pessoas porque quem chama preto a uma pessoa no Brasil é preso, portanto no Brasil há negros, não há pretos. Este título é de sensibilização e de promoção de uma coisa que é uma conquista clara e tem que dizer que ele é negro porque ele é negro tem que se dizer que é negro. Esta coisa em Portugal de não se dizer que as pessoas são pretas e brancas é impensável. Nos Estados Unidos as pessoas são referenciadas pela cor da pele e há cotas para as pessoas e há medidas anti discriminação pela cor da pele precisamente porque são vendidas e não há combate à discriminação. E, portanto se as pessoas são pretas é para se dizer que são pretas, como eu sou branca sou branca, sou loura sou loura, não há meios termos há uma diferença. Historicamente essa diferença tem sido penalizadora e discriminatória dos negros e tem que ser falado para que não haja discriminação num país de racismo envergonhado e isso tem que ser combatido. Eu acho isso...portanto claramente é importante aí estar a questão do negro.

“Uma homossexual liberal no Senado” também é importante dizer-se que é, e que foi eleita como homossexual, é importante que se saiba que está lá e é homossexual...isso ajuda a visibilizar e a combater a discriminação.

“Orientação sexual na dilatação das pupilas”, isso acho uma parvoíce com certeza que devia ser uma patetice qualquer.

“PJ deteve líder de gang romeno de assaltantes”, então se ele era Romeno tem que se dizer que era Romeno.

**e:** Acha que não é discriminatório referir a nacionalidade da pessoa em causa? Porque não estrangeiro em vez de Romeno?

**E:** Sim, sim, sim aí é discriminação. Sim já percebi a discriminação.

“Alterações à lei para evitar acidentes com cegos”, com cegos? A palavra cegos...pois a questão do invisual. Eu não usaria cegos mas percebo que haja jornais que usam porque há pessoas que nem sequer põem na cabeça que cego seja discriminatório. As pessoas dizem cegos em Portugal, é evidente que são invisuais não são cegos que se diz, mas é dos tais casos que é paradigmático e, então nas questões dos deficientes ninguém liga nenhuma mesmo.

**6.** Em sua opinião o que é que justifica a persistência destes discursos discriminatórios?

**E:** O que eu disse...não há uma preocupação para ações de formação nesse sentido. Os jornalistas tiram uma licenciatura quando têm 20 anos e depois andam a vida toda a achar que já sabem aquilo tudo e que não têm que estudar para nada, isto genericamente.

**7.** A autora Maria João Silveirinha, no seu livro *Identidades, Media e Política*, refere que “Os *media* ampliam a esfera pública, mas esta, ampliada por eles, perde o conteúdo político para poder vender mais – e nesse movimento, a razão perde espaço.” (2004: 233). Que comentários lhe merece esta opinião?

**E:** É verdade. Hoje em dia o jornalismo quer vender e, portanto está pouco preocupado com estas questões. Está mais preocupado com o que é o bonito, que pode vender e o que é que é a história gira que pode vender, do que está preocupado em questões de dignidade humana, em questões de justiça social, de não

discriminação, de tolerância, convívio democrático, respeito pela diferença...está-se nas tintas para essas coisas, isso não vende.

**8.** Ao longo de todo o projeto, as investigadoras aperceberam-se que além de atos discriminatórios também há certos temas que as e os jornalistas tendem a não dar qualquer tipo de visibilidade, como por exemplo, em relação à deficiência, às questões sobre o género, entre outros. Tem uma perceção coincidente com este resultado ou não?

**E:** Tenho...mas as questões de género depende, há umas que dá mais e outras que dá menos ainda. Os direitos das mulheres são menos tratados a não ser a violência doméstica. Agora descobriram a violência doméstica e ainda bem que descobriram mas, eu acho que é mais difícil numa redação ter uma perspetiva feminista em relação às questões das mulheres do que ter uma perspetiva...ou seja, de direitos da comunidade LGBT. Hoje em dia é mais fácil até tratar questões de gays do que tratar de questões de discriminação de mulheres. Penso eu que é mais fácil, apesar de não ser fácil...apesar de haver muito discurso de que já está tudo resolvido, mas mesmo assim acho que há mais facilidade.

**9.** As razões que subjazem a esta pouca visibilidade serão as mesmas que levam aos títulos discriminatórios?

**E:** No fundo é, o processo é todo o mesmo. Por serem pessoas que discriminam e, portanto é preconceito. É preconceito porque se já houvesse algum trabalho havia cuidado, até havia um cuidado de procura do politicamente correto...e é positivo, e que não é procurado porque...essa então das pupilas, por exemplo, esse título das mulheres na China que é claramente uma ironia eu não o faria, mas percebo que é uma ironia porque eu até vi a notícia. Agora eu percebo que as pessoas riem daquilo, e riem de uma coisa que as pessoas não têm que rir, têm é que combater. Não é uma piada, a discriminação não é uma piada, no meu entender, mas sei que há pessoas que o fazem...sei que fazem, em geral fazem.

**10.** Da análise feita no projeto apercebemo-nos, por outro lado, que os *media* também passam as mensagens que os movimentos sociais querem transmitir. Por isso haveria aqui alguma margem para pensarmos que existe alguma abertura. Mas,

paradoxalmente, chegámos a encontrar as duas situações na mesma página do jornal – notícia que visibilizava a luta contra a discriminação de determinado tipo de pessoas e títulos claramente discriminatórios para com esse mesmo grupo. Em sua opinião, que abertura existe realmente para os movimentos sociais?

**E:** Existe alguma...fazem notícia com as mensagens desses movimentos mas é uma coisa menor, é limitado...mas há alguma. E atenção há alguma, por exemplo, se for em associações LGBT, a ILGA passa, se for a UMAR, por exemplo, não passa. E aí temos a tal diferença entre direitos LGBT e direitos da mulher. Eu acho, eu como trato muito os dois estou muito atenta ao que é a realidade de um e do outro dentro dos jornais e sei isto claramente. Por exemplo, se eu quiser fazer uma coisa sobre a UMAR ficam todos a olhar para mim, se for da ILGA já têm vergonha de ficar a olhar. À quinze anos ficavam a olhar...porque eu à quinze anos que trato estas coisas. Quando foi do aborto, por exemplo, foi à mais de quinze anos, o primeiro referendo foi à quinze anos...então, era falado...naquele tempo ninguém sabia o que era a UMAR. E, é engraçado porque depois toda a gente fala da violência sobre as mulheres. As primeiras campanhas contra a violência sobre as mulheres foram da UMAR. A primeira mesmo foi do MLEM logo em 74 que no primeiro documento pôs logo a questão da violência doméstica, as campanhas mesmo campanhas e o observatório. Das notícias sobre a violência doméstica que vinham nos jornais e a contabilização, aquele observatório que faz a contabilidade, foi a UMAR que começou a fazer isso. Eu lembro-me que a primeira vez que nós no jornal *Público* íamos fazer notícias sobre os dados dos relatórios da UMAR...a estrutura editorial da direção não sabia o que era a UMAR, ou seja, não existia. Não é oficial, isso não tem fidelidade nenhuma porque isso não é fiável o que é que é a UMAR, a UMAR são umas histéricas e não sei quê. Hoje em dia essa questão da violência doméstica...já toda a gente, às vezes até em termos que não acho corretos fala-se até de mais de violência doméstica...de mais e das más formas de falar.

**11.** A autora Isabel Ferin na *Revista Comunicação & Cultura*, nº 1 refere que “...são identificadas categorias de distinção do Outro, fundadas em práticas discursivas de hierarquização de sentidos, pautadas por marcas utilizadas para criar distanciamento sobre o que é dito publicamente sobre o Outro, bem como formas de silenciamento e encobrimento da sua «voz», enquanto definidor primário de informação” (“Imagens da diferença: prostituição e realojamento na televisão”) (75: 2006). Portanto, os

processos mentais da discriminação estão estudados e são conhecidos. Gostava de saber se a formação em jornalismo contempla a abordagem destas questões e se, por acaso, tem conhecimento de ações de formação que sensibilizem as pessoas profissionais de jornalismo para estas questões.

**E:** Não, eu não conheço. É assim eu já dei aulas de jornalismo e no curso onde dei jornalismo, foi em Benfica, dei aulas no mestrado de jornalismo. Que eu saiba eles não tiveram nenhuma formação sobre isso anteriormente. Durante o curso e no jornal onde trabalho nunca vi ninguém preocupado com isso mas eu não sou de jornalismo, eu sou licenciada em História. E, portanto mesmo no tempo em que eu estudava e quando apareceu o primeiro curso de jornalismo em Portugal eu já andava na faculdade. Não acho que haja o mínimo de educação para essas questões. Não há...até porque não há sequer nenhuma formação para o uso discursivo em si, não é só para as questões de género é para tudo. Não há nenhuma...uma pessoa que entra num jornal não aprende nada, ou já sabe antes ou não é lá que aprende. Isto que eu estou a dizer é quase uma barbaridade que ninguém vai reconhecer à direção de nenhum jornal. Da prática que eu tenho e o que tenho visto ao longo de 24 anos no *Público* é que as pessoas quando entram ou sabem...quer dizer depois ficam a saber com são os telefones, ficam a perceber mais, quer dizer podem ir ganhando algumas ferramentas de trabalho, agora ao nível da escrita ou já sabem escrever, ou as pessoas escrevem como entram, depois podem corrigir a forma de construir a frase para se dar notícia ou o que é o lido ou não é o lido. Agora ao nível do vocabulário que usam não há...eu nunca percebi quem quer que fosse que tivesse a mínima formação. Durante muitos anos acompanhei a formação de estagiários e percebo perfeitamente que não há essa coisa...não há, explica-se o que é o lido o que não é o lido. As pessoas normalmente quando chegam, pelo menos no *Público*, como são sempre muito bons os que vão...a não ser às vezes uns que são muito maus e, portanto assim como vão também vêm...mas normalmente não há e não há mesmo. Mesmo a questão do preto e do negro não há perceção disso...o que é que pode ser o preto e o que é que pode ser o negro porque se falar, por exemplo, de um angolano...chamar negro a um angolano é ofensivo se for preto não é. Cá, acham que chamar preto é que é ofensa e no Brasil acham que o preto é que é ofensa, por isso é que proíbem o uso do preto. Porque uma coisa é a perceção do que o branco tem disso e outra coisa é a perceção que o preto tem disso. E o preto o que diz é que eu sou preto, tu és branca e eu sou preto não sou

negro, negro é o carvão. Nunca mais me hei-de esquecer que eu isto ouvi de uma angolana a frase: “negro é o carvão, eu não sou negra sou preta”. Eu acho esta questão do racismo a coisa mais preocupante em Portugal porque se nós formos analisar ninguém fala do racismo, nós não temos um único deputado preto ao longo das legislaturas, nós na política temos o Hélder do CDS um deputado que é mulato, tivemos o João Campinho que assume mais ou menos que é mulato...se forem perguntar ao Freitas do Amaral pela avó dele que é cabo-verdiana ele cora, o Freitas do Amaral só quem for cego é que não vê que ele é mulato ele tem feições de preto, claramente. O Guterres tem claramente feições de mulato também, se lhe perguntarem ele nem sabe porque é que as tem, quer dizer nunca lhe passou pela cabeça. Temos vários parlamentos eleitos de quatro em quatro anos...e a representação política de um país que teve um império de quinhentos anos em cinco continentes, que teve uma descolonização à trinta anos, à quarenta anos na classe política que não tem negros, nas universidades como professores não tem negros, tem um ou outro mulato mas não tem negros, os alunos do ensino universitário em Portugal só tem negros e eu já dei aulas...eu sou aluna estou a fazer um doutoramento portanto eu tenho aulas, vou a faculdade com bastante frequência e portanto nas populações universitárias os pretos são as cotas das ex-colónias...eu tive alunas que eram pretas, tive alunas que vinham das ex-colónias estudar cá e vinham ou vêm de Timor. Os pretos em Portugal vivem nos bairros de lata, são mulheres a dias e pouco mais e pedreiros. E nós temos uma população colonial nascida em África que é portuguesa e que veio das colónias e não os conseguimos integrar...eu acho que isto é a coisa mais dramática do que é a exclusão, e do que é a discriminação em Portugal...da cor da pele acho verdadeiramente, porque acho que é um assunto que nem sequer é falado, muito preocupante.

## **Entrevista 6**

1. Irei em seguida apresentar-lhe o projeto com mais algum detalhe. Como sabe, o estudo consistiu na análise de conteúdo de um corpus documental constituído a partir de vários jornais nacionais e regionais. Mas antes gostava de lhe perguntar qual é a sua

percepção acerca da problemática da discriminação nos *media*, concretamente na imprensa escrita.

E: A discriminação nos *media* existe. Eu dou algumas aulas sobre isso e costumo lembrar aos alunos que os *media* não são um mundo aparte, não vivem isolados do resto das sociedades e portanto são o reflexo da sociedade. Se a sociedade é patriarcal e machista os *media* são patriarcais e machistas, não tenho nenhuma dúvida nisso. Podemos discutir que papel é que podem ter na eliminação dos estereótipos, ou na redução de estereótipos, ou na modificação de comportamentos. Podem e têm de facto uma grande margem para o fazer, se o fazem contra a sociedade, contra os valores que a sociedade tem...eu acho que isso acontece muito poucas vezes, muito raramente. Portanto não acho nada que os *media* sejam mais progressistas do que as sociedades em que estão...provavelmente haverá pessoas que sim, mas isso também nas outras empresas haverá. Acho até que a tendência tem sido a de preservar o status quo, as coisas como elas são, a mudança dentro das empresas de comunicação social é difícil de se fazer. Porque isto, só para explicar, são empresas que funcionam com rotinas, com coisas que têm que estar estabelecidas porque se não seria o caos...muita coisa a acontecer ao mesmo tempo, cada vez menos gente a trabalhar e em condições cada vez mais precárias, e portanto exige que se tenha alguma rotina, e alguma coisa já delineada e planeada à partida, o que deixa pouco espaço para a reflexão crítica. Os jornalistas neste momento vão de um serviço para o outro para falar com uma pessoa para a outra, sem terem tempo sequer de pensar no que é que a primeira disse já estão a falar com a segunda. E, portanto não têm tempo para pensar naquilo que estão a escrever, a maior parte das vezes, e escrevem imbuídos dos preconceitos que temos todos, uns mais do que outros mas temos todos. Todos nós temos estereótipos e de género nomeadamente, é muito difícil estar o tempo todo a pensar que linguagem é que se vai usar, o que é que se deve ou não dizer, isto exige uma grande preparação e eu faço isso porque estudei isso a parte do jornalismo, porque me especializei no jornalismo a escrever sobre género mas conheço muita pouca gente que o faça...porque de facto quando se está a escrever um artigo deve-se pensar: ai não devo usar esta palavra porque esta palavra é discriminatória, muito pouca gente faz isso.

## 2. Apresentação do projeto *In Other Words* (objetivos e metodologias).

O projeto *In Other Words* tinha como principal objetivo chamar a atenção para o papel e a realidade dos *media* na Europa, sobre como eles influenciam comportamentos intolerantes e como, pelo contrário, podem contribuir positivamente para combater a discriminação e promover a diversidade cultural.

Este projeto desenvolveu uma metodologia e implementou uma ação piloto que teve como intuito contribuir para a redução do impacto de notícias discriminatórias e estereotipadas, produzidas pelos *media* na comunicação pública.

Para isso, foram constituídas 7 Unidades Locais de Análise de Imprensa, em 6 países Europeus (Espanha, Estónia, França Itália, Portugal e Roménia), cuja tarefa era realizar a monitorização da imprensa local e nacional, por um período de 15 meses, entre Novembro de 2011 e Janeiro de 2013.

Em Portugal também foi organizada uma Unidade Local de Análise de Imprensa (ULAI), da qual faziam parte as seguintes entidades: IEBA (parceiro português do projeto), APAV-GAV de Coimbra, APPACDM de Coimbra, GRAAL, Não Te Prives e SOS Racismo; e a partir do mês de Setembro a UMAR Coimbra também começou a participar na ULAI.

Durante o ano 2012, a ULAI reunia-se mensalmente, para analisar uma seleção de notícias dos jornais monitorizados em Portugal – 3 regionais (*Campeão das Províncias, Diário As Beiras e Diário de Coimbra*) e 7 de âmbito nacional (*Diário de Notícias, Jornal i, jornal de notícias, Expresso, Público, Primeiro de Janeiro e Sol*). Esta análise constituía-se como uma desconstrução das notícias, identificando conteúdos (escritos e também as imagens) que continham elementos discriminatórios/estereotipados e, complementarmente, apresenta propostas, sugestões e recomendações, de forma a que as notícias se centrassem na informação essencial, cumprindo a sua função informativa e contribuindo para a formação de uma opinião pública informada e com capacidade crítica. Das notícias analisadas era feita uma seleção das consideradas mais relevantes e que iriam integrar o boletim informativo.

Teve conhecimento deste projeto (Só para jornalistas de Coimbra)?

**3.** Este projeto conclui que os *media* produzem, com muita frequência, elementos discriminatórios e estereotipados nos jornais. Ao longo de um ano de monitorização de notícias foram analisadas 149 notícias que continham elementos discriminatórios. Que comentários lhe suscitam estes resultados?

**E:** (risos) Acredito que seja verdade. O racismo/xenofobia, hoje em dia, isto ainda existir é totalmente surrealista, mas tem uma explicação muito simples, ou muito complexa mas que na prática é muito simples. As forças policiais portuguesas são altamente racistas, veiculam uma linguagem racista e xenófoba porque pertencem a um status quo e a uma ordem instalada e também não têm ainda reflexão crítica dentro das próprias forças de segurança para perceber o que é que estão a fazer. E, portanto quando escrevem comunicados e os mandam para a imprensa eles são a maior parte das vezes racistas e xenófobos, quando se trata de crimes está lá sempre referenciada a origem étnica da pessoa que eles acabaram de prender ou se são imigrantes há-de ser certinho que vai lá estar isso mencionado sem ter qualquer relevância para o crime que acabaram de praticar e que poderia ter ser cometido por um português...se forem ciganos, lá estará a condição de ciganos...é inacreditável. O que é que se passa? Isto...estou a comparar as forças de segurança porque deviam ter formação nesta altura para já não fazerem este tipo de barbaridades, mas por outro lado, aqui...quando eu estava a falar da reflexão crítica, não há tempo, o jornalista não pensa naquilo que está a ler e reproduz automaticamente...é verdade que põe entre aspas, mas aquilo não pode ser reproduzido. Mas este tipo de formação falta nas redações, nas faculdades, não há propriamente, eu não tive nenhuma cadeira...e estudei jornalismo verdadeiramente, nem sequer foi comunicação social, eu estudei jornalismo em Coimbra e nunca tive nenhuma cadeira sobre direitos humanos, ou discriminação, ou que linguagem é que se deve usar ou deixar de usar, eu nunca tive isso. Tive professores que tinham alguma sensibilidade para isso e que falavam sobre isso, mas não tive uma cadeira específica, e eu acho que isso devia existir. Portanto estes números são um número perfeitamente normais, nos quais eu acredito.

**4.** Destas 149 notícias que continham elementos discriminatórios: 41 são do *Diário de Notícias*, seguindo-se o *Público* (28), o *Jornal de Notícias* (27), *Diário de Coimbra* (17), *Primeiro de Janeiro* (10), *Sol* (9), *Jornal i* (7), *Expresso* (6), *Diário As Beiras* (3), *Campeão das Províncias* (1). Que análise faz relativamente a estes resultados?

E: (Ficou surpreendida com o *Diário de Notícias* e *Público*) Isso pode ter a ver com várias coisas, uma pode ser os temas que abordam. O *Campeão das Províncias* pode não abordar assim tantos temas que saiam de uma certa normalidade. Imagine se o *Campeão das Províncias* não aborda a discriminação contra as mulheres, não aborda o racismo, não aborda a orientação sexual também não se vai encontrar notícias que discriminem, ou seja pode haver aqui uma...isto é preciso depois ver os vários lados possíveis...pode haver uma espécie de censura à partida de certos temas, não se falar sobre certos temas. O *Público* e o *Diário de Notícias* falaram disso muito mais e portanto...provavelmente aí é uma questão de linguagem e o que é que se diz. Agora não estava nada a espera, sobretudo do *Público* não estava nada a espera. Trabalhei no *Público* dez anos e apesar de tudo acho que era um jornal preocupado, sempre trabalhei com pessoas muito preocupadas com isso e eu sempre tive, não é que fosse fácil...não é que seja fácil depois impor uma certa forma de fazer as coisas porque não é. De facto é muito mais fácil ir na corrente e, se a polícia escreve aquilo a gente também escreve, põe entre aspas e escreve. Aqui na *Lusa* eu tenho discussões monumentais, por isso também é preciso perceber o papel da *Lusa* nisto. A *Lusa* distribui notícias, o que quer dizer que toda esta coisa que vocês chamam imprensa e que foram analisando muitas vezes está a ter como base as coisas que saem daqui, no mínimo tem como base, quando não as espeta. Por tanto há aqui problemas na base...eu achei muito interessante depois de vir para aqui, eu estou aqui a 4 anos, por causa disso porque aquilo que é a base noticiosa do país tem muitos problemas de linguagem associados a uma coisa que tem que ser altamente rápida...muitas vezes feita em condições, como eu lhe disse, de um para o outro, desde um sítio para o outro, e de uma entrevista para a outra e mandar...às vezes nós já mandamos do blackberry, há coisas que já não se fazem sem ele...o perigo disto conter linguagem inapropriada de não se estar a pensar no que se está a fazer é imenso. E, depois isto tem um poder de distribuição gigantesco. Todos estes órgãos são clientes da *Lusa*, provavelmente, até mesmo a imprensa regional...mesmo. Há pacotes específicos para a imprensa regional e, portanto muito do que aqui se encontra pode vir daqui, que isso é que eu acho mais assustador e eu já tive aqui discussões muito grandes sobre isso das raças e, dos comunicados policiais é uma constante...é o tempo todo. Sobre a parte da discriminação de género apesar de tudo eu tento evitar, só porque eu me proponho a fazer...coisas que até às vezes não são das minhas áreas mas eu para

acautelar que ninguém vai fazer as coisas mal proponho-me...mas isto não pode ser, não é?! Isto é ridículo depois um dia saímos daqui e ninguém fica a fazer as coisas direito, ou seja, não há uma grande preocupação ainda das direções de informação, aquilo que chamamos de diretores sobre isso...não há...a *Lusa* não tem um provedor de língua, por exemplo, que devia ter...porque tu como cidadã não consegues ter acesso direto à *Lusa* porque a *Lusa* funciona com um esquema de clientes...ela distribui para estes órgãos, e estes órgãos é que tu consegues ver, mas há uma linha, há um sítio físico onde nós todos, nós que trabalhamos aqui dentro conseguimos ver o que é que toda a gente está a fazer, portanto se houvesse um provedor nesse original que depois é distribuído era bom e depois se manifesta-se as suas análises, por exemplo, do que é que falta ou não falta fazer até para justificar, se calhar, alguma formação que é preciso dar a esse nível. Aí nesse número está escondido muita coisa também, depende muito do que apanharam porque não acredito nada que o *Campeão das Províncias* não tenha uma linguagem discriminatória, se calhar não aborda é os temas onde isso seria mais possível. Também pode surpreender...só estou a dizer que pode não ser assim tão preto e branco, porque se as notícias são mais dirigidas às donas de casa...não vão falar sobre certas coisas provavelmente.

5. Vou referir alguns exemplos de títulos de notícia que abarcam elementos discriminatórios:

- Não há mulheres na política chinesa porque o seu lugar é ao fogão;
- A mulher perdeu muito do valor que tinha;
- O Brasil já tem o primeiro negro líder do Supremo Tribunal;
- Uma homossexual liberal no Senado;
- Orientação sexual na dilatação das pupilas;
- PJ deteve líder de gang romeno de assaltantes;
- Alterações à lei para evitar acidentes com cegos.

Também classificaria estes títulos como discriminatórios? Todos ou apenas alguns?

E: Depende muito, isto depois depende muito do texto. O da PJ não tenho dúvidas nenhuma de que é...a não ser...isto depois tem muitas matizes mas imaginando que este gang está, por exemplo, envolvido em tráfico de pessoas e em que de facto o tráfico de pessoas tem origem na Roménia não sei se não é relevante dizer de onde é que é, se calhar não qualificava era líder do gang mas dizia que o gang era oriundo da

Roménia porque isso...há sempre formas de...depende muito. Em geral eu acho que estes títulos são os que vêm nos tais comunicados da polícia, que eu dizia á bocado, são discriminatórios em geral. Esta dos acidentes com cegos é obviamente melhor dizer que são pessoas que têm dificuldades visuais, enfim...incapacidades visuais mas isto tem a ver com o espaço...e também não acho que tudo se resolva só por causa disso, quer dizer se o texto a seguir não foi discriminatório, ao contrário, pode ter sido uma coisa benéfica de explicar o que é que mudou e não mudou e, se facilita a vida daquelas pessoas ou não, ou se dificulta. É bom para a sociedade saber isso. Não me parece que tudo se resolva só ao termo, é como a história do negro não me choca minimamente...aqui é muito importante fazer isto, acho que aqui é crucial dizer que é negro porque essa é a novidade, a novidade é um dos critérios de notícia, é um dos critérios principais que as pessoas também têm...como o homossexual liberal no Senado isto é notícia e, ela é notícia por ser homossexual porque nunca lá tinha estado nenhum e eu acho que isso é importante dizer. Não acho nada que homossexual, negro e cegos sejam palavras por si só discriminatórias, acho que depende muito. As palavras de substituição muitas vezes também são politicamente corretas mas ocupam 4 linhas em vez de...e os títulos de jornais são muito curtos e eu não acho que dizer negro seja discriminatório por si só, agora depende do que vem nos textos. A mulher perdeu muito do valor que tinha, isto depende muito. Não há mulheres na política chinesa porque o seu lugar é ao fogão depende muito porque se a ideia era chamar a atenção para isto e o texto depois é para explicar que há uma discriminação este título é chamativo...agora o seu lugar não é uma boa formulação a não ser que tivesse entre aspas e atribuído a alguém...o seu lugar...não gosto muito. Agora os outros não acho que sejam...isto depende muito depois do tom dos textos, os títulos não...os títulos são uma coisa muito particular em jornalismo ocupam pouco espaço, são difíceis de fazer, as pessoas também têm que ter noção disso...depois o texto é que tem o tom.

**6.** Em sua opinião o que é que justifica a persistência destes discursos discriminatórios?

**E:** É o facto de a sociedade em geral ser discriminatória na mesma, o facto de ter mesmo uma sociedade que é tendencialmente patriarcal, tendencialmente machista, tendencialmente racista, tendencialmente não inclusiva que demora a reconhecer direitos às pessoas só porque têm supostamente alguma diferença em relação à

norma e nem isso sabemos muito bem. Esta questão da orientação sexual então é verdadeiramente ridícula como é que se conseguiu aprovar uma lei só com o casamento e retirando tudo o resto quando existem milhares de famílias que vivem com crianças e começasse para aí a dizer que as crianças têm este problema e este...que eu saiba nunca houve problemas de maior, diferentes das outras famílias por serem...é que estas famílias existem o problema é esse, e as sociedades tendem muito a pôr para debaixo do tapete, fazer de conta que não existe, tapar os olhos, tapar só com a peneira...como as pessoas não conhecem fazem de conta que não existe e isso é ridículo porque a sociedade é muito diversa de facto e nós temos uma comunicação social muito pouco aberta à diversidade a não ser que haja algum carácter inédito, surrealista que é o que dá aqueles casos tipo, vídeos de acidentes, ou sei lá...gostamos das catástrofes naturais que são fora de série que fica tudo agarrado à televisão a dizer: oh meu deus como é que isto se passou...são essas coisas assim, ou então de facto não sei, não acho que haja muita curiosidade das pessoas para saber a diversidade que existe na sociedade e, portanto a comunicação social hoje tem pouca formação cívica porque as pessoas que leem, ouvem e veem a comunicação social têm pouca formação cívica e as duas coisas estão relacionadas. Quando o *público* começar a pedir mais, a comunicação social terá que se adaptar e terá que fazer as coisas de outra maneira, mas se não pede mais não precisa. Mas podia de facto. Tem é esse papel, é preciso é ter consciência disso. Acho que muitos jornalistas não têm consciência do papel que têm em poder formar opinião, em poder até conduzir a coisas que se fazem muito boas e que dão alterações de lei, alterações de comportamento, até depois mais tarde...mas leva muito tempo.

**7.** A autora Maria João Silveirinha, no seu livro *Identidades, Media e Política*, refere que “Os *media* ampliam a esfera pública, mas esta, ampliada por eles, perde o conteúdo político para poder vender mais – e nesse movimento, a razão perde espaço.” (2004: 233). Que comentários lhe merece esta opinião?

**E:** (risos) Isso é uma coisa muito geral, mas sim é um bocadinho provável que se amplia, às vezes amplia-se até a esfera privada quando não se pode, não é só a esfera pública mas sim, nomeadamente, no campo dos políticos eles acabam por ter uma esfera privada muito reduzida mas tem a ver com o cargo público que ocupam e, portanto isso depende muito do interesse público, depende mesmo muito são casos.

Nós em Portugal não fazemos muito isso apesar de tudo, mas na Inglaterra é uma coisa brutal. A esfera privada dos políticos é muito mais reduzida do que a dos Portugueses que apesar de tudo têm bastante...se se pensar na orientação sexual e no que certas pessoas dizem em público e fazem em privado e nunca se escreveu sobre isso é extraordinário, ou seja, há apesar de tudo, desde que não entre muito em choque e que não haja de facto a incoerência notória, desculpe lá mas não pode ser, acho que eles próprios protegem bastante isso para não entrarem nesse tipo de incoerência, mas eu acho que apesar de tudo nós respeitamos um bocado comparando com outros países, acho que não seja muito grave. Agora de facto gostamos das cusquices como gosta toda a gente...fazemos notícia de coisas que não são notícia, coisas que não interessam nada e que não fazem parte. Se calhar metemos na política como sendo coisas políticas coisas que não são coisas de política, isso é verdade, tricas partidárias fazemos muitas...e depois acabamos por não discutir a política de substância que é outra, que é poder pegar-se num tema e pôr os políticos a discuti-los que é para isso que são pagos, mas não, estamos mais preocupados se o não sei quantos vai ocupar o cargo do não sei quantos no partido e, quem é que está chateado com quem...fazemos pouca informação sobre política de verdade.

**8.** Ao longo de todo o projeto, as investigadoras aperceberam-se que além de atos discriminatórios também há certos temas que as e os jornalistas tendem a não dar qualquer tipo de visibilidade, como por exemplo, em relação à deficiência, às questões sobre o género, entre outros. Tem uma perceção coincidente com este resultado ou não?

**E:** Neste caso sim. Acho que continua a depender muito do jornalista individual, ou seja, há pessoas que cobrem esses assuntos e normalmente são sempre as mesmas porque cabem nos dedos das duas mãos. As pessoas que se preocupam realmente com isso, e que se preocupam a anos e, portanto são sempre os mesmos a escrever sobre isso porque os outros acham que escrever sobre isso não interessa nada e vão ficar conotados com quem escreve sobre os coitadinhos...tenho aqui colegas que dizem isso, eu tenho a área dos coitadinhos que vai desde as mulheres aos ciganos e aos ceguinhos. Humm..., mas isto tem a ver com a formação das pessoas. Eu acho que é muito importante saber que há pessoas que escrevem sobre esses temas. Eu que me envolvo em projetos fora do jornalismo que têm a ver com isso procuro sempre

envolver estes e outros jornalistas que conheço que escrevem sobre isso nesses mesmos projetos porque acho que é importante dar uma certa força às pessoas que continuam a escrever...que escrevem sobre isso, mas não é fácil. Nas estruturas dirigentes o interesse não é sempre, quer dizer nem sempre se considera que tenha interesse e portanto começa logo por aí. Se tudo depende de uma proposta individual isto reduz muito. Há jornalistas que não têm capacidade, para já não têm capacidade para propor nada e mesmo os que têm às vezes pensam assim: já me estão a dar mil e uma coisas para fazer e eu ainda vou propor fazer isto, vai me cair outra vez outra coisa em cima e, não propõem.

**9.** As razões que subjazem a esta pouca visibilidade serão as mesmas que levam aos títulos discriminatórios?

**E:** Sim em parte serão...sim.

**10.** Da análise feita no projeto apercebemo-nos, por outro lado, que os *media* também passam as mensagens que os movimentos sociais querem transmitir. Por isso haveria aqui alguma margem para pensarmos que existe alguma abertura. Mas, paradoxalmente, chegámos a encontrar as duas situações na mesma página do jornal – notícia que visibilizava a luta contra a discriminação de determinado tipo de pessoas e títulos claramente discriminatórios para com esse mesmo grupo. Em sua opinião, que abertura existe realmente para os movimentos sociais?

**E:** Existe alguma de facto e cada vez mais...agora sim. A comunicação comunicacional demorou mas abriu mais ao que sai da política estritamente partidária, ao que sai dos partidos políticos para tentar em nome da diversidade perceber que tipo de movimentos é que há...dar volta aos sindicatos, às organizações não-governamentais, às fundações...sim isso há bastante abertura. Há aqui duas coisas, se alguma vez tiver que escolher entre um partido político e um desses movimentos será sempre o partido político porque em questão de tempo e de espaço, às vezes faz sentido ter isto em conta. Da política oficial...da política continua a ter prevalência sobre o não oficial, por exemplo, muitas vezes há uma manifestação, os meios que são mobilizados para entrevistar os políticos que estão nessa manifestação são muito maiores que os meios mobilizados para toda a manifestação, isto é surreal, há um milhão de pessoas na rua de ene movimentos sociais porque é...o 15 de Setembro foi esse exemplo, e há uma

equipa só a procura do líder do partido x e do líder do partido y...e há todo um mundo que não está a ser feito porque não há gente para o fazer, há uma pessoa a tentar apanhar umas coisas. Bom, ou seja, há aqui ainda uma conceção do que é uma manifestação muito ligada à dos partidos políticos, mas isto está tudo em mudança, e as coisas vão mudando e depois quando se percebe que aquilo correu mal na manifestação seguinte já não é assim que se faz. Este é o grande tema em mudança. É preciso ter noção de outra coisa, a comunicação dos movimentos sociais é mal feita ainda em muitas ocasiões. Portanto, eles precisam de aumentar a profissionalização da forma como comunicam porque não sabem comunicar com os *media* a maior parte das vezes e, portanto não sabem tornar atrativo o que vão fazer...puxar por o lado que têm interesse, dar as condições para que depois os jornalistas possam fazer um trabalho de uma forma relativamente rápida e bem. Há aqui coisas a fazer dos dois lados.

**e:** Mas o que acha em relação a estas situações, quando na mesma página de jornal aparece uma notícia discriminatório e outra que visibilizava certa temática?

**E:** Depende da forma como o movimento social comunicou e do jornalista que estava a receber a informação. Isto há sempre fatores pessoais...ou até da atenção...isto às vezes não são coisas tão comezinhas como do género, se calhar alguém nesse jornal tem um familiar com deficiência, portanto está mais sensível para essa questão do que está para um homossexual que tenha um filho e que está a ser discriminado, porque não conhece nenhum.

**11.** A autora Isabel Ferin na *Revista Comunicação & Cultura*, nº 1 refere que “...são identificadas categorias de distinção do Outro, fundadas em práticas discursivas de hierarquização de sentidos, pautadas por marcas utilizadas para criar distanciamento sobre o que é dito publicamente sobre o Outro, bem como formas de silenciamento e encobrimento da sua «voz», enquanto definidor primário de informação” (“Imagens da diferença: prostituição e realojamento na televisão”). (75: 2006) Portanto, os processos mentais da discriminação estão estudados e são conhecidos. Gostava de saber se a formação em jornalismo contempla a abordagem destas questões e se, por acaso, tem conhecimento de ações de formação que sensibilizem as pessoas profissionais de jornalismo para estas questões.

**E:** Não contempla. Praticamente não contempla. Depende mesmo muito se apanharam este professor ou aquele que tenha mais sensibilização para isso, porque não contempla de todo e devia, devia porque há de facto essa hierarquização e depois isto tem tudo a ver com o acesso. Nós temos o poder de dar acesso, de dar voz mas depois há uma hierarquia social em que as pessoas debaixo, podem ser os sem-abrigo, as pessoas com deficiência, os mais marginalizados de todos não têm acesso à informação. Não têm e não conseguem fazer-se ouvir a não ser que alguém os vá procurar. Não há essa reflexão em momento algum do curso, do meu não, é extraordinário. Portanto o que eu fiz, depois as formações que há, mas isso qualquer jornalista pode mesmo...mas não há. Há uma coisa chamada centro protocolar do jornalismo que é o CENJOR que depois forma profissionais já no ativo, fazem formações sobre justiça, sobre saúde, sobre recauchutagem até de rádio ou televisão mas nunca fizeram nada...e eu já propôs isso mas depois nunca avançou. Nunca fizeram nada sobre direitos humanos, por exemplo, algo que fosse mais virado para que os jornalistas percebam o poder que têm e a responsabilidade que têm ao mesmo tempo, porque isso é muito pouco ensinado. Eu acho que é uma desresponsabilização total dos jornalistas na maior parte dos casos, claro que depois cabe a cada jornalista fazer a sua própria formação, e eu fiz formação nisso em estudos de género primeiro, em direitos humanos depois...academicamente. Eu acho que não havia necessidade de se andar a fiar nestes jornalistas que vão fazer isso, e de facto isso devia fazer parte dos currículos gerais.

## Anexo 6 – Quadro 1 - Categorização das respostas aos Questionários

Questionário	Sexo	Profissão	Local de Trabalho
APAV	Feminino	Gestora	APAV-GAV de Coimbra
APPACDM	Feminino	Assistente Social	APPACDM de Coimbra
Graal	Feminino		Graal Coimbra
Não Te Prives	Feminino	Socióloga	Centro de Estudo Sociais de Coimbra e Não Te Prives Coimbra
SOS Racismo	Masculino	Professor	SOS Racismo de Coimbra

Categorias	Propriedades	Dimensões
<b>Discriminação</b>	Perceção do/as representantes das organizações	<p><b>Debate político</b></p> <p>- “A monitorização dos <i>media</i> é fundamental para debater os discursos e práticas políticas (...)” (Questionário APAV)</p> <p>- “(...)seria muito pertinente fundamentar o debate político sobre estas questões” (Questionário APPACDM)</p> <p><b>Formação de opiniões</b></p> <p>- “(...) relação existe com o poder político e económico e qual o impacto das notícias na formação de opinião” (Questionário APAV)</p> <p><b>Produz e legitima no espaço público</b></p> <p>- “Os <i>media</i> são um recurso incontornável, que representa conhecimento ao mesmo tempo que o produz e o legitima no espaço público” (Questionário Não Te Prives)</p> <p><b>Combate aos estereótipos e discriminações</b></p> <p>- “(...) torna-se fundamental investir de forma ativa no combate aos estereótipos e discriminações que são, frequentemente, veiculadas de forma não intencional” (Questionário Não Te Prives)</p> <p><b>Construção de uma sociedade inclusiva</b></p> <p>- “Os <i>media</i> são portanto parceiros nesta tarefa urgente de construir uma sociedade mais inclusiva, que não seja cúmplice (...)”(Questionário Não Te Prives)</p> <p><b>Opinião pública crítica</b></p> <p>- “(...) importante para promover uma opinião pública mais crítica” (Questionário SOS Racismo)</p> <p><b>Condicionam os discursos políticos</b></p> <p>- “Os <i>media</i> têm um papel importante na formação de opiniões (...) e condicionam os discursos políticos” (Questionário Graal)</p>
<b>Discurso dominante</b>	Perceção do/as	<b>Violência doméstica</b>

<p><b>nos <i>media</i></b></p>	<p>representantes das organizações</p>	<p>- “(...) o discurso dominante nos <i>media</i> sobre a violência doméstica contra as mulheres é adequado e cuidado, penalizador dos agressores, raramente caindo em discursos que culpabilizam a vítima, enfatizando as consequências mais graves da perpetuação da violência doméstica...” (Questionário APAV)</p> <p><b>Mudança</b></p> <p>- “Há claramente sinais positivos de mudança, que incluem uma maior preocupação em escutar fontes diversas, em incluir as vozes políticas dos sujeitos e não apenas o seu lado mais exótico ou estranho” (Questionário Não Te Prives)</p> <p><b>Reprodução do senso comum</b></p> <p>- “(...) continua a haver uma tendência para reproduzir senso comum, para produzir uma falsa distinção entre nós e ‘eles’ (...)” (Questionário Não Te Prives)</p> <p><b>Dissonância entre texto e notícia</b></p> <p>- “(...) há uma dissonância significativa entre o texto da notícia e a imagem escolhida para o ilustrar. Ou o título, com que se pretende ‘vender’ a notícia” (Questionário Não Te Prives)</p> <p><b>Silenciamento</b></p> <p>- “E há grandes zonas de silêncio, temas que não aparecem, uma tendência para repetir determinadas molduras noticiosas com que se enquadram, quase por tique ou hábito, temas específicos” (Questionário Não Te Prives)</p> <p><b>Gera e alimenta discriminações</b></p> <p>- “(...) o discurso dominante continua a gerar e a alimentar discriminações e a promover leituras acríticas da realidade social (...)” (Questionário SOS Racismo)</p> <p><b>Deficiência</b></p> <p>- “No que diz respeito á deficiência os <i>media</i>, (...) apenas noticiam eventos que as instituições vão levando a cabo, nunca se debruçando pela clarificação de situações de injustiça, discriminação ou abuso (...) vetadas ao silêncio por parte dos <i>media</i>” (Questionário APPACDM)</p> <p><b>Conservador e reacionário</b></p> <p>- “O discurso dos <i>media</i> é conservador e, até, reacionário, imbuído dos estereótipos mais arreigados na sociedade portuguesa” (Questionário Graal)</p> <p><b>Direitos humanos das mulheres</b></p> <p>- “Os Direitos Humanos da Mulheres são maltratados a cada dia na imprensa portuguesa” (Questionário Graal)</p>
<p><b>Problemática do discurso da imprensa escrita em Portugal</b></p>	<p>Perceção do/as representantes das organizações</p>	<p><b>Abordagem de temáticas complexas</b></p> <p>- “Alguma ligeireza na abordagem de temáticas complexas sem aprofundar os vários prismas da questão, a contínua formulação de juízos de valor, e, em alguns casos, a tentação de criar histórias choque, bem como a tendência para criar uma visão maniqueísta da realidade” (Questionário APAV)</p> <p><b>Discriminação e invisibilidade</b></p> <p>- “(...) o acirramento de pulsões segregacionistas, xenófobas e inimigas da coesão social” (Questionário SOS Racismo)</p>

		<p>- “(...) situações de discriminação de raças, a xenofobia e ciganofobia são talvez o que mais transparece negativamente tratado nos <i>media</i>, as questões das pessoas com deficiência pela sua invisibilidade” (Questionário APPACDM)</p> <p><b>Publicidade e anúncios</b></p> <p>- “(...) a publicidade dos <i>media</i> e os anúncios com mulheres despidas para venda de serviços sexuais” (Questionário Graal)</p>
<p><b>Temáticas que deveriam ser trabalhadas pelos <i>media</i></b></p>	<p>Perceção do/as representantes das organizações</p>	<p><b>Violência doméstica</b></p> <p>- “(...) temática da violência doméstica, verificamos na generalidade um bom trabalho e interesse dos <i>media</i> em divulgar as iniciativas relacionadas com esta problemática” (Questionário APAV)</p> <p><b>Vasto leque de temas</b></p> <p>- “Com maior disponibilidade para tratar um leque maior de temas, sempre com particular preocupação em apoiar cada peça ou notícia em conhecimento científico (...) e nas vozes das pessoas diretamente afetadas” (Questionário Não Te Prives)</p> <p>- “A diversidade sexual não se esgota nos temas do casamento ou da parentalidade” (Questionário Não Te Prives)</p> <p>- “ Há a diversidade de modelos familiares e relacionais (...)”(Questionário Não Te Prives)</p> <p>- “Tantos temas invisíveis, ou tratados frequentemente de forma parcial” (Questionário Não Te Prives)</p> <p><b>Realçar eventos e atividades</b></p> <p>- “(...) dar realce, tal como já hoje é feito aos eventos e atividades inclusivas organizadas pelas instituições (...)”(Questionário APPACDM)</p> <p><b>Notícias e comentários de forma plural</b></p> <p>- “Seria muito positivo que os <i>media</i> as noticiassem e comentassem de forma plural, apresentando, tanto quanto possível, as diversas perspetivas em presença, sobretudo quando as realidades oferecem zonas pouco nítidas, que não são tanto a preto e branco, como, muitas vezes, se faz crer” (Questionário SOS Racismo)</p> <p><b>Dar voz</b></p> <p>- “As diversas associações cívicas que intervêm no terreno deveriam ser chamadas a pronunciar-se na comunicação social em casos problemáticos” (Questionário SOS Racismo)</p> <p><b>Temas que deveriam ser abordados</b></p> <p>- “alargar a sua intervenção ou seja há situações escandalosas que se verificam neste país e que não são abordadas em nenhum meio de comunicação social e que deveriam ser analisadas, noticiadas e esclarecidas” (Questionário APPACDM)</p>

## Anexo 7 – Quadro 2 - Categorização das Entrevistas

Entrevista	Sexo	Profissão	Local de Trabalho
1	Feminino	Jornalista	Diário de Coimbra
2	Masculino	Jornalista	Diário de Coimbra
3	Feminino	Jornalista	Diário de Notícias
4	Masculino	Jornalista	Diário As Beiras
5	Feminino	Jornalista	Público
6	Feminino	Jornalista	Agência Lusa

Categorias	Propriedades	Dimensões
<b>Discriminação</b>	- Sim	<p><b>Comunicação Social</b></p> <p>- “A discriminação nos <i>media</i> existe. (...) nos <i>media</i> a comunicação social não são um mundo a parte, não vivem isolados do resto das sociedades e portanto são o reflexo da sociedade. Se a sociedade é patriarcal e machista os <i>media</i> são patriarcais e machistas (...)” (Entrevista 6)</p> <p><b>Imprensa</b></p> <p>- “Há discriminação (...) a imprensa tem ou ... os jornais refletem todas essas discriminações que existem na sociedade” (Entrevista 5)</p> <p>- “Eu acho que tem havido uma preocupação grande em diminuir a discriminação nos <i>media</i> (...)” (Entrevista 1)</p> <p><b>Sociedade</b></p> <p>- “A minha perceção é que ela existe porque ela existe na sociedade” (Entrevista 4)</p> <p><b>Jornais e Jornalistas</b></p> <p>-“ Os jornais e jornalistas têm nesta matéria responsabilidades acrescidas e penso que, de modo geral, na abordagem das notícias tem havido essa preocupação” (Entrevista 2)</p> <p><b>Jornalista</b></p>
	- Não	<p>- “(...) não tenho essa noção da discriminação, pelo menos eu tenho sempre esse cuidado” (Entrevista 3)</p>
<b>Conhecimento do projeto</b> <i>In Other Words</i>	- Sim	<p><b>Jornais</b></p> <p>-“ Sim. Sei que o jornal até participou, foi convidado...e houve até umas sessões de discussão” (Entrevista 4)</p> <p>-“ Sim, mas não detalhadamente. Tenho a ideia de que o <i>Diário de Coimbra</i> noticiou alguns encontros desse projeto” (Entrevista 2)</p> <p>- “Não...nada...(risos) sinceramente não fazia a mínima ideia</p>



		<p>que estão nos três primeiros. O <i>Diário de Coimbra</i> em terceiro surpreende-me (...) Mas preocupa-me o facto de o nosso jornal estar em terceiro lugar dos jornais avaliados” (Entrevista 1)</p> <p>-“(...) parece-me estranho o <i>Jornal de Notícias</i> estar atrás do <i>Público</i> e do <i>Diário de Notícias</i> (...)”(Entrevista 4)</p>
<b>Classificação de títulos discriminatórios</b>	Perceção do/as jornalistas	<p><b>Depende do texto</b></p> <p>- “(...) depende muito depois do tom dos textos, os títulos não...os títulos são uma coisa muito particular em jornalismo ocupam pouco espaço, são difíceis de fazer as pessoas também têm que ter noção disso...depois o texto é que tem o tom” (Entrevista 6)</p> <p>-“ É preciso também olhar ao contexto da frase (título?) e da notícia, perceber quem diz o quê, saber se é o jornalista que afirma ou apenas escreve uma citação” (Entrevista 2)</p> <p><b>Depende das fontes</b></p> <p>- “Em geral eu acho que estes títulos são os que vêm nos tais comunicados da polícia, que eu dizia á bocado, são discriminatórios em geral” (Entrevista 6)</p> <p><b>Palavras de substituição</b></p> <p>- “As palavras de substituição muitas vezes também são politicamente corretas mas ocupam 4 linhas em vez de...e os títulos de jornais são muito curtos (...)”(Entrevista 6)</p> <p><b>Negação do entrevistado a esta análise</b></p> <p>- “Não quero falar sobre isso (...)”(Entrevista 3)</p> <p><b>Depende do jornalista</b></p> <p>- “(...) eu sou uma pessoa muito liberal na minha vida pessoal e na minha vida profissional e portanto eu julgo que os <i>media</i>, digamos essa função de...digamos de contribuir para o politicamente correto e contínuo é uma coisa que não me assiste muito” (Entrevista 4)</p> <p><b>Depende de quem recebe a informação</b></p> <p>- “ Mas as palavras valem o que valem, e penso que haverá situações em que a discriminação estará mais do lado de quem lê (e interpreta de acordo com os seus próprios valores, não necessariamente os melhores) do que quem escreve” (Entrevista 2)</p>
<b>Persistência de discursos discriminatórios</b>	Perceção do/as jornalistas	<p><b>Sociedade</b></p> <p>- “É o facto de a sociedade em geral ser discriminatória na mesma” (Entrevista 6)</p> <p><b>Pouca formação cívica da comunicação social</b></p> <p>- “(...) a comunicação social hoje tem pouca formação cívica porque as pessoas que leem, ouvem e veem a comunicação social têm pouca formação cívica e as duas coisas estão relacionadas” (Entrevista 6)</p> <p><b>Inconsciência dos jornalistas acerca do seu poder em formar opinião</b></p> <p>- “(...) muitos jornalistas não têm consciência do papel que têm em poder formar opinião, em poder até conduzir a coisas que se fazem muito boas e que dão alterações de lei, alterações de comportamento até depois mais tarde mas leva muito tempo” (Entrevista 6)</p> <p><b>Preocupação para ações de formação</b></p>



		<p>forma nenhuma de modo pensado (...) não consigo dizer tao concretamente que isso acontece porque se calhar até acontece, se calhar até temos tendência...embora eu não note isso pronto sou honesta” (Entrevista 1)</p> <p>-“ Não de todo...não, não, antes pelo contrário” (Entrevista 3)</p> <p><b>Depende da temática</b></p> <p>- “Os direitos das mulheres são menos tratados a não ser a violência doméstica” (Entrevista 5)</p>
<p><b>Coincidência das razões que levam à invisibilidade e aos títulos discriminatórios</b></p>	<p>- Sim</p> <p>- Não</p>	<p><b>Percepção do/as jornalistas</b></p> <p>- “Sim em parte serão...sim” (Entrevista 6)</p> <p>- “No fundo é (...) porque se já houvesse algum trabalho havia cuidado, até havia um cuidado de procura do politicamente correto (...)”(Entrevista 5)</p> <p>- “É muito provável. (...) há um conjunto de fatores adicionais que tem a ver com a própria lógica de varrer para debaixo do tapete, ou seja, de uma forma geral os coletivos profissionais de informação as redações (...)”(Entrevista 4)</p> <p>- “Não. (...) lá está, acho que já faz parte são coisas enraizadas (...)”(Entrevista 1)</p> <p>- “Não partilho a ideia de que haja uma ligação entre menor visibilidade de alguns grupos e eventuais intenções discriminatórias de quem tem responsabilidades nos meios de comunicação social” (Entrevista 2)</p>
<p><b>Abertura para os movimentos sociais dada pelos <i>media</i></b></p>	<p>- Sim</p> <p>- Não</p>	<p><b>Percepção do/as jornalistas</b></p> <p>-“ Existe alguma de facto e cada vez mais...agora sim” (Entrevista 6)</p> <p>- “Existe alguma (...) mas é uma coisa menor, é limitado...mas há alguma” (Entrevista 5)</p> <p>- “(...) eu não vejo nenhuma falta de abertura em relação a qualquer um dos movimentos, não vejo sinceramente (...)”(Entrevista 1)</p> <p>- “Todo o tipo de abertura para todo o tipo de movimentos...o que da parte do <i>Diário de Notícias</i> não há qualquer tipo de exclusão, antes pelo contrário” (Entrevista 3)</p> <p>- “Há alguma...não é total mas é suficiente, é suficiente” (Entrevista 4)</p> <p>- “Julgo que a questão estará no interesse da mensagem que os movimentos sociais querem passar à comunidade” (Entrevista 2)</p>
<p><b>Percepção acerca de notícias que visibilizam e discriminam na mesma página de jornal</b></p>	<p>Percepção do/as jornalistas</p>	<p><b>Comunicação do movimento social</b></p> <p>- “Depende da forma como o movimento social comunicou e do jornalista que estava a receber a informação” (Entrevista 6)</p> <p><b>Jornalista</b></p> <p>- “Eu acho que isso, de na mesma página do jornal se encontrar essas duas situações, não é uma coisa premeditada ou pensada (...)”(Entrevista 1)</p> <p><b>Depende da temática</b></p> <p>- “Portanto eu com franqueza gostava de ver um exemplo de, já não digo na primeira página, em edições próximas um título</p>

